

Adriano Mesquita Soares
(Organizador)

Teologia e Ciência:

rumo a uma visão integrada do mundo
Vol. 4



AYA EDITORA
2025

Teologia e Ciência:

rumo a uma visão integrada do mundo
Vol. 4

Adriano Mesquita Soares
(Organizador)

Teologia e Ciência:

rumo a uma visão integrada do mundo
Vol. 4



AYA EDITORA
2025

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)

Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclín Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Estes detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, que reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal.

É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou as opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

T3142 Teologia e ciência: rumo a uma visão integrada do mundo [recurso eletrônico]. / Adriano Mesquita Soares (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 107 p.

v.4

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-759-8

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447

1. Teologia. 2. Aborto - Aspectos religiosos - Igreja Católica. 3. Religião e política. 4. Chesterton, G. K. (Gilbert Keith), 1874-1936 - Crítica e interpretação. I. Soares, Adriano Mesquita. II. Título

CDD: 210

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....9

01

Os Mistérios da Coexistência do Infinito no Finito 10

Guilherme Afonso Pereira Palacios

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.1

02

A Teologia Mística como Linguagem do Sagrado....31

Guilherme Afonso Pereira Palacios

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.2

03

Chesterton, um Filósofo que Escreve Narrativas Policiais, ou um Narrador Policial que se Servia de Métodos de Investigações ao Fazer Filosofia? Uma Resposta por Questões Contemporâneas43

Glauber Ormundo Dias Martins

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.3

04

Política e Religião: As Duas Faces da Mesma Moeda..

.....54

Jobson Victorino de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.4

05

Uma Voz Dissonante: Católicas pelo Direito de Decidir e o Aborto no Brasil

65

Fabiola Gremski Mika

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.5

06

A Liberação em Massa do Assassinato de Inocentes – O Aborto e a Busca Frenética pela Morte de Inocentes no Ventre da Mãe

84

Giovanne Cardos de Farias

DOI: 10.47573/aya.5379.2.447.6

Organizador 101

Índice Remissivo 102

APRESENTAÇÃO

O quarto volume da série ***Teologia e Ciência: Rumo a uma Visão Integrada do Mundo***, propõe reflexões que entrelaçam diferentes perspectivas sobre a interação entre o sagrado, a razão e as práticas sociais contemporâneas. O diálogo entre conceitos de infinito e finitude serve como ponto de partida para uma análise mais ampla sobre a presença do transcendente na experiência humana, desafiando os limites da compreensão racional tradicional.

A abordagem da teologia mística surge como uma tentativa de expressar o inefável através de uma linguagem que ultrapassa o discurso lógico, buscando formas de nomear aquilo que, por sua própria natureza, escapa à apreensão objetiva. Nesse contexto, a obra também explora o modo como elementos da investigação filosófica são incorporados à literatura, destacando a produção de autores que transitam entre o raciocínio lógico e a narrativa artística para abordar questões universais.

A intersecção entre política e religião é analisada como uma realidade histórica e contemporânea, em que ambas as esferas revelam dinâmicas de poder, identidade e pertença. Essa aproximação permite compreender como determinadas estruturas sociais se formam e se perpetuam, moldando crenças e práticas que atravessam fronteiras institucionais e culturais.

No cenário dos debates contemporâneos, o livro traz a discussão sobre movimentos que reivindicam novas leituras teológicas frente a temas controversos. A atuação de grupos que se posicionam em torno de direitos reprodutivos exemplifica como diferentes interpretações da tradição religiosa buscam dialogar com demandas sociais, produzindo tensões e novos arranjos discursivos.

Complementando as reflexões, a obra examina as implicações éticas e sociais de práticas que envolvem a vida e a morte antes do nascimento, situando o tema em uma perspectiva crítica de análise cultural. A problematização desses fenômenos permite reconhecer a complexidade dos fatores envolvidos e propicia uma visão mais ampla sobre os modos como valores religiosos, jurídicos e políticos se entrelaçam.

Assim, este volume contribui para ampliar a compreensão dos múltiplos nexos entre teologia, filosofia, política e sociedade, destacando a importância de um olhar interdisciplinar na busca por uma visão integrada do mundo.

Boa leitura!



Os Mistérios da Coexistência do Infinito no Finito

The Mysteries of the Coexistence of the Infinite in the Finite

Guilherme Afonso Pereira Palacios

Resumo: O texto explora a relação entre o infinito e o finito, destacando sua presença na matemática, na espiritualidade e na experiência humana. A partir das teorias de Dedekind e Cantor, discute-se como o infinito se manifesta dentro de limites definidos, traçando paralelos com a busca espiritual e o autoconhecimento. Assim como a matemática revela camadas ocultas de complexidade, a espiritualidade sugere que a realidade contém dimensões invisíveis que orientam a evolução humana. A ilusão da estabilidade e a dinâmica da natureza são abordadas como reflexões sobre a impermanência e a necessidade de adaptação. O texto também questiona a ideia de paraíso, sugerindo que a verdadeira transformação ocorre na jornada interior e na construção de um mundo mais justo. A conexão com o divino se manifesta na experiência cotidiana, seja na unção de Deus, no Espírito Santo ou na vibração espiritual. Os ensinamentos de Jesus Cristo são apresentados como princípios atemporais que incentivam a humildade, o amor e a justiça. No entanto, a ganância por poder e riquezas muitas vezes desvia líderes religiosos desses valores. A verdadeira espiritualidade não está na acumulação de bens, mas no serviço ao próximo e na busca pela verdade.

Palavras-chave: infinito; espiritualidade; transformação; evolução.

Abstract: The text explores the relationship between the infinite and the finite, highlighting its presence in mathematics, spirituality, and human experience. Based on the theories of Dedekind and Cantor, it discusses how the infinite manifests within defined limits, drawing parallels with spiritual pursuit and self-knowledge. Just as mathematics reveals hidden layers of complexity, spirituality suggests that reality contains invisible dimensions that guide human evolution. The illusion of stability and the dynamics of nature are examined as reflections on impermanence and the necessity of adaptation. The text also questions the concept of paradise, suggesting that true transformation occurs through inner growth and the construction of a more just world. The connection with the divine manifests in everyday experiences, whether through God's anointing, the Holy Spirit, or spiritual vibrations. The teachings of Jesus Christ are presented as timeless principles that encourage humility, love, and justice. However, the pursuit of power and wealth often diverts religious leaders from these values. True spirituality is not found in material accumulation but in service to others and the pursuit of truth.

Keywords: infinite; spirituality; transformation; evolution.

A COMPLETUDE DOS NÚMEROS E A JORNADA ESPIRITUAL

Desde o desenvolvimento da matemática, a busca por compreender os números revelou conceitos que ressoam na filosofia e na espiritualidade. A matemática sempre foi mais do que um simples instrumento para quantificar o mundo; ela também expressa abstrações, relações e padrões que transcendem a realidade tangível. Entre essas descobertas, a noção de infinitude contida no intervalo entre zero (0) e um (1) desafia a compreensão comum de finitude e totalidade, levando-nos a refletir sobre os limites da percepção e do conhecimento.

Filosofias e tradições espirituais historicamente atribuíram à matemática um papel fundamental na compreensão do universo. Pitágoras via os números como princípios da ordem cósmica, e Platão os considerava um caminho para o mundo das ideias. Em algumas visões espirituais, padrões matemáticos revelam uma ordem divina, unindo o finito ao infinito na busca pelo entendimento da consciência e da realidade.

Esta presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, integrando matemática, filosofia e espiritualidade. A principal técnica utilizada baseou-se na análise de conceitos matemáticos da Teoria de Conjuntos para explorar, sob uma perspectiva teológica, as implicações conceituais do infinito. A interpretação teológica e filosófica permitiu contextualizar diferentes visões sobre a relação entre o finito e o infinito, destacando pontos de convergência entre essas áreas do conhecimento. A abordagem qualitativa favoreceu uma compreensão transdisciplinar e dialética, indo além da quantificação científica tradicional nas Ciências.

A partir das ideias de Richard Dedekind (1831-1916) e Georg Cantor (1845-1918), que demonstraram como o infinito pode se manifestar dentro de um intervalo finito, podemos traçar paralelos entre a estrutura matemática dos conjuntos de números e a própria natureza da existência e da consciência (Boyer, 1991). Essa visão nos convida a considerar que a realidade pode ser composta por camadas ocultas de complexidade e interconexão, onde o finito e o infinito coexistem de maneira paradoxal. Assim como os números entre zero (0) e um (1) formam um conjunto infinito, a experiência humana pode conter dimensões inexploradas na psique, do espírito para a própria essência da vida.

Na construção dos números reais, Richard Dedekind (1872) introduziu a noção de *corte* no conjunto dos números racionais, *Corte de Dedekind*, um método que define qualquer número real como a separação do conjunto dos racionais em duas partes distintas, onde uma delas contém todos os números menores e a outra, todos os números maiores. Essa ideia revolucionária formalizou a continuidade dos números reais e mostrou que existem valores que permaneciam inacessíveis dentro dos limites próximos entre dois números racionais.

Esse conceito pode ser interpretado como uma metáfora para a busca espiritual: assim como o corte cria uma lacuna entre dois conjuntos de números, o conhecimento humano parece sempre limitado por uma fronteira entre o que é compreensível e o que transcende a razão. A travessia desse limite representa a transição entre o finito e o infinito, o tangível e o inefável, um caminho semelhante ao descrito em tradições filosóficas e místicas, onde o entendimento racional se dissolve diante do absoluto (Stewart, 2017).

Georg Cantor, por sua vez, revolucionou a teoria dos conjuntos ao demonstrar que, dentro do intervalo aparentemente restrito entre zero (0) e um (1), há um infinito de números reais maior do que o infinito dos números racionais. Essa descoberta levou à distinção entre infinitos de diferentes tamanhos, estabelecendo que o conjunto dos números reais (cardinalidade do contínuo) é incontavelmente infinito, superando a infinidade enumerável dos números naturais e racionais (Dauben, 1990).

Esse princípio ressoa com ideias espirituais e filosóficas que exploram a coexistência do finito e do infinito. A presença de uma infinidade incontável dentro de um intervalo limitado sugere que a realidade pode conter dimensões ocultas, manifestando um infinito interno dentro do finito. Assim como cada número real dentro desse intervalo ocupa um lugar único e insubstituível, a consciência de cada ser pode ser vista como uma expressão singular dentro da totalidade da existência, refletindo a interconexão entre a matemática, a metafísica e a espiritualidade (Rood, 2022).

A relação entre o finito e o infinito tem sido um tema central nas tradições espirituais e filosóficas ao longo da história. No *Tao Te Ching*, Laozi (Lao Tsé) descreve o **Tao** como uma unidade primordial que transcende a dualidade e permeia todas as coisas. Assim como o intervalo entre zero (0) e um (1) contém uma infinidade de números, mas não pode ser reduzido a nenhum deles individualmente, o Tao é tanto imanente quanto transcendente, sendo a fonte de tudo sem se limitar a nada.

No hinduísmo, o conceito de **Brahman** representa a realidade suprema, ilimitada e eterna, da qual todas as manifestações do mundo são apenas expressões temporárias e transitórias. Brahman é visto como a essência fundamental de toda a existência, transcendendo o tempo e o espaço. Ele é tanto a fonte de tudo quanto a substância que permeia e sustenta o universo, sendo simultaneamente transcendente e imanente.

Dentro dessa visão, o ser individual, frequentemente referido como *atman*, não é realmente distinto de Brahman. O *atman* significa o “Eu” essencial ou alma individual, imortal e divina, que representa a verdadeira natureza do ser humano, além das identidades e limitações temporárias do corpo e da mente. A percepção de separação entre o indivíduo e o absoluto é considerada uma ilusão, gerada pela ignorância da verdadeira natureza da realidade. Essa ignorância impede a plena realização de que o *atman* e Brahman são, na essência, a mesma coisa.

Essa compreensão de unidade pode ser ilustrada através da matemática, onde, embora cada número dentro de um intervalo seja único e finito, ele pertence a um contínuo infinito que o ultrapassa. Assim como um número real é parte de um conjunto infinito e contínuo, o ser humano, embora pareça ser único e separado, está, na realidade, inserido em um todo infinito e absoluto. Esse entendimento nos convida a perceber que as distinções entre o indivíduo e o universo são apenas projeções temporárias e ilusórias, e que, em última instância, tudo faz parte de uma única e indivisível totalidade.

Essa noção ressoa com a estrutura matemática dos números reais: cada número dentro de um intervalo é único e finito, mas pertence a um contínuo infinito que o ultrapassa.

No sufismo e no misticismo cristão, a jornada espiritual é retratada como um processo de dissolução do Eu na imensidão do Divino. Rumi, um dos maiores poetas sufis, comparava o indivíduo a uma gota no oceano de Deus, e ao mesmo tempo era o oceano uma gota. “*Deixe a gota de água que és tu tornar-se uma centena de mares poderosos. Mas não pense que apenas a gota se torna o Oceano*”

– o Oceano, também, se torna a gota!” (Rumi, 2004). Ao mesmo tempo único e integrado ao todo. De maneira semelhante, no pensamento cristão, autores como Mestre Eckhart descrevem a experiência mística como a fusão da alma na presença infinita de Deus, ultrapassando os limites da individualidade (McGinn, 2001).

Se dentro de um simples intervalo numérico há infinitos números, o que dizer da própria consciência e da subjetividade? Se o finito pode conter o infinito, será que nossa percepção da realidade é apenas um reflexo limitado de algo muito maior? A matemática e a espiritualidade, apesar de parecerem domínios distintos, talvez compartilhem a mesma essência: a busca por padrões universais que transcendem o tempo e o espaço. Assim, os números, como as experiências humanas, podem ser manifestações de uma verdade eterna que ainda estamos aprendendo a compreender.

O conceito de **zero** surgiu tardiamente na história da matemática, sendo um dos avanços mais revolucionários do pensamento humano. Enquanto as civilizações antigas já dominavam a contagem e os números inteiros, a ideia de um símbolo para representar o nada só foi plenamente incorporada por volta do século VII pelos matemáticos indianos, como Brahmagupta, que formalizou regras para sua utilização em operações algébricas (Boyer, 1991). O zero permitiu a criação do sistema posicional decimal, fundamento da matemática moderna, e possibilitou cálculos mais sofisticados, sendo essencial para o avanço da ciência e da tecnologia (IFRAH, 2000).

Entretanto, a importância do zero vai além de sua utilidade matemática. Seu significado filosófico e espiritual carrega paradoxos profundos. O zero representa tanto o vazio absoluto quanto a potencialidade infinita. No budismo, o conceito de *Śūnyatā* (vazio) ensinado por *Nāgārjuna* sugere que todas as coisas são interdependentes e vazias de uma existência inerente. O vazio, nesse sentido, não é ausência total, mas uma abertura para a transformação e a fluidez da realidade (Garfield, 1995).

No pensamento ocidental, a concepção do zero desafia as noções clássicas de existência. A tradição aristotélica rejeitava o vácuo, pois o “nada” não poderia ter um significado real. Apenas com a revolução matemática e filosófica do Renascimento o zero passou a ser aceito como um elemento fundamental, sendo crucial para a física moderna e as teorias do infinito (Kline, 1972). Essa aceitação reflete uma mudança na visão da realidade, onde o nada não é uma simples negação, mas um espaço para possibilidades infinitas.

A relação entre o zero e a espiritualidade também se expressa na concepção da unidade divina. Assim como os números reais formam uma continuidade infinita entre zero (0) e um (1), o conceito de Deus na filosofia e na teologia transcende as distinções entre o material e o imaterial, unificando todas as manifestações da existência. Nas tradições monoteístas, Deus não é apenas um ser isolado, mas a própria essência que permeia tudo, ecoando a ideia de que o universo – visível e invisível – é parte de uma totalidade fundamental (COBB, 2008).

Essa conexão entre matemática e metafísica sugere que o zero pode ser interpretado como um símbolo da origem e do absoluto, onde o nada contém o infinito e a ausência pode ser a plenitude. A compreensão do zero não apenas revolucionou a matemática, mas também oferece uma ponte entre diferentes tradições filosóficas e espirituais, mostrando que, muitas vezes, o vazio é o ponto de partida para o infinito.

No cristianismo, a noção de que “em Deus tudo está contido” (Bíblia, 2002, Colossenses 1, 16-17) ressoa com a ideia matemática de um conjunto infinito dentro de um limite aparente. A concepção de um Deus onipresente e absoluto sugere que todas as coisas estão interligadas dentro de uma única realidade abrangente. Esse pensamento se aproxima do conceito hindu de Brahman, descrito como a única existência verdadeira, onde todas as dualidades se dissolvem, revelando a ilusão da separação entre o individual e o absoluto.

Se números, espaços e formas são expressões de uma ordem universal, podemos considerar que a própria realidade é uma manifestação dessa unidade divina. O intervalo entre zero (0) e um (1), aparentemente simples, contém infinitos números reais, demonstrando que o infinito pode estar contido dentro de limites aparentes. Esse princípio matemático reflete um paralelo com a existência humana: nossa percepção limitada pode ser apenas uma fração de uma verdade maior, presente, mas ainda não totalmente compreendida (Kline, 1972).

O corpo humano, por exemplo, pode ser representado numericamente como um (1), mas dentro dele há uma infinidade de células, microrganismos e processos biológicos. A nível subatômico, somos compostos de partículas que seguem padrões quânticos de comportamento, sugerindo que, apesar da aparência finita, há um nível de complexidade infinita dentro de nós (Greene, 2004). Da mesma forma que o universo é constituído por sistemas imensuráveis dentro de uma unidade maior, o ser humano reflete essa estrutura fractal: um organismo finito que contém uma profundidade infinita de informações e possibilidades.

Essa relação entre o micro e o macro reforça a ideia de que o infinito não está apenas no vasto cosmos, mas também dentro de cada um de nós. A compreensão dessa dinâmica revela que a existência física e espiritual são reflexos de uma mesma realidade fundamental, onde os limites são apenas ilusões temporárias, e o infinito se manifesta tanto no espaço exterior quanto na interiorização da consciência.

Assim como entre zero (0) e um (1) existe o infinito dentro do finito, a pluralidade religiosa pode ser compreendida como diferentes aspectos captados de uma possível realidade de Deus, entre inúmeras que foram criadas por Ele. Nenhuma tradição religiosa é capaz de abarcar completamente a totalidade divina, mas cada uma pode ser vista como uma manifestação parcial dessa grandeza infinita.

Cada caminho espiritual é como uma fração dessa escala entre zero e um: algumas tradições enfatizam a transcendência divina, outras a sua imanência; algumas percebem Deus na forma, outras no vazio; algumas no silêncio, outras na palavra sagrada. No entanto, todas essas visões fazem parte de um Todo que ultrapassa qualquer definição única, mas, que restringe o infinito ao finito.

Essa perspectiva nos convida a um olhar mais amplo sobre a espiritualidade, reconhecendo que as diferentes religiões não são contradições, mas reflexos de uma mesma **Realidade Infinita**. Assim como a ciência nos ensina que o universo é composto por múltiplas dimensões ainda desconhecidas, a teologia pode nos ensinar que Deus se manifesta de formas que nossa percepção limitada ainda não pode compreender plenamente o infinito e o eterno.

AS FORÇAS INVISÍVEIS NA NATUREZA E NA VIDA

Há forças atuantes em todos os níveis da existência, desde a escala subatômica até as vastidões cósmicas. No nível microscópico, a matéria é sustentada por quatro interações fundamentais da física: a força gravitacional, a força eletromagnética, a força nuclear forte e a força nuclear fraca (Feynman, 1985). Essas forças sustentam a estrutura do universo e a dinâmica de tudo o que existe, desde a estabilidade dos átomos até o movimento das galáxias.

No nível molecular, encontramos fenômenos como a repulsão entre cargas iguais e a atração entre cargas opostas, princípios fundamentais do eletromagnetismo. As forças de coesão molecular, resultantes de interações químicas e da força de Van der Waals, mantêm substâncias unidas e possibilitam a existência de líquidos e sólidos. Em escalas ainda menores, a fissão nuclear libera quantidades colossais de energia ao quebrar o núcleo de átomos instáveis, sendo esse um princípio por trás das reações atômicas e do funcionamento do Sol (Weinberg, 1993).

Essas forças, embora invisíveis, moldam diretamente o nosso cotidiano. A eletricidade que usamos, o magnetismo que orienta dispositivos eletrônicos, e as ligações químicas que sustentam a biologia da vida são expressões concretas dessas interações fundamentais (Greene, 2004).

Além de sua importância científica, essas forças podem ser vistas como metáforas para a vida humana e suas relações. As forças de atração e repulsão refletem os laços e os conflitos que estabelecemos com os outros. Pessoas com ideias semelhantes se atraem, enquanto diferenças podem gerar afastamento, mas também estimular novas dinâmicas e aprendizados. A coesão, por sua vez, representa a capacidade de conexão e estabilidade nas interações humanas, sejam elas interpessoais, sociais ou espirituais. Nesse sentido, o **religare** diz respeito a essa conexão espiritual, na qual sentimos a presença do infinito em nossas vidas, reforçando a ideia de unidade e pertencimento ao todo.

A compreensão dessas forças nos leva a perceber que, em todos os níveis da realidade, existe um equilíbrio entre tensão e harmonia, destruição e criação, separação e união. Assim como no universo físico, onde forças opostas garantem a estabilidade da matéria e dos astros, na vida humana a interação entre opostos faz parte essencial do crescimento e da evolução.

O conceito da fissão nuclear, ao liberar uma imensa quantidade de energia ao quebrar um núcleo atômico, momentos de ruptura na vida podem gerar profundas transformações e crescimento. O colapso de uma estrutura estabelecida — seja

física, emocional ou espiritual — frequentemente antecede um novo estado de equilíbrio. Esse princípio, que governa desde os processos cósmicos até a evolução da consciência humana, mostra que destruição e criação são forças interligadas e essenciais ao desenvolvimento da vida (Feynman, 1985).

O entendimento dessas dinâmicas nos leva a perceber que, em todos os níveis da realidade, há um equilíbrio entre tensão e harmonia, separação e unidade, caos e ordem. No cosmos, as supernovas — estrelas que explodem — geram os elementos que compõem planetas e seres vivos. Na biologia, a morte celular programada (apoptose) permite a regeneração e a formação de novos tecidos. No plano humano, crises e mudanças muitas vezes abrem caminho para novas compreensões e oportunidades de evolução (Greene, 2004).

Se números, espaços e formas são manifestações de uma **ordem universal**, podemos considerar que a própria realidade é uma expressão dessa unidade fundamental. O intervalo entre zero (0) e um (1), que aparentemente é uma simples fração da reta numérica, contém infinitos números reais. Esse fato matemático reflete a ideia de que o infinito pode estar contido no finito, assim como nossa percepção limitada pode ser apenas uma pequena parte de uma verdade maior.

Da mesma forma, na espiritualidade, diversas tradições sugerem que nossa consciência individual é apenas uma expressão fragmentada de uma totalidade infinita. O conceito de Brahman, no hinduísmo, descreve uma realidade absoluta que transcende o tempo e o espaço, enquanto no taoísmo, o Tao representa a harmonia que permeia todas as coisas sem ser totalmente captável pela razão humana.

A ordem de grandeza nos permite compreender a escala dos fenômenos do universo, desde as menores partículas subatômicas até as vastidões do cosmos. Entre zero e um, encontramos uma fração infinita de possibilidades, uma medida que, por menor que pareça, contém dentro de si a potência de transformação. Esse intervalo pode ser visto como um símbolo do próprio princípio divino: a Unidade de Deus e sua manifestação infinita na criação.

Assim, seja no universo físico, na matemática ou na espiritualidade, a existência parece seguir um princípio comum: a transformação contínua e a interconexão entre o visível e o invisível, o finito e o infinito. A aceitação dessa dinâmica nos convida a compreender e fluir com os ciclos da vida, reconhecendo que cada ruptura pode ser uma passagem para algo maior e que, mesmo dentro de limites aparentes, há um campo infinito de possibilidades esperando para ser descoberto.

Deus, na concepção monoteísta, é a Unidade Absoluta. No entanto, essa Unidade não significa limitação, mas sim a origem de toda multiplicidade. O universo, com suas incontáveis formas e dimensões, emerge dessa Unidade primordial, que surge 'do nada', ou seja, sem uma causa material anterior, apenas pela vontade e poder divinos.

Se pensarmos na escala do universo, percebemos que há ordens de grandeza que ultrapassam nossa compreensão. Desde os átomos, que se encontram em uma ordem de 10^{-10} metros, até as galáxias, que se estendem por milhões de anos-

luz, tudo segue um princípio de expansão e transcendência. O que nos leva a um paradoxo filosófico: Deus, sendo Um, não está confinado a nenhuma escala, mas se manifesta em todas.

A DINÂMICA DA NATUREZA E A ILUSÃO DA ESTABILIDADE

Estamos imersos em processos dinâmicos que se desdobram continuamente, sejam eles visíveis ou perceptíveis por meio de sensações e estudos científicos. A natureza não é estática; manifesta-se através de ciclos, transformações e interações constantes, onde cada fenômeno é parte de uma rede de sistemas interconectados de causas e efeitos.

Desde os movimentos cósmicos até os processos biológicos, tudo no universo segue padrões de mudança e renovação. O ciclo das estações, a evaporação e condensação da água, a renovação celular em nossos corpos — todos são exemplos de sistemas que operam em equilíbrio dinâmico. A segunda lei da termodinâmica, que postula o aumento contínuo da entropia em sistemas fechados, reforça essa visão ao demonstrar que a transformação é inevitável e irreversível (Prigogine, 1997).

No entanto, a existência também apresenta um paradoxo fundamental: os processos naturais parecem seguir padrões repetitivos e previsíveis, mas ao mesmo tempo revelam uma imprevisibilidade inerente. O **princípio da incerteza**, formulado por Heisenberg (1958), mostra que, no nível quântico, a realidade não pode ser determinada com exatidão absoluta, desafiando a ideia de um universo completamente ordenado e previsível (Heisenberg, 1958).

Esse paradoxo entre **finitude e infinitude** está presente tanto na física quanto na filosofia e na espiritualidade. O universo observável possui limites mensuráveis, mas dentro desses limites, há estruturas fractais e sistemas caóticos que sugerem camadas de complexidade aparentemente infinitas (Mandelbrot, 1982).

Reconhecer essa dinâmica nos convida a abandonar a ilusão da permanência e a aceitar a fluidez da existência. O estudo dos fenômenos naturais nos revela que a transformação não é uma exceção, mas sim a regra fundamental do universo. Dessa forma, a compreensão da vida se torna uma busca por equilíbrio dentro da mudança, um exercício de adaptação diante da interseção entre o previsível e o inesperado.

Embora a humanidade busque estabilidade, a realidade é um fluxo constante. O que parece sólido e permanente — montanhas, continentes, até mesmo as estrelas — está em contínua transformação, apenas em escalas temporais que muitas vezes ultrapassam nossa percepção. Placas tectônicas se movem, estrelas nascem e morrem, e até os átomos que compõem nosso corpo já foram parte de outros sistemas estelares há bilhões de anos (Tyson, 2017).

Compreender essa dinâmica nos leva a uma reflexão mais realista sobre a própria existência. Assim como as forças naturais moldam o mundo físico, nossas experiências e relações são regidas por processos de mudança e adaptação. A ilu-

são da estabilidade nos oferece conforto, mas a essência da vida está na transformação. Culturas evoluem, sociedades se reorganizam e até a identidade individual está em fluxo constante, redefinindo-se ao longo do tempo (Prigogine, 1997).

Aceitar essa fluidez nos permite enxergar a realidade com mais clareza. A compreensão de que tudo faz parte de um equilíbrio dinâmico, desde os movimentos cósmicos até a consciência humana, nos convida a abandonar o apego à permanência e abraçar a impermanência como um princípio fundamental da existência.

A ilusão humana reside na crença de que a estabilidade pode ser um meio de vida seguro e permanente. No entanto, a própria estrutura da existência é dinâmica e imprevisível. Como uma tempestade de verão surge repentinamente no horizonte, desfazendo a aparente calma da tarde, os eventos da vida se desenrolam muitas vezes de maneira inesperada, desafiando nossa necessidade de controle e previsibilidade.

A expectativa de constância e tranquilidade em todos os aspectos da vida contrasta diretamente com a realidade da mudança contínua. Desde as forças cósmicas que regem a expansão do universo até as oscilações microscópicas das partículas subatômicas, tudo está em fluxo (Prigogine, 1997). Mesmo aquilo que percebemos como sólido e duradouro — montanhas, oceanos, civilizações — está sujeito ao tempo, à transformação e à impermanência.

Essa dinâmica também se manifesta na experiência humana. Nossos relacionamentos evoluem, nossas convicções mudam, e a identidade pessoal se redefine ao longo dos anos. Como argumenta Heráclito em sua filosofia do devir, “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio”, pois tanto o rio quanto o homem terão mudado.

Aceitar essa impermanência não significa resignação, mas sim uma compreensão mais ampla da vida como um processo em constante movimento. Ao invés de buscar uma estabilidade ilusória, podemos aprender a navegar pelas transformações com resiliência e adaptação, reconhecendo que a verdadeira segurança está não na rigidez, mas na capacidade de fluir com as mudanças inevitáveis.

A narrativa da passagem bíblica de Jonas ilustra profundamente a condição humana diante da mudança e da imprevisibilidade da vida. Buscando evitar sua missão espiritual, Jonas tentou escapar para um lugar de repouso e estabilidade. No entanto, foi lançado ao mar, engolido por um grande peixe e, mais tarde, encontrou abrigo temporário sob a sombra de uma planta, que logo foi destruída por insetos (Bíblia, 2002, Jonas 1, 1-17; 4, 6-7).

Esse episódio nos lembra que o refúgio que buscamos pode ser efêmero. A sombra que proporcionou alívio momentâneo a Jonas desapareceu rapidamente, demonstrando que a estabilidade que desejamos muitas vezes não é permanente. Deus utilizou essa experiência para ensinar a Jonas que a existência é dinâmica e imprevisível, e que a compaixão divina não segue os limites humanos de merecimento ou controle (Bolle, 2012).

A lição da história de Jonas ressoa com a realidade da vida: evitar desafios e buscar apenas conforto não impede que a transformação aconteça. Jonas foi con-

frontado com sua missão, somos constantemente chamados a enfrentar mudanças e aceitar que a jornada espiritual não se constrói sobre estabilidade absoluta, mas sim sobre a capacidade de crescer e se adaptar às reviravoltas do caminho.

A vida não é um estado fixo, mas um fluxo contínuo de transformações. O crescimento pessoal e espiritual ocorre justamente na aceitação dessa dinâmica, reconhecendo que a mudança não é uma ameaça, mas um processo essencial da existência. Assim como os sistemas naturais seguem ciclos de renovação e destruição — desde o ciclo das estações até a formação e dissolução das estrelas —, nossa experiência humana também se constrói sobre a impermanência (Prigogine, 1997).

O filósofo Heráclito já afirmava que “tudo flui”, indicando que a única constante na vida é a própria mudança. Resistir a essa realidade leva ao sofrimento, enquanto compreendê-la permite uma adaptação mais harmoniosa ao mundo (Graham, 2010). No pensamento budista, o conceito de “*anicca*” (impermanência) reforça que tudo é transitório e que a verdadeira sabedoria surge ao aceitar essa fluidez sem apego excessivo ao passado ou ao futuro.

Aceitar essa verdade nos permite navegar melhor pelas incertezas da vida, transformando desafios em oportunidades de aprendizado e evolução. Cada mudança carrega consigo não apenas um fim, mas também um novo começo. Quando compreendemos essa dinâmica, deixamos de buscar uma estabilidade ilusória e passamos a encontrar sentido na própria jornada, onde o crescimento surge da renovação constante.

O MUNDO INVISÍVEL E A ILUSÃO DO PODER

O mundo invisível porta em si verdades que não se submetem aos desejos humanos, especialmente aos anseios daqueles que buscam enriquecer às custas dos outros. Ao longo da história, inúmeras instituições e indivíduos exploraram a fé e a espiritualidade como ferramentas para consolidar poder e obter vantagens materiais. O que deveria ser um caminho de transcendência e evolução interior frequentemente se transforma em um mecanismo de controle e exploração.

Religiões, filosofias e práticas espirituais muitas vezes surgiram como respostas à busca humana pelo sentido da vida. No entanto, a espiritualidade, quando institucionalizada, pode ser distorcida para atender a interesses políticos e econômicos. Max Weber, ao analisar a relação entre religião e poder, observou que a estruturação das crenças muitas vezes leva à formação de hierarquias que beneficiam alguns em detrimento de outros, criando sistemas que garantem domínio e dependência (Weber, 1985).

A comercialização da fé também se tornou uma prática recorrente, seja por meio da venda de indulgências no passado ou da teologia da prosperidade na atualidade, onde a promessa de bênçãos materiais é usada como justificativa para a exploração financeira dos fiéis (Marshall, 2009). Essa distorção afasta a espiritualidade de seu propósito original e a transforma em um instrumento de manipulação,

mantendo as massas subjugadas por meio da culpa, do medo, da falsa esperança e na busca de soluções “mágicas” para seus problemas.

No entanto, a verdadeira espiritualidade não pode ser comprada ou vendida. Como apontam diversas tradições místicas, o sagrado transcende qualquer estrutura de poder humano e não se submete a interesses egoístas. A conexão com o invisível não está na ostentação de templos grandiosos ou no acúmulo de riquezas, mas na vivência autêntica da compaixão, da ética e da verdade (Huston, 2009).

Compreender essa realidade nos leva a questionar o que é genuíno na busca espiritual e a distinguir entre aquilo que promove um crescimento verdadeiro e o que apenas alimenta estruturas artificiais de poder. O mundo invisível não é propriedade de ninguém, e sua verdade se revela a quem busca com sinceridade, sem barganhas ou interesses ocultos. Porém, aqueles que agem com desonestidade, manipulam ou exploram os caminhos espirituais para benefício próprio não escapam das leis sutis que regem a existência. Mais cedo ou mais tarde, nesta vida ou além dela, o equilíbrio se restabelece, e cada dívida será cobrada conforme a justiça do universo.

A religião, idealmente uma ponte para a transcendência e o autoconhecimento, muitas vezes se transforma em um sistema de controle, onde a espiritualidade é manipulada para atender a interesses institucionais e políticos. Fiéis são incentivados a contribuir financeiramente, não por devoção genuína, mas movidos pelo medo, pela culpa ou por falsas promessas de prosperidade e bênçãos divinas (Weber, 1963). Muitos buscam a religião como se fosse um pronto-socorro espiritual, onde, ao obterem alívio para suas angústias momentâneas, retornam ao conforto de suas antigas rotinas sem um compromisso real com a transformação interior. Essa atitude reforça um ciclo de dependência, em vez de impulsionar um despertar genuíno para o sagrado e para a responsabilidade espiritual que cada um carrega.

A estrutura religiosa, sustentada por doações e sacrifícios de muitos, pode se tornar um mecanismo de dominação, criando hierarquias de poder que distanciam a fé de sua essência original. Essa distorção do propósito espiritual reflete o que Karl Marx chamou de “o ópio do povo”, onde a religião, em vez de promover libertação e consciência crítica, pode ser usada como um instrumento para manter as massas submissas (Marx, 1976). A promessa de recompensas futuras — no céu ou na forma de riqueza terrena — desvia a atenção das injustiças do presente, impedindo questionamentos e mantendo o poder nas mãos de poucos.

No entanto, os grandes mestres espirituais da humanidade enfatizaram a experiência direta com o divino, sem intermediários que condicionam a fé à contribuição monetária. A autenticidade da religiosidade está na busca por significado e transformação interior, não na obediência cega a sistemas que lucram com a fé alheia (Huston, 2009).

Compreender essa dinâmica nos permite questionar quando a religião serve à libertação e quando se torna um instrumento de exploração. A espiritualidade genuína não exige pagamento, não se submete a barganhas e não deve ser usada para sustentar estruturas que se afastam dos valores que dizem representar.

Ao longo da história, diversos mestres espirituais desafiaram a institucionalização da fé, enfatizando que a conexão com o divino é pessoal e direta. Jesus Cristo, por exemplo, criticou a hipocrisia dos líderes religiosos de sua época, que transformavam a fé em um instrumento de poder e exploração (Bíblia, 2002, Mateus 23:27-28). No sufismo, Rumi expressava que Deus não está restrito a igrejas ou mesquitas, mas pode ser encontrado no coração de quem busca com sinceridade.

A mercantilização da espiritualidade cria um paradoxo: aquilo que deveria ser um caminho de libertação se torna um meio de dominação. Como apontou Max Weber, a religião institucionalizada frequentemente se afasta da experiência mística e se converte em um sistema burocrático, onde rituais e contribuições materiais substituem a busca interior (Weber, 1963).

A busca pelo sagrado deve estar livre de barganhas e interesses comerciais, pois aquilo que é verdadeiro não pode ser comprado nem vendido. A espiritualidade autêntica não se mede por doações financeiras ou por promessas de prosperidade em troca de obediência. Quando o invisível é instrumentalizado para garantir privilégios e controle, o que se cria não é uma conexão genuína com o divino, mas ilusões passageiras, sustentadas por estruturas que cedo ou tarde desmoronam diante da verdade (Huston, 2009).

Vivemos em uma sociedade que naturalizou a ideia de merecimento como critério para a prosperidade e para a proximidade com o divino. A crença de que recompensas espirituais e materiais são concedidas àqueles que seguem determinadas normas humanas reforça estruturas de exclusão e desigualdade, muitas vezes ignorando que o mundo terreno impõe desafios maiores justamente para aqueles que questionam a ordem social estabelecida (Bourdieu, 1979).

Esse pensamento se manifesta em discursos religiosos e ideológicos que associam sucesso material à virtude pessoal, como na teologia da prosperidade, que prega que a fé e o esforço individual resultam em riquezas e bênçãos. No entanto, essa visão ignora as desigualdades estruturais e desconsidera que muitos dos que sofrem privações não o fazem por falta de mérito, mas porque estão inseridos em sistemas que favorecem a perpetuação do privilégio (Weber, 1963).

A cultura da “vantagem sobre o outro” estrutura a sociedade, tornando a compaixão e a justiça exceções, e não regras. Em vez de reconhecer a interdependência humana, essa lógica reforça a competição desenfreada, onde o sucesso de um muitas vezes depende da exploração de outros (Rawls, 1971). No entanto, neste mundo, tudo tem um preço, e cada ação gera consequências, visíveis ou invisíveis, que se manifestam ao longo da existência. Pagamos não apenas pelos atos desta vida, mas também por aqueles de vidas anteriores, carregando marcas que moldam nossa jornada presente. Nisso reside o grande mistério da morte: será que estamos aqui por merecimento, como uma dádiva da existência, ou apenas cumprindo uma pena, ajustando débitos espirituais de passagens anteriores? Esse questionamento nos leva a refletir sobre o verdadeiro propósito da vida e sobre como nossas escolhas determinam os ciclos que vivemos e revivemos.

Questionar essa lógica não significa negar a importância do esforço pessoal, mas sim reconhecer que o verdadeiro avanço social e espiritual não pode estar condicionado apenas a uma visão meritocrática limitada. A verdadeira justiça não se mede pelo acúmulo de riquezas ou status, mas pela capacidade de construir um mundo onde a dignidade e a equidade sejam acessíveis a todos.

Além da ordem social humana, existe uma ordem espiritual que interage constantemente com o mundo material. Essa dimensão invisível não apenas orienta aqueles que buscam crescimento e compreensão, mas também exige responsabilidade e coerência de quem trilha o caminho da evolução espiritual (Éliade, 1957).

Tradições espirituais e filosóficas de diferentes culturas apontam para a existência de forças que auxiliam e protegem os indivíduos, enquanto outras cobram e testam, desafiando a integridade de cada um. No cristianismo, essa dinâmica pode ser vista na ideia de provas que fortalecem a fé e no conceito de livre-arbítrio, onde cada ação gera consequências espirituais (Lewis, 1942). No hinduísmo e no budismo, o conceito de karma expressa essa inter-relação entre escolhas e resultados, destacando que o desenvolvimento espiritual exige enfrentamento e aprendizado contínuo nas reencarnações.

Essa interação entre os planos material e espiritual sugere que a evolução não é apenas um processo linear, mas sim uma jornada marcada por desafios que testam a sinceridade da busca individual. Há ciclos de proteção e amparo, mas também momentos de confrontação e transformação, onde as forças do invisível atuam não apenas como guias, mas também como instrumentos de aprendizado e mudança (Steiner, 1910).

Compreender essa dinâmica nos leva a uma visão mais ampla da existência, onde a realidade não se limita ao que é visível e imediato. Aceitar que forças sutis influenciam a jornada humana pode ser um passo essencial para o autoconhecimento e para a construção de uma vida mais consciente e equilibrada.

Entre o mundo concreto e o espiritual, há dinâmicas que desconhecemos, forças sutis e hierarquias invisíveis que influenciam os acontecimentos e os destinos humanos. Essas interações sugerem que a realidade não se limita ao plano físico, sendo permeada por influências espirituais que moldam a experiência humana de maneiras que muitas vezes escapam à percepção comum (Éliade, 1957).

De acordo com diferentes tradições espirituais, encarnados e desencarnados estão sujeitos a essa rede de influências. Algumas dessas forças auxiliam e protegem, oferecendo suporte para superar desafios e evoluir espiritualmente. Outras, no entanto, podem atuar como obstáculos e provas, manifestando-se na forma de obsessões, conflitos e energias desestabilizadoras (Kardéc, 2017). No espiritismo, por exemplo, a obsessão espiritual é descrita como um processo em que entidades desencarnadas influenciam negativamente aqueles que, por fragilidade emocional ou moral, se tornam vulneráveis a tais interferências (Kardéc, 2015).

O conceito de livre-arbítrio, frequentemente entendido como autonomia plena nas decisões humanas, pode ser parcialmente condicionado por essas interações invisíveis. Embora cada indivíduo possua a capacidade de escolha, essas escolhas

são, muitas vezes, influenciadas por fatores externos e espirituais, seja por meio de intuições, inspirações elevadas ou, inversamente, por influências negativas que reforçam padrões de pensamento e comportamento limitantes (Steiner, 1910).

Reconhecer essa interconexão entre o visível e o invisível não significa negar a responsabilidade individual, mas ampliar a compreensão sobre a complexidade da existência. O verdadeiro crescimento espiritual ocorre quando se desenvolve discernimento para identificar essas influências e agir com consciência, assumindo o controle sobre o próprio caminho em meio às forças que atuam na jornada humana. No entanto, essa caminhada é repleta de ilusões, desejos, vontades e distrações que afastam as pessoas de uma verdadeira salvação — não no sentido dogmático de redenção, mas no sentido de abandonar erros e falhas ao longo da existência, evoluindo para um estado de maior consciência e equilíbrio. Em meio às seduções do mundo, muitos se perdem em promessas vazias, em uma busca incessante por satisfação imediata que, no fundo, apenas os mantém presos ao ciclo de sofrimento e ignorância. Libertar-se desse ciclo exige vigilância, esforço e uma disposição genuína para transcender as armadilhas que desviam do verdadeiro propósito da vida. E qual seria esse propósito senão a busca pela vida eterna? Não como um prolongamento indefinido da existência material, mas como a conquista de um estado de plenitude onde o ser não está mais sujeito às ilusões do tempo, do sofrimento e da impermanência, alcançando, enfim, a verdadeira libertação.

A verdadeira evolução espiritual não ocorre apenas pelo desejo de ascensão ou pela crença no merecimento, mas pelo enfrentamento das forças que moldam tanto a realidade física quanto a metafísica. Assim como no mundo material enfrentamos desafios que nos fazem crescer, no plano espiritual há forças que testam nossa integridade, resiliência e compreensão mais próxima da Verdade sobre a existência (Kardéc, 2017).

Compreender essa dinâmica significa aceitar que a vida é um constante equilíbrio entre o visível e o invisível, entre as provações do mundo terreno e as forças que regem a existência além da percepção comum. Como um navegante ajusta suas velas de acordo com os ventos, o ser humano deve aprender a reconhecer e harmonizar essas influências, utilizando a sabedoria adquirida para seguir adiante com mais lucidez e propósito (Steiner, 1910).

A evolução espiritual, portanto, não é uma linha reta, mas um caminho de desafios, aprendizado e transformação. A verdadeira maturidade espiritual nasce quando se compreende que o crescimento não se dá apenas pela crença ou pela vontade, mas pela capacidade de enfrentar, com coragem e discernimento, as forças que nos moldam e nos convidam a ir além do que os olhos podem ver.

A busca pela eternidade e pela paz duradoura — um mundo sem dor, injustiça e repleto de fartura — sempre foi um ideal projetado pela humanidade sob o nome de Paraíso. Esse conceito, presente em diversas tradições religiosas e filosóficas, reflete o anseio humano por um estado de plenitude e equilíbrio. No entanto, essa condição idealizada parece distante da realidade, onde as relações de poder e interesse frequentemente se sobrepõem à solidariedade e à justiça (Ricoeur, 1995).

A promessa de um paraíso futuro, seja ele celestial ou terreno, muitas vezes serviu como esperança e consolo, mas também como um mecanismo de controle social, adiando a possibilidade de transformação concreta no presente. A teologia cristã apresenta o Reino de Deus como um ideal de justiça, enquanto utopias políticas buscaram criar sociedades perfeitas na Terra — muitas vezes resultando em frustrações e contradições (Bloch, 1986).

Essa dicotomia entre o ideal e o real levanta uma questão essencial: o Paraíso seria um destino a ser alcançado ou um estado interior a ser cultivado? Enquanto algumas tradições enfatizam a redenção futura, outras sugerem que a verdadeira transformação ocorre **no presente**, na maneira como nos relacionamos e estruturamos o mundo ao nosso redor (Tillich, 1951).

Talvez o Paraíso não seja uma promessa distante, mas um processo em construção, acessível na medida em que a humanidade substitui relações de dominação por relações de empatia e cooperação. O desafio, então, não é apenas esperar pela redenção, mas agir para tornar a existência mais justa e harmoniosa aqui e agora.

Vivemos em uma sociedade que naturalizou a ideia de merecimento como critério para a prosperidade e para a proximidade com o divino. Essa crença, enraizada tanto em discursos religiosos quanto em ideologias sociais, sugere que a recompensa espiritual ou material é concedida apenas àqueles que seguem determinadas normas ou demonstram esforço individual. No entanto, essa visão ignora que o mundo terreno impõe desafios desproporcionais, principalmente àqueles que questionam a ordem social estabelecida (Bourdieu, 1979).

A noção de que o sucesso é exclusivamente resultado do mérito pessoal desconsidera as desigualdades estruturais e as barreiras que impedem o acesso equitativo a oportunidades. No campo religioso, essa ideia se manifesta na teologia da prosperidade, que associa bênçãos materiais à fé, criando uma relação de causa e efeito entre religiosidade e sucesso financeiro (Weber, 1963). Essa lógica reforça uma cultura onde o privilégio e a vantagem sobre o outro se tornam norma, enquanto a compaixão e a justiça são relegadas a exceções.

Na busca de conhecimento e sabedoria, percebemos que essa dinâmica nos leva a questionar até que ponto o merecimento humano realmente supera a construção social usada para legitimar privilégios e desigualdades. O verdadeiro crescimento humano e espiritual não pode ser medido apenas pela acumulação de bens ou status, mas sim pela capacidade de promover equidade, solidariedade e transformação em um mundo que, muitas vezes, premia mais a obediência arbitrária do que a justiça e a equidade.

Historicamente, diversas tradições espirituais alertaram sobre esse perigo. No cristianismo, Jesus Cristo criticou a hipocrisia dos que se julgavam justos apenas por cumprirem regras externas, enquanto ignoravam a justiça e o amor ao próximo (Bíblia, 2002, Lucas 11, 42). Desafiar essa estrutura social baseada em um falso merecimento, no entanto, não ocorre sem consequências. Aqueles que questionam esse sistema frequentemente enfrentam perseguições e confrontos com o poder político e econômico, que se esforça continuamente entre gerações para manter seus privilégios e a ilusão de legitimidade sobre os que estão à margem.

No budismo, a noção de karma não se resume a um sistema de recompensas e punições, mas representa um processo contínuo de aprendizado e evolução espiritual. Os desafios da vida não são meras adversidades, mas oportunidades para o crescimento interior, refletindo as ações e intenções passadas de cada indivíduo. Aqueles que não conseguem superar esses obstáculos permanecem presos ao ciclo de *Samsara*, a roda incessante de nascimento, morte e renascimento. Somente ao compreender e alinhar suas ações ao *Dharma*—a verdade e o caminho correto—o ser humano pode transcender essas limitações e atingir o *Nirvana*, o estado de libertação plena, onde o sofrimento cessa e a consciência se funde com a realidade última, alcançando a verdadeira eternidade espiritual.

A Ordem Espiritual

Além da ordem social humana, existe também uma ordem espiritual que interage constantemente com o mundo material. Essa dimensão invisível não apenas orienta e ampara aqueles que buscam crescimento e compreensão, mas também exige responsabilidade e coerência de quem trilha o caminho da evolução espiritual (Eliade, 1957).

De acordo com diferentes tradições espirituais, essa interação ocorre por meio de forças sutis que atuam como agentes de aprendizado e transformação. Algumas energias auxiliam e protegem, enquanto outras cobram e testam, colocando à prova a integridade dos indivíduos. No espiritismo, essa dinâmica é descrita como a influência dos espíritos sobre os encarnados, tanto de forma benéfica (espíritos protetores) quanto desafiadora (obsessores espirituais) (Kardéc, 2017).

Essa interação entre o visível e o invisível sugere que a evolução espiritual não é um privilégio concedido, mas um processo de aprendizado contínuo, no qual cada ser humano deve lidar com provas que desafiam suas crenças, valores e escolhas. Assim como forças naturais moldam o mundo físico, forças espirituais moldam a consciência e o caráter, impulsionando o indivíduo a enfrentar suas próprias sombras e desenvolver discernimento e equilíbrio (Steiner, 1910). Compreender essa dinâmica nos leva a enxergar a vida como um campo de aprendizado onde as dificuldades não são meros obstáculos, mas oportunidades de crescimento. A aceitação dessa realidade amplia a percepção da existência, mostrando que cada desafio traz consigo um chamado para a evolução, e que, na jornada espiritual, tanto o amparo quanto as provações são essenciais para o despertar da consciência.

Portanto, a evolução espiritual exige **vivência, aprendizado e autodomínio**. No hinduísmo, o conceito de *Dharma* refere-se ao caminho correto que cada ser deve trilhar, muitas vezes enfrentando obstáculos e provações para amadurecer espiritualmente. No cristianismo, a metáfora da “porta estreita” sugere que a jornada espiritual exige esforço e comprometimento, e não é concedida por mérito superficial (Bíblia, 2002, Mateus 7, 13-14). Compreender essa dinâmica significa reconhecer que a vida é um constante equilíbrio entre o visível e o invisível, entre as provações do mundo terreno e as forças que regem a existência além do que os olhos podem ver.

Enfim, a busca teológica por Deus passa pelos estudos das Ciências Naturais como meio de compreensão dos fenômenos dinâmicos aos quais estamos sujeitos como matéria moldada por forças invisíveis — gravidade, magnetismo, energia quântica — para a compreensão da consciência humana, que também tem sido influenciada por correntes e forças espirituais que nos testam e orientam para nosso desenvolvimento pessoal e coletivo. A verdadeira maturidade espiritual nasce quando se compreende que o crescimento não se dá apenas pela fé ou pelo desejo de evolução de forma passiva, mas pela capacidade de enfrentar, com coragem e discernimento, as forças que atuam sobre a jornada humana ao superar nossas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coexistência do infinito com o finito, um reflexo da interconexão entre o divino e a realidade humana. No caminho da evolução espiritual, a busca pelo infinito encontra sua manifestação dentro dos limites da experiência humana. O entendimento da ordem universal não se limita apenas ao intelecto, mas à vivência do sagrado no cotidiano. O **religare**, a reconexão com o divino, manifesta-se em diferentes tradições como a unção de Deus, a energia do Espírito Santo ou a sensação de vibração (ou imantação) e calor no corpo. Essas experiências representam e evidenciam a presença do infinito na matéria, transformando o ser e elevando sua consciência para além das ilusões do mundo material.

Apesar de mencionarmos “**verdadeira espiritualidade**” de forma enfática, é fundamental reconhecer que a verdade se manifesta de maneira subjetiva na vida das pessoas. O que para uns é uma verdade absoluta, para outros pode ser uma ilusão ou falsidade, e vice-versa. Essa relatividade da percepção tem sido, ao longo da história, motivo de conflitos, pois diferentes grupos tentam impor suas crenças como a única realidade legítima. Dessa disputa emergem guerras, perseguições e sistemas de opressão, onde a imposição de uma “verdade” sobre os demais se torna justificativa para a dominação.

Grupos religiosos, políticos e econômicos dominantes frequentemente utilizam essa lógica para consolidar sua hegemonia, buscando estabelecer suas ideologias como verdades inquestionáveis. A escravidão, por exemplo, encontrou no passado meios de se legitimar sob discursos distorcidos que a apresentavam como um estado natural ou até mesmo divinamente ordenado, causando dor e sofrimento inimagináveis. Da mesma forma, sistemas políticos e econômicos historicamente se sustentaram através da manipulação ideológica, justificando desigualdades, exploração e controle social sob o pretexto de ordem, progresso ou até mesmo bem-estar coletivo. Esse padrão se repete sempre que uma visão de mundo se coloca acima das outras sem questionamento, levando à intolerância e ao apagamento da diversidade de experiências espirituais e existenciais.

No entanto, muitas religiões negam ou rejeitam as experiências sensitivas como meio legítimo de conexão com o sagrado, restringindo a espiritualidade a dogmas e práticas institucionalizadas. A comunicação com o mundo além é fre-

quentemente desacreditada, seja por receio de que certas verdades venham à tona, expondo más ações e incoerências, seja pelo interesse em manter os fiéis sob controle, sem permitir que busquem respostas por si mesmos. Essa negação pode ser interpretada como um mecanismo de defesa contra possíveis cobranças espirituais ou como uma forma de assegurar que a autoridade religiosa permaneça inquestionável. Contudo, a vivência espiritual autêntica não pode ser limitada por instituições ou crenças rígidas, pois a presença do divino se manifesta livremente, guiando aqueles que buscam a verdade com sinceridade e abertura de coração.

A hierarquia espiritual e a ordem divina não são instrumentos de opressão, mas diretrizes para a harmonia e o crescimento da humanidade. Pela abstração, o pensamento racional, assim como a matemática nos revela uma estrutura oculta que permeia o universo, a espiritualidade nos convida a reconhecer a presença de Deus em todas as coisas, inclusive nas relações humanas, na natureza e nos ciclos que regem a existência. Essa presença se manifesta na sabedoria dos ensinamentos espirituais, na sincronicidade dos acontecimentos e no equilíbrio das leis universais, guiando cada indivíduo em sua jornada de evolução e autoconhecimento.

Os enviados espirituais, sejam profetas, sábios ou guias, desempenham um papel essencial na iluminação da consciência coletiva, auxiliando a humanidade a se aproximar do divino e a compreender sua própria jornada. A Luz de Deus se manifesta no mundo físico para transformar o ser humano, sublimando suas imperfeições e conduzindo sua alma a um estado vibracional mais elevado. O processo de conversão da matéria finita, repleta de desejos e ilusões, em um ser mais consciente e alinhado com a verdade divina é um dos princípios fundamentais da evolução espiritual.

Os ensinamentos de Jesus Cristo não são apenas narrativas do passado, mas princípios atemporais que desafiam cada ser humano a viver com amor, humildade e justiça. Seu exemplo continua sendo um chamado para uma vida mais consciente e comprometida com a verdade e a compaixão. Ele demonstrou, em seus atos e palavras, que a verdadeira transformação ocorre no interior do ser, quando este escolhe seguir o caminho da luz e abandonar as sombras do egoísmo e da ilusão. Jesus Cristo mostrou que o amor incondicional e o serviço ao próximo são os meios pelos quais a alma pode elevar-se e reencontrar sua essência divina.

Se a busca pela compreensão do infinito e da ordem universal nos leva a refletir sobre a essência da existência, também nos convida a agir no mundo com responsabilidade e generosidade. A verdadeira evolução espiritual não está apenas em alcançar o conhecimento, mas em aplicá-lo para transformar a realidade com empatia e integridade. Aquele que compreende a conexão entre o infinito e o finito, entre o divino e a matéria, reconhece que sua existência é um campo de aprendizado e refinamento espiritual.

Apesar de compreendermos que a materialidade requer um financiamento para manter sua estrutura no mundo dos homens, muitos ministros religiosos deixam a ganância pelo poder e o acúmulo de riquezas serem suas diretrizes na vida, afastando-se do exemplo de Jesus Cristo e de outros que atingiram estados iluminados. Ao questionarmos essas posturas, evidenciamos que há um reflexo do

desejo do querer mais para si, o que contraria os princípios da humildade e do desapego ensinados pelas grandes tradições espirituais. A verdadeira espiritualidade não pode ser medida pelo acúmulo de bens, mas pela capacidade de servir e compartilhar, promovendo um mundo mais equilibrado e justo.

O infinito se revela na finitude, e a presença de Deus se manifesta por meio daqueles que escolhem seguir o caminho da verdade e do amor. O intervalo entre zero (0) e um (1) simboliza uma infinidade de possibilidades, mostrando que mesmo dentro de limites aparentes, há um campo infinito de transformação e crescimento.

O convite para essa jornada está aberto a todos, pois, como ensinou Jesus, “o Reino de Deus está dentro de vós” (Bíblia, 2002, Lucas 17, 21). Quando o ser humano aceita essa verdade e permite que a Luz Divina o transforme, ele se torna um canal de amor e justiça no mundo, um reflexo do infinito dentro dos limites da matéria, um religamento com Deus.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BLOCH, Ernst. **The Principle of Hope**. MIT Press, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction: Critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOYER, Carl B. **A History of Mathematics**. Wiley, 1991.
- BOLLE, Kees W. **The Freedom of Man in Myth**. Vanderbilt University Press, 2012.
- COBB Jr., John B. **Back to Darwin: A Richer Account of Evolution**. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans Publishing Company, 2008.
- DAUBEN, Joseph. **Georg Cantor: His Mathematics and Philosophy of the Infinite**. Princeton University Press, 1990.
- ELIADE, Mircea. **The Sacred and the Profane: The Nature of Religion**. Harcourt, 1957.
- FEYNMAN, Richard P. **The Character of Physical Law**. MIT Press, 1985.
- GARFIELD, Jay L. **The Fundamental Wisdom of the Middle Way: Nāgārjuna's Mūlamadhyamakakārikā**. Oxford University Press, 1995.
- GRAHAM, Daniel W. **Heraclitus: Flux and Logos**. Cambridge University Press, 2010.
- GREENE, Brian. **The Fabric of the Cosmos: Space, Time, and the Texture of Reality**. Knopf, 2004.
- HEISENBERG, Werner. **Physics and Philosophy: The Revolution in Modern Science**. Harper & Row, 1958.

HUSTON, Smith. **The World's Religions: Our Great Wisdom Traditions.** HarperOne, 2009.

IFRAH, Georges. **The Universal History of Numbers: From Prehistory to the Invention of the Computer.** Wiley, 2000.

KARDÉC, Allan [1857]. **O Livro dos Espíritos.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2017.

KARDÉC, Allan [1861]. **O Livro dos Médiuns.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2015.

KLINE, Morris. **Mathematical Thought from Ancient to Modern Times.** Oxford University Press, 1972.

LEWIS, C. S. **The Problem of Pain.** HarperOne, 1942.

MANDELBROT, Benoît. **The Fractal Geometry of Nature.** W. H. Freeman, 1982.

MARSHALL, Peter. **The Reformation: A Very Short Introduction.** Oxford University Press, 2009.

MARX, Karl. **Introduction to A Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Right.** Translated by Mckinnon, A.M. Collected Works, Vol. 3, New York, 1976.

MCGINN, Bernard. **The Mystical Thought of Meister Eckhart: The Man from Whom God Hid Nothing.** Crossroad, 2001.

PRIGOGINE, Ilya. **The End of Certainty: Time, Chaos, and the New Laws of Nature.** Free Press, 1997.

RAWLS, John. **A Theory of Justice.** Harvard University Press, 1971.

RICOEUR, Paul. **The Symbolism of Evil.** Beacon Press, 1995.

ROOD, Tim. **Mathematics and the Divine: A Historical Study.** Princeton University Press, 2022.

RUMI, Jalal ad-Din. **The Masnavi: Book One.** Oxford University Press, 2004.

STEINER, Rudolf. **Theosophy: An Introduction to the Spiritual Processes in Human Life and in the Cosmos.** Anthroposophic Press, 1910.

STEWART, Ian. **In Pursuit of the Unknown: 17 Equations That Changed the World.** Basic Books, 2017.

TILLICH, Paul. **Systematic Theology.** University of Chicago Press, 1951.

TYSON, Neil deGrasse. **Astrophysics for People in a Hurry.** W. W. Norton & Company, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo [1905].** São Paulo, Pioneira, 1985.

WEBER, Max. **The Sociology of Religion**. Beacon Press, 1963.

WEINBERG, Steven. **The First Three Minutes: A Modern View of the Origin of the Universe**. Basic Books, 1993.



A Teologia Mística como Linguagem do Sagrado

Mystical Theology as the Language of the Sacred

Guilherme Afonso Pereira Palacios

Resumo: No cristianismo místico, a noção de trevas é reinterpretada por Pseudo-Dionísio Areopagita, que a associa a uma experiência transcendental da presença divina, distinta da concepção de ignorância e sofrimento encontrada no Espiritismo ou no Budismo. Areopagita defende a Teologia Apofática, que busca conhecer Deus não pelo que Ele é, mas pelo que Ele não é, rejeitando qualquer tentativa de definição humana. Para ele, a verdadeira natureza de Deus está além da razão e da percepção sensorial, e a “treva mais que luminosa” representa um estado onde a alma se esvazia do conhecimento racional e se entrega ao mistério divino. A Teologia Mística propõe que a realidade espiritual transcende as limitações humanas e que a busca pela verdade envolve superar as ilusões do intelecto. A sabedoria não está na acumulação de conceitos, mas na capacidade de ir além deles, abraçando o mistério com humildade. O conceito de trevas, portanto, não se limita a um sofrimento ou ignorância, mas pode ser uma experiência espiritual superior. O ensaio sugere que a Teologia Mística deve ir além dos dogmas religiosos e promover uma vivência do divino, respeitando a diversidade de tradições espirituais e reconhecendo o mistério como revelação e inspiração.

Palavras-chave: teologia mística; areopagita; transcendental; trevas luminosas.

Abstract: In Christian mysticism, the concept of darkness is reinterpreted by Pseudo-Dionysius Areopagita as a transcendental experience of the divine presence, differing from the notions of ignorance and suffering found in Spiritism or Buddhism. Areopagita advocates for Apophatic Theology, which seeks to know God not by what He is, but by what He is not, rejecting any attempt to define Him through human concepts. According to him, God’s true nature is beyond reason and sensory perception, and the “more-than-luminous darkness” represents a state in which the soul empties itself of rational knowledge and surrenders to the divine mystery. Mystical Theology proposes that spiritual reality transcends human limitations and that the search for truth requires overcoming intellectual illusions. Wisdom, in this context, is not the accumulation of concepts but the ability to transcend them, embracing the mystery with humility. Thus, the concept of darkness is not limited to suffering or ignorance, but can also represent a higher spiritual experience. The essay suggests that Mystical Theology should transcend religious dogmas and encourage direct experience of the divine, respecting the diversity of spiritual traditions and recognizing mystery as both revelation and inspiration.

Keywords: mystical theology; areopagite; transcendental; luminous darkness.

INTRODUÇÃO

A experiência do divino sempre foi um tema central na filosofia e na teologia, mas poucos pensadores abordaram essa questão de maneira tão radical quanto Pseudo-Dionísio, o Areopagita. Em sua **Teologia Mística**, ele propõe um caminho apofático¹, no qual o conhecimento de Deus não se dá por meio de afirmações, mas

1 Na mística cristã, a abordagem apofática busca compreender Deus por meio da negação (via negativa), reconhecendo Sua transcendência e indescritibilidade. Em vez de afirmar o que Deus é, destaca-se o que Ele não é (ex.: “Deus não é finito” ou “Deus não é limitado pelo tempo ou espaço”).

pela **negação de todas as coisas**. Segundo essa perspectiva, Deus não pode ser descrito em termos humanos com palavras ou conceitos, pois Ele transcende toda forma de existência e compreensão. Essa proposta mística de Pseudo-Dionísio se insere em um contexto histórico e filosófico no qual a busca pela verdade divina estava intrinsecamente ligada à capacidade humana de conceber e entender o mundo. Para o Areopagita, no entanto, o divino está além de qualquer possibilidade de definição. Sua teologia apofática não sugere uma falta de conhecimento, mas uma negação consciente e respeitosa das limitações do intelecto humano. A realidade de Deus, em sua totalidade, não pode ser capturada em categorias finitas, o que impõe um paradoxo intrigante: o mais próximo que podemos chegar de Deus é reconhecendo que, no fundo, **Ele** não é como nada do que conhecemos ou ainda seja restrito em uma determinada religião.

Este ensaio explorará as ideias centrais da teologia mística areopagítica, analisando seu significado e sua proposta de uma ascensão espiritual baseada no despojamento total do intelecto e dos sentidos. Em seguida, buscaremos refletir sobre como essa visão dialoga com a realidade contemporânea. Em um mundo cada vez mais marcado pela racionalização extrema e pela busca incessante por definições e certezas, a ideia de um Deus inominável e inalcançável pode parecer distante – ou, talvez, mais necessária do que nunca. Devido à intolerância religiosa e ao fato de muitas religiões elegerem como únicas verdades, a concepção de um divino que transcende qualquer definição rígida pode oferecer um caminho para o diálogo inter-religioso, a humildade espiritual e o respeito à diversidade de crenças.

Ao final, deixaremos nossas impressões sobre a viabilidade dessa abordagem para a espiritualidade moderna. Seria a via negativa uma resposta para o excesso de dogmas e informações que moldam nossa experiência do Sagrado hoje? Ou, ao contrário, sua negação radical da linguagem e do conhecimento a torna incompatível com as necessidades da vida atual? Essas são algumas das questões que iremos abordar ao longo deste ensaio.

Se, por um lado, a teologia apofática oferece um refúgio contra a rigidez das doutrinas e a fragmentação das crenças em um mundo plural, por outro, sua ênfase na incomunicabilidade do divino pode gerar um distanciamento prático da fé vivida.

A via negativa proposta por Pseudo-Dionísio implica uma ascensão espiritual que se baseia no despojamento total do intelecto e dos sentidos. Em vez de tentar conceber Deus por meio de ideias e imagens limitadas, o devoto deve, por meio da oração, da contemplação e da renúncia ao ego, purificar sua percepção até que, em última instância, alcance uma união com o divino a qual não poderá ser articulada em palavras². O caminho místico se torna, portanto, um processo de desapego, no

2 Nas religiões de matrizes africanas, os Orixás não se comunicam diretamente com as pessoas de maneira verbal, mas se manifestam por meio de rituais, oráculos, sonhos e da incorporação em médiuns, como filhos e filhas de santo. Essa forma de comunicação indireta não é exclusiva dessas tradições. Em diversas religiões, o contato com o sagrado ocorre por meio de intermediários, como profetas, santos ou médiuns, ou ainda por experiências intuitivas e simbólicas. No cristianismo, Deus se revela através de profetas e santos; no espiritismo, por meio de médiuns; e em tradições místicas, como o sufismo ou a via apofática cristã, a compreensão do divino se dá através da contemplação e da experiência espiritual subjetiva.

qual o conhecimento não é acumulado, mas progressivamente deixado para trás, até que o sujeito, desprovido de todas as suas construções mentais, possa entrar em contato com o mistério absoluto e vivenciá-lo.

O ser humano, em sua busca pelo sagrado, muitas vezes necessita de símbolos, ritos e narrativas que forneçam um alicerce para sua espiritualidade. A via negativa, ao rejeitar definições concretas, corre o risco de tornar-se uma experiência mística reservada a poucos, enquanto a maioria anseia por um Deus único e exclusivo que possa ser nomeado e compreendido conforme suas expectativas humanas.

Nesse ponto, surge a tensão entre a busca pela transcendência absoluta e a necessidade humana de concretizar a experiência religiosa. A espiritualidade no cotidiano frequentemente se manifesta em práticas, sinais e representações simbólicas, uma linguagem mística, permitindo ao devoto estabelecer uma relação tangível com o Sagrado. Ao mesmo tempo, a via negativa propõe uma espiritualidade mais intrínseca e sutil, que pode parecer inacessível para aqueles que não possuem a mesma compreensão mística ou vivência transcendental. Esse caminho exige o desenvolvimento de faculdades mentais extrassensoriais, frequentemente associadas àqueles que são considerados escolhidos para atuar como porta-vozes do sagrado.

Ainda assim, em tempos de relativismo e múltiplas perspectivas sobre o divino, a abordagem apofática pode se revelar uma via de encontro, ao invés de exclusão. Ao nos lembrar de que nenhuma imagem ou conceito pode conter plenamente a essência do sagrado. Um convite ao respeito pelas diversas tradições religiosas e humildade diante do mistério. Entretanto, a questão central não é apenas se a via negativa é compatível com a espiritualidade contemporânea, mas como ela pode dialogar ou não com outras formas de conhecimento e vivências da fé, sem perder seu caráter essencialmente transcendente.

Em um mundo em que as crenças são frequentemente tomadas como certezas absolutas³, essa visão nos desafia a aceitar a pluralidade religiosa como uma expressão legítima da busca humana pelo sagrado.

Entretanto, a questão central não é apenas se a via negativa é compatível com a espiritualidade contemporânea, mas como ela pode dialogar ou não com outras formas de conhecimento e vivências da fé, sem perder seu caráter essencialmente transcendente. A espiritualidade moderna, com seu desejo de respostas práticas e imediatas, pode achar difícil abraçar plenamente uma abordagem que se caracteriza pela negação e pelo distanciamento da linguagem e das construções conceituais. A via negativa pode, portanto, parecer distante das necessidades urgentes e pragmáticas da vida cotidiana. No entanto, quando aplicada com sen-

3 As certezas absolutas tornam-se problemáticas quando envolvem a afirmação de conhecimento infalível sobre o futuro, como previsões que não se concretizam, ou a reivindicação de exclusividade da salvação por uma instituição religiosa. No primeiro caso, falsas profecias podem minar a credibilidade do discurso religioso e gerar frustração entre os fiéis, contrariando a natureza da espiritualidade, que requer humildade diante do desconhecido. No segundo, a exclusão de outras tradições ignora a diversidade da experiência do sagrado e pode levar ao dogmatismo e à intolerância. Uma espiritualidade autêntica valoriza a busca sincera pela verdade, o diálogo e o respeito à pluralidade de caminhos.

sibilidade e compreensão, pode proporcionar uma forma de espiritualidade mais inclusiva, que, ao invés de excluir, busca unir os diferentes modos de experienciar o divino.

Em última análise, a teologia mística de Pseudo-Dionísio desafia-nos a olhar para além das certezas e definições do mundo moderno, convidando-nos a reconhecer o mistério e a profundidade do divino, que sempre estará velado sob um véu que será, em sua essência, inefável.

O PARADOXO DA COMPREENSÃO DE DEUS: ENTRE O FINITO E O INFINITO

A busca por compreender Deus sempre confrontou a humanidade com seus próprios limites. Ao tentar conceituar o divino, o pensamento humano inevitavelmente se depara com contradições que, longe de serem falhas na lógica, tornam-se necessárias para expressar o inefável. Na Teologia Mística, Pseudo-Dionísio, o Areopagita, apresenta um Deus que está além de toda compreensão. Esse paradoxo fundamental indica que, para conhecê-lo, é preciso renunciar ao conhecimento; para encontrá-lo, aceitar sua ausência; para vê-lo, adentrar a treva do não-ver (Areopagita, 1996).

O paradoxo da compreensão de Deus não se restringe à teologia, mas se estende a reflexões filosóficas e epistemológicas. Ele evidencia um conflito entre paradigmas⁴, ou seja, entre diferentes formas de interpretar a realidade. O pensamento racional opera dentro de um paradigma finito, estruturado por categorias, definições e relações de causa e efeito. Deus, no entanto, pertence ao infinito, transcendendo essas estruturas lógicas. O erro não está na incapacidade do ser humano de defini-lo, mas na tentativa de confiná-lo dentro de um esquema que não pode contê-lo.

A relação entre finito e infinito é, portanto, essencial para compreender a experiência mística e espiritual. O ser humano, como criatura finita, busca um Deus infinito, e essa jornada exige a superação do próprio Eu. Pseudo-Dionísio descreve esse caminho como um processo de despojamento radical, no qual se abandona tanto o conhecimento adquirido quanto o próprio ato de conhecer. Esse desapego não implica um vazio absoluto, mas um estado de plenitude que só pode ser alcançado quando o intelecto e os sentidos se purificam pela renúncia ao Ego, aos desejos e às ilusões.

Dessa forma, o que à primeira vista parece um paradoxo se revela como um novo paradigma: uma forma de pensamento que não busca aprisionar Deus em conceitos, mas reconhecê-lo em sua completude ilimitada. A única forma de verdadeiramente “conhecer” Deus é aceitar que Ele está além do conhecimento, manifestando-se não no que afirmamos sobre Ele, mas no espaço deixado pelo silêncio, pela negação e pela entrega ao mistério da existência na vida ou na morte.

⁴ Thomas Kuhn demonstrou em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), o paradigma científico dominante muitas vezes desqualifica experiências que não se encaixam em seu modelo vigente (Kuhn, 2013). Isso sugere que a exigência de comprovação empírica pode ser insuficiente para avaliar fenômenos espirituais, que operam em outra dimensão do conhecimento.

Ainda que Deus permaneça inalcançável em sua totalidade, o conhecimento adquirido ao longo da vida, por meio da experiência e da vivência, nos transforma a cada passo que trilhamos nesta jornada. Mesmo que nunca cheguemos à compreensão plena do divino, esse processo de aprendizado nos aproxima de sua criação e nos afasta da ignorância, permitindo-nos enxergar com mais clareza a realidade que nos cerca. À medida que expandimos nosso saber, deixamos de viver em um mundo pautado apenas por suposições ou esperanças de mudanças e passamos a atuar efetivamente na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Esse processo de aprendizado não é apenas um esforço reflexivo teológico ou filosófico, mas uma mudança concreta na maneira como nos relacionamos com o mundo.

Nesse contexto, as Ciências e seus múltiplos saberes desempenham um papel fundamental na compreensão do universo e na promoção do bem-estar coletivo. Sem o conhecimento, permaneceríamos nas “trevas” da incerteza, sem os meios necessários para transformar a realidade. O avanço científico não nos distancia da busca pelo sentido da existência, mas, ao contrário, nos permite compreender melhor as leis que regem a criação, tornando-nos participantes ativos na contínua evolução sociocultural histórica da sociedade.

Embora o conhecimento científico não trate diretamente das questões espirituais, ele nos oferece as ferramentas necessárias para lidar com a realidade de uma maneira mais eficiente e responsável. A ciência, ao desvendar as leis naturais, nos dá meios para transformar o mundo, afastando-nos da “ignorância” que nos limita. O avanço científico, longe de ser incompatível com a busca espiritual, complementa essa jornada ao nos permitir entender melhor o cosmos e a criação em sua totalidade, aproximando-nos de uma compreensão mais ampla do divino.

Portanto, o paradoxo da compreensão de Deus, entre o finito e o infinito, nos obriga a repensar as fronteiras entre razão e misticismo. Ao tentar compreendê-lo, nos deparamos com os limites de nossos próprios conceitos e com a subjetividade da experiência humana. O conhecimento nos aproxima do divino, mas também nos lembra de que há sempre algo além do que podemos conceber. Esse paradoxo não é uma falha no conhecimento, mas uma oportunidade para transcender nossos limites e continuar nossa busca pelo significado e pela verdade, sabendo que a essência do divino está sempre além de nossa capacidade de conceber.

O CONHECIMENTO COMO CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO

Quando deixamos de buscar o conhecimento, de certa forma, desistimos de viver e nos condenamos a um estado de inércia intelectual e existencial. Isso pode nos levar a uma visão limitada da realidade, onde suposições e interpretações superficiais formam o pensamento limitando nosso entendimento. O conhecimento não é apenas uma ferramenta para compreender o mundo ao nosso redor; ele é também o motor da motivação da transformação pessoal e da evolução de nossa percepção da realidade.

Ao interromper essa busca, limitamo-nos a uma visão estreita da vida, onde suposições e interpretações superficiais dominam nosso entendimento, impedindo-nos de enxergar as nuances e a complexidade do mundo em que vivemos.

Frases como “tal empregada tem uma vida muito repetitiva” ou “agora que cheguei nesse ponto, o que farei com esse conhecimento?” revelam não apenas uma estagnação, mas também uma postura resignada diante da vida e da aprendizagem. Essa atitude reflete um tipo de pensamento recorrente, em uma postura passiva, no qual o indivíduo se contenta com o que já foi alcançado, sem buscar um caminho diferente ao longo da vida. Dessa forma, há uma desistência do processo de crescimento intelectual e pessoal, aprisionando o indivíduo em um ciclo de conformismo.

Ao se acomodar com um conhecimento superficial ou considerar que já alcançou o limite do aprendizado, o ser humano se afasta da busca pelo novo, pelo desafio e pela expansão de suas capacidades. Quando aceitamos que chegamos ao “limite” do nosso entendimento, colocamo-nos em uma posição de estagnação, onde a vida parece se resumir a um caminho repetitivo e previsível, sem espaço para inovação e descoberta.

No entanto, o ato de aprender não é um destino, mas uma jornada. É uma trajetória contínua que exige curiosidade, questionamento e disposição para abandonar certezas em busca de novos horizontes. O verdadeiro crescimento intelectual e pessoal só ocorre quando somos capazes de ultrapassar a ideia de que já sabemos tudo e permanecemos abertos às novas experiências e informações que surgem ao longo do caminho. Nesse processo, o conhecimento se torna uma ferramenta não apenas para entender o mundo de maneira mais precisa, mas para transformar a nossa própria maneira de existir nele.

A desistência do conhecimento é, portanto, um bloqueio da capacidade de transformação. Ao abdicar do desafio constante do aprendizado, estamos nos entregando a um estado de inatividade existencial, onde o progresso pessoal é interrompido e a visão da vida se torna reduzida, limitada e, por fim, vazia. A verdadeira realização humana surge quando nos permitimos questionar constantemente o que sabemos, buscar novas formas de compreender a vida e, por meio disso, nos tornar versões mais completas e conscientes de nós mesmos. Em vez de ver o conhecimento como algo que chega a um fim, devemos vê-lo como um caminho sem fim, sempre aberto, sempre transformador, em atividade.

Para aqueles que abandonam a busca pelo conhecimento, o Mito da Caverna, de Platão, oferece uma metáfora poderosa. Na alegoria, os prisioneiros acorrentados dentro da caverna veem apenas sombras projetadas na parede, acreditando que essa é a única realidade existente. Quando um deles consegue se libertar e sair da caverna, ele percebe que há um mundo muito maior e mais complexo do lado de fora, iluminado pela luz do sol – que representa a verdade e o conhecimento. No entanto, ao tentar compartilhar essa descoberta com os outros prisioneiros, ele é rejeitado e desacreditado. Essa metáfora ilustra a resistência que muitas pessoas têm à busca pelo saber, preferindo permanecer na segurança das ilusões e certezas pré-construídas (Platão, 2006).

Essa visão entra em confronto direto com a perspectiva de Pseudo-Dionísio, o Areopagita, para quem o verdadeiro conhecimento de Deus só pode ser alcançado por meio da negação de todas as coisas e da entrada na “treva do não-conhecimento”. Enquanto Platão propõe um caminho ascendente rumo à luz da verdade, Areopagita propõe um caminho de despojamento, onde o ápice da sabedoria está na aceitação do mistério e na superação de qualquer conceito racional sobre o divino. Assim, há um aparente paradoxo entre os dois: enquanto Platão vê o conhecimento como libertação e iluminação, Areopagita vê a negação do conhecimento como a única forma de se aproximar do absoluto.

Entretanto, esses pensamentos podem ser conciliados se compreendermos que existem diferentes tipos de conhecimento. O conhecimento humano e científico – defendido por Platão – nos permite compreender o mundo e progredir como sociedade, afastando-nos da ignorância e da passividade. Já o conhecimento místico – defendido por Areopagita – nos ensina a humildade diante do que é inatingível, lembrando-nos de que há limites para a razão humana. Juntas, essas perspectivas nos mostram que a busca pelo saber é essencial para a experiência humana, seja para compreender a realidade material ou para aceitar os mistérios do transcendente.

As Trevas na Filosofia Espiritual e Religiosa

A noção de “trevas” é abordada em diversas tradições espirituais e filosóficas, sendo interpretada de maneiras distintas, mas sempre relacionada a estados de ignorância, sofrimento ou transcendência. No Espiritismo, as trevas são compreendidas como um estado de afastamento da luz divina, marcado por sofrimento moral e necessidade de evolução. No Budismo, as trevas correspondem à ignorância (*avidyā*), que mantém os seres presos ao ciclo de renascimentos (*samsara*). Já na mística cristã, representada por Pseudo-Dionísio Areopagita, as trevas são vistas como uma realidade transcendente, que supera até mesmo a luz comum para expressar a união mística com Deus.

Por mais que queiramos compreender o significado das trevas no pós-vida, antes seria interessante conceituá-las no mundo dos vivos. Nesse contexto, as trevas podem ser entendidas como sinônimo de ignorância, não apenas no sentido intelectual, mas sobretudo no aspecto espiritual: viver de forma inconsciente, desconectado da verdadeira natureza divina e dos princípios elevados da existência. Isso significa que possuir uma formação acadêmica ou um alto grau de instrução não é, por si só, um indicativo de luz. A verdadeira luz não está na mera acumulação de conhecimento, mas no estado consciente de religação com Deus e com os reinos divinos.

Dessa forma, as trevas não representam apenas a ausência de iluminação material ou intelectual, mas a falta de uma consciência desperta para a realidade espiritual. Apesar das diferenças conceituais entre as tradições, todas convergem na ideia de que esse estado de escuridão não é eterno ou irreversível, mas sim uma condição transitória que pode ser superada por meio do aperfeiçoamento espiritual. A luz, nesse sentido, é o despertar da consciência e a busca pela verdade que conduz à evolução e à comunhão com o sagrado (Xavier, 2008).

No Espiritismo, codificado por Allan Kardec no século XIX, as trevas são compreendidas como um estado espiritual de sofrimento e ignorância, resultante da desconexão com as leis divinas. Esse estado não é um local físico, mas uma condição da consciência, onde espíritos presos a vícios e sentimentos inferiores experimentam angústia e confusão. Essa ideia se assemelha ao conceito do Umbral, popularizado por obras mediúnicas como *Nosso Lar*, de Chico Xavier, onde espíritos desencarnados que ainda carregam fortes laços com suas paixões terrenas permanecem temporariamente até iniciarem sua regeneração (Xavier, 1992).

Para sair desse estado, é necessário que o espírito busque aprendizado e transformação moral, o que pode ocorrer com o auxílio de espíritos superiores e por meio da reencarnação. Segundo Kardec, a evolução espiritual é inevitável, e nenhum ser está condenado eternamente às trevas. O sofrimento experimentado é apenas uma consequência das escolhas do espírito, servindo como estímulo para sua regeneração e progresso rumo à luz (Kardec, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a moralidade surge como uma bússola que nos aproxima da luz ou das trevas. Mas o que seria, nesse contexto, a moralidade? Trata-se do caminho para a transcendência, onde bons atos e ações nos conduzem à luz e à proximidade da Verdade, enquanto o oposto nos distancia da Luz e nos coloca no caminho da Falsidade. Essas escolhas diárias moldam nossa jornada espiritual, e a moralidade se constrói a partir das experiências e vivências que nos levam a desenvolver a justiça e a retidão.

Vale ressaltar que, segundo relatos espirituais e médiuns com percepções sensíveis, os estados espirituais refletem-se energeticamente. Espíritos iluminados irradiam luzes coloridas ao seu redor, enquanto espíritos em estados de sofrimento ou ignorância manifestam uma névoa escura. Aqueles que possuem sensibilidades visuais podem perceber essas manifestações na forma de aura, uma emanção sutil que expressa o estado espiritual de cada indivíduo. Dessa forma, a luz e as trevas não são apenas conceitos abstratos, mas realidades perceptíveis para aqueles que desenvolveram sua sensibilidade espiritual.

No Budismo, as trevas simbolizam a ignorância (*avidyā*), um estado de ilusão que impede a compreensão da verdadeira natureza da realidade e mantém os seres presos ao sofrimento (*dukkha*) e ao ciclo de renascimentos (*samsara*). Diferente da visão moralista do Espiritismo, essa ignorância não é um mal a ser punido, mas um equívoco a ser superado pela sabedoria (*prajñā*) (Rahula, 1974).

A moralidade, nesse contexto, é definida pelo Nobre Caminho Óctuplo, que orienta a conduta correta por meio da visão correta, intenção correta, fala correta, ação correta, meio de vida correto, esforço correto, atenção plena e meditação correta. Esses princípios não apenas regulam as ações externas, mas também conduzem à purificação interna, permitindo que o indivíduo supere os ciclos de sofrimento e avance em direção à iluminação.

A sabedoria surge do conhecimento, seja ele popular ou acadêmico, pois ambos contribuem para a expansão da compreensão sobre a realidade e o aperfeiçoamento do discernimento. No Budismo, não basta apenas acumular informações;

é necessário transformar o conhecimento em prática, aplicando-o na vida cotidiana para dissipar a ignorância e alcançar a verdadeira iluminação. Dessa forma, tanto o saber tradicional quanto o conhecimento formal podem servir como ferramentas para a libertação, desde que conduzam ao desenvolvimento da consciência e da ética.

A sabedoria emerge do conhecimento, seja ele popular ou acadêmico, pois ambos desempenham papéis essenciais na expansão da nossa compreensão sobre a realidade e no aprimoramento do discernimento. O conhecimento, por si só, é uma base fundamental, mas é na maneira como o aplicamos que ele se transforma em sabedoria em ação prática. Não se limita à acumulação intelectual, mas se manifesta quando aplicamos o conhecimento para dissipar a ignorância, cultivar virtudes e alcançar a iluminação. Todavia, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas um meio para se libertar das ilusões e do sofrimento que caracterizam a condição humana.

Essa visão ressoa estranhamente no mundo contemporâneo, onde frequentemente nos vemos imersos em uma busca incessante por informações. Em muitas áreas da vida, a ênfase é colocada na acumulação de dados e fatos, como se o simples ato de saber fosse suficiente para transformar a realidade. Contudo, a transformação só ocorre quando esse saber é incorporado à nossa vivência, influenciando nossas atitudes, nossas relações e nosso comportamento. Esse processo de internalização do saber não se limita às palavras, mas busca um estado de transformação interna e contínua do ser.

Da mesma forma, tanto o saber tradicional quanto o conhecimento formal podem contribuir para o desenvolvimento da consciência e da ética, desde que não se tratem apenas de respostas intelectuais, mas de uma vivência transformadora que nos permite agir de maneira mais sábia e compassiva. No fim, a sabedoria passa por processos de ressignificação, um saber adquirido de como viver, para que possamos, de fato, experimentar a liberdade e a iluminação que transcendem as limitações do Ego e da ignorância.

Na tradição cristã mística, a noção de trevas adquire um significado paradoxal, distinto daquele encontrado no Espiritismo ou no Budismo. Para Pseudo-Dionísio Areopagita, filósofo cristão do século VI, as trevas supremas não representam ignorância ou sofrimento, mas uma experiência transcendental da presença divina. Essa visão faz parte da Teologia Apofática, que busca conhecer Deus não pelo que Ele é, mas pelo que Ele não é, rejeitando qualquer tentativa de descrevê-Lo através de conceitos limitados e humanos.

Segundo Pseudo-Dionísio, Deus⁵ está além de toda forma de conhecimento e percepção. Sua natureza é tão sublime que não pode ser captada pela razão ou pela experiência sensorial, pois qualquer tentativa de defini-Lo inevitavelmente O

5 Deus segundo a Teologia Mística de Meister Eckhart retoma, de forma significativa, a tradição negativa de Pseudo-Dionísio Areopagita. Em seus Sermões Alemães, Eckhart propõe um Deus além de toda imagem ou conceito, acessível apenas pelo esvaziamento interior. Sua afirmação "Peço a Deus que me livre de Deus" sintetiza essa busca pelo divino sem forma, em continuidade com a via negativa, onde o mistério é revelado no silêncio da alma (Eckhart, 2006).

reduz à compreensão humana. Assim, a “treva mais que luminosa” representa um estado em que a alma, esvaziada de todo conhecimento discursivo e racional, se rende ao mistério absoluto e alcança a união mística com Deus. Esse processo exige desapego, silêncio interior e um esvaziamento do ego, permitindo que a presença divina se revele não por meio da lógica, mas na sua essência em contemplação pura (Areopagita, 1996).

Na concepção da Teologia Mística, a realidade espiritual transcende a escuridão por ser uma outra visão de mundo onde conceitos humanos não são capazes de ser um portal para uma experiência que nos aproxima do divino. A compreensão da verdade exige ir além das ilusões do intelecto, que não pode ser expressa por palavras ou categorias mentais, sabedoria, nesse contexto, não reside na acumulação de conceitos, mas na capacidade de ir além das construções lógicas da racionalidade humana, abraçando o mistério com humildade e entrega.

A diversidade de interpretações sobre as trevas mostra que esse conceito vai além de uma definição única. De acordo com diferentes doutrinas religiosas, as trevas podem simbolizar desde o sofrimento espiritual e as ilusões da mente até uma experiência mística e transcendente. No entanto, como observa Pseudo-Dionísio Areopagita, nossa compreensão é restrita pelo conhecimento imediato, e o que chamamos de “trevas” pode, na verdade, representar um estado de realidade superior, desafiando-nos a olhar além das aparências e dos conceitos habituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a Teologia Mística nos dias de hoje é permitir-se caminhar por territórios menos delimitados, onde o saber não está restrito aos muros da ortodoxia religiosa ou científica. Trata-se de acolher a experiência espiritual como um fenômeno vivo, que atravessa culturas, tradições e consciências, sem a pretensão de controlar o inefável. A contemporaneidade convida essa teologia a abandonar o exclusivismo doutrinário, abrindo-se para uma escuta mais ampla — talvez mais empírica, talvez mais silenciosa — daquilo que se manifesta como Sagrado em muitas religiões e culturas ao longo da história.

Neste novo horizonte, as fronteiras entre fé e ciência tornam-se porosas e novas interligações surgem. A mística encontra eco nas terapias integrativas, nas práticas meditativas, nos estados ampliados de consciência e até mesmo nos avanços da neurociência, que começa a reconhecer que há na experiência espiritual algo que escapa à objetividade dos números e gráficos. A espiritualidade, compreendida não como crença, mas como vivência, emerge como uma possibilidade legítima de cura, de reencontro, de transcendência e emancipação do ser humano.

Cada escolha teológica e espiritual abre um leque de possibilidades, como ramos de uma árvore que se expande em direções inesperadas. A Teologia Mística, longe de ser uma doutrina fixa, é um convite à experiência do divino por diferentes caminhos. Assim como na vida, onde cada decisão nos conduz a novas sendas, a busca pelo Sagrado também se desdobra em inúmeros percursos, nenhum

deles sendo o único ou definitivo. A teologia não erra; ela apenas aponta para diferentes formas de encontrar o Mistério, respeitando a infinitude do Sagrado e sua manifestação multiforme.

Além disso, uma proposta contemporânea para a Teologia Mística envolve o desenvolvimento das faculdades extrassensoriais e o resgate de práticas milenares das culturas de povos originários da África, Ásia, Américas e Europa. Essas tradições, muitas vezes marginalizadas e consideradas pagãs, oferecem caminhos ancestrais de conexão com o Sagrado, permitindo ao indivíduo expandir sua percepção e se reconectar com aspectos espirituais mais profundos da existência. Ao integrar esses conhecimentos ao pensamento místico, é possível estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, entre a tradição e a modernidade, construindo uma espiritualidade mais plural, integrativa e autêntica.

Nessa intersecção entre o antigo e o novo, entre o ritual e a pesquisa, que a Teologia Mística pode renascer. Não como um conjunto de respostas, mas como uma linguagem do Sagrado onde o mistério pode ser compreendido em suas sutilezas. Não para sistematizar o Divino, mas para nos lembrar que o mistério é, por si só, revelação que sai das “trevas” para se tornar “luz espiritual”. E que, às vezes, o silêncio e o abandono das certezas dogmáticas podem ser a forma mais honesta de teologia enraizada na universalidade, livre de fronteiras sem pertencimentos exclusivos.

Vivemos tempos de dispersão, de ruídos, de perdas de sentido e de polarizações ideológicas. Talvez por isso, mais do que nunca, se faça necessário um retorno ao íntimo — não como fuga do mundo, mas como gesto de reconexão. A Teologia Mística pode ser esse caminho delicado e sutil, quase secreto, que não se impõe, mas revela-se à medida que o ser humano se entrega a mergulhar na própria interioridade e em cultivar a sua intimidade com Reinos Divinos.

Propomos, por fim, uma teologia que se permita encontrar caminhos, que ande descalça entre as tradições, sem a arrogância em se impor, que escute o invisível e respeite o que não se nomeia. Uma teologia que não pretende convencer, mas inspirar dentro de cada ser humano, em sua singularidade e em sua abertura aos mistérios. Que não tem pressa de chegar, porque sabe que o Sagrado, quando é verdadeiro, não se alcança — apenas se encontra em suas múltiplas manifestações espirituais e místicas, iluminando a sua jornada e a dos demais.

REFERÊNCIAS

ECKHART, Meister. **Sermões alemães**. Petrópolis: Vozes, 2006.

KARDEC, Allan [1857]. **O Livro dos Espíritos**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2017.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

MEDIAEVALIA. TEXTOS E ESTUDOS. **Pseudo-Dionísio Areopagita**. Teologia

Mística. Versão e estudo complementar de M. Santiago de Carvalho, n.10. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1996.

PLATÃO. **A República**. Tradução por Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 267.

RAHULA, Walpola. **What the Buddha Taught**. 2. ed. New York: Grove Press, 1974.

RUSSELL, Bertrand. **Mathematical Logic as Based on the Theory of Types**. American Journal of Mathematics, v. 30, p. 222-262, 1908.

XAVIER, Francisco Cândido. **Nosso Lar**: pelo Espírito André Luiz. 45. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1992.

_____. **O consolador**. Pelo Espírito Emmanuel. 28. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2008.



Chesterton, um Filósofo que Escreve Narrativas Policiais, ou um Narrador Policial que se Servia de Métodos de Investigações ao Fazer Filosofia? Uma Resposta por Questões Contemporâneas

Chesterton: A Philosopher who Wrote Detective Stories or a Detective Narrator who Used Investigative Methods to do Philosophy? A Response Through Contemporary Issues

Glauber Ormundo Dias Martins

Resumo: O presente estudo busca discutir a obra do autor inglês G. K. Chesterton, analisando sua trajetória desde seus trabalhos filosóficos até seus romances policiais. Como foco deste estudo, destacam-se alguns pensadores que contribuem para uma reflexão sobre a epistemologia do autor, como Papa Francisco (2020) e Ratzinger (2007), além de estudiosos que permitem uma compreensão do conteúdo simbólico de seus textos, como Bakhtin (1997). Torna-se essencial analisar a proposta econômica de Chesterton, o distributismo, em diálogo com as questões contemporâneas do mundo do trabalho. A proposta do distributismo apresenta três fundamentos: a propriedade privada, o princípio da solidariedade e o princípio da subsidiariedade. Neste estudo, ao tratar do direito ao trabalho e do distributismo, enfatiza-se o princípio da solidariedade, fundamentado na noção de caridade, segundo a qual o Estado deve atuar de maneira subsidiária para o bem comum da comunidade. Dessa forma, a obra de Chesterton nos auxilia a compreender os desafios do mundo moderno, ao mesmo tempo em que o nosso contexto permite uma nova leitura de sua trajetória e pensamento.

Palavras-chave: romance policial; distributismo de Chesterton; economia informacional; Chesterton.

Abstract: This study aims to discuss the work of the English author G. K. Chesterton, analyzing his trajectory from his philosophical writings to his detective novels. The focus of this study includes thinkers who contribute to a reflection on the author's epistemology, such as Pope Francis (2020) and Ratzinger (2007), as well as scholars who enable an understanding of the symbolic content of his texts, such as Bakhtin (1997). It is essential to analyze Chesterton's economic proposal, distributism, in dialogue with contemporary labor issues. The distributist proposal is based on three principles: private property, the principle of solidarity, and the principle of subsidiarity. This study, in addressing the right to work and distributism, emphasizes the principle of solidarity, which is founded on the notion of charity, whereby the State must act in a subsidiary manner for the common good of the community. Thus, Chesterton's work helps us understand the challenges of the modern world, while our contemporary context allows for a renewed interpretation of his trajectory and thought.

Keywords: detective fiction; Chesterton's distributism; informational economy; Chesterton.

INTRODUÇÃO

Em suma, eu não podia ser um romancista, pois eu realmente gostava de ver as ideias ou conceitos lutando nus, tal como verdadeiramente eram, e não vestidos em um baile de máscaras como homens e mulheres. Mas eu pude ser um jornalista porque não pude evitar que fosse um polemista (Chesterton, Autobiografia).

A pergunta que intitula este estudo é feita por Nougé no prefácio da obra *A inocência de Padre Brown* (2006). O objetivo deste estudo é responder essa questão localizando os romances policiais de Chesterton em concordância com seus outros escritos. Com esse objetivo, é importante localizar as teorias e os romances de Chesterton com base em outros críticos da modernidade, para que, assim, seja possível entender a unidade do pensamento do autor em diversos gêneros de escrita.

Entender que o projeto moderno está apresentando dificuldades não é um privilégio de Chesterton nem do catolicismo. David Harvey (1992) esboça como a modernidade encontrou o autoritarismo, afiliou-se ao *american way of life* durante a guerra (sem resolver as mazelas sociais) e gerou uma reação pós-moderna que dificultou, a partir da relativização da verdade, a possibilidade de “pensarmos juntos”.

Sloterdijk (2012) possui um pessimismo não somente sobre a modernidade, mas também no que se refere às cidades, entendendo-as como um elemento material da concentração de poder. O filósofo afirma escrever para os últimos homens, os sobreviventes do desastre da nossa civilização.

Rancière (2018) também não demonstra otimismo com o futuro dos modernos. O autor afirma que o mundo é movido pela polícia, não a entendendo como o braço armado do Estado, mas como uma organização de poder que concentra o Estado e o grande capital privado que oprime os cidadãos. Em poucos momentos os cidadãos conseguem fazer política, levantando algumas questões que podem gerar tensões na ordem policial, mas esses momentos são curtos e cada vez mais fracos.

O pessimismo desses três pensadores contemporâneos leva a pensar no conselho de Chesterton: “Quando se está na beira do abismo, é o momento de dar um passo para trás.” (Chesterton, 2013, p. 145). Ao mesmo tempo, uma simples volta a lideranças reacionárias no atual contexto é mera ingenuidade – os pensadores de antigamente não viveram o nosso momento. Não que devemos menosprezar os seus saberes, mas precisamos relê-los com base na nossa história atual.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os Últimos Papas como Referencial Teórico

Ao analisar um autor católico inglês que viveu no final do século XIX e início do século XX. Entende-se a lógica do distributismo dos poderes, de críticas a alguns

representantes do *establishment* e de desprezo a ideologias modernas, ao mesmo tempo em que aparece a ética do perdão ao pecador. Características que podem ser vistas nas lideranças católicas contemporâneas.

Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, ainda como cardeal, proporcionou um debate com Jürgen Habermas (2007) a respeito da situação contemporânea. No debate, Habermas propõe que a secularização cultural seja entendida como um processo de aprendizagem dupla, que obriga uma reflexão sobre os limites tanto das tradições do iluminismo quanto das doutrinas religiosas. Para isso, Habermas se volta a Kant, em especial à ideia de que a fundamentação autônoma dos princípios constitucionais é aceita racionalmente por todos os cidadãos, com base em uma prática comunicativa.

Para Habermas (2007), é do interesse do mercado e do Estado a união com forças culturais de maneira moderada, para coordenar as ações de valores, normas, uso de linguagem etc. Por outro lado, os seculares deveriam pensar nos limites do iluminismo. Ratzinger, por sua vez, propõe que o poder de destruição gerado pelo avanço da técnica levanta a questão do controle jurídico e moral do próprio poder. O Papa traz a maldade humana para a discussão.

Para o Papa Bento XVI, a ciência não produz um etos, ao mesmo tempo em que desmantela as antigas certezas morais. A democracia não soluciona esse drama, pois a maioria democrática também pode ser cega e injusta. O Papa defende a ideia de que deve haver uma razão da natureza e, conseqüentemente, um direito à razão do ser humano nesse mundo – o que seria justamente o cristianismo.

Ratzinger argumenta que, ao pensar que vivemos em um mundo intercultural, a secularização do Ocidente não é compreensível para nenhuma outra cultura. Assim, não teria sido a secularização ocidental um desvio de rota a ser corrigido? Para Ratzinger, não há escolha entre razão e fé. É necessário que se reconheça o fato de que uma precisa da outra. Não é necessário excluir outras culturas nesse processo, mas entender a correlação do direito natural cristão com a razão científica.

Percebe-se que Bento XVI apresenta a visão de uma moral cristã que se relaciona com a natureza. Assim como em Chesterton, algumas definições de homem moderno, sejam ideológicas ou meras exaltações à ciência, se tornam problemáticas. Seria nesse contato com a natureza que se poderia relacionar com outras culturas. Em *A inocência de Padre Brown* (2006), há dois contos em que o diálogo entre as culturas se dá na referência de um sentido maior: *A forma errada* e *O olho de Apolo*.

No conto *A forma errada*, Padre Brown e Flambeau vão visitar, ao norte de Londres, um antigo amigo do ex-criminoso francês. Trata-se de Leonard Quinton, um poeta que se delicia da cultura e da mitologia oriental para produzir a sua obra e se encontra em um caos depressivo. Ao chegar à mansão do escritor, os detetives se deparam com uma casa em formato de T e Leonard Quinton aparece extremamente debilitado no seu jardim de inverno. Ao andar pelo quintal da casa, Padre Brown encontra um punhal de estilo indiano e comenta que aquele punhal, como toda arte oriental, apesar da beleza, possui uma forma errada, que impede a sua efetividade.

Além do poeta e os dois detetives, também está na mansão de Quinton o seu irmão, Anthony, que é impedido de ver o seu parente pelo médico que acompanha o quadro de saúde do poeta (o Dr. James Harris). Além deles, há a mulher do poeta e o seu guru indiano, que fica meditando no quintal, repetindo três vezes a frase: “Não desejo nada, não quero nada.”. Isso faz o padre exclamar que os cristãos são mais humildes, pois desejam alguma coisa.

Quando Dr. Harris volta ao jardim de inverno para ver o seu paciente, ouve o poeta pedindo ajuda. O médico acusa o irmão do poeta de ter cometido algum mal ao paciente. Flambeau se encarrega de ficar de olho no jovem Anthony, enquanto o padre e o médico se deparam com o poeta morto. Em sua mesa, há uma folha com as seguintes palavras: “Morro pelas minhas próprias mãos, ainda assim morro assassinado.”.

O padre logo percebe que, no bilhete do falecido, havia um corte estranho no papel, um corte com uma forma errada. Ao sair novamente para o quintal com o médico, pede para que Flambeau libere o irmão do falecido e que o doutor volte para a casa e escreva os detalhes sobre o que ele sente que o médico ainda não revelou.

Enquanto isso, o padre explica para Flambeau o porquê de não acreditar que o agora recém-desaparecido guru indiano havia cometido o assassinato: milagres e ações demoníacas se caracterizam pela sua simplicidade e não pela complexidade de sua explicação. Dr. Harris volta com a sua carta de confissão, diz que está indo para a casa e pede para que os dois recebam a polícia.

Na carta, o médico explica o seu amor pela esposa do poeta. A casa, com tantas pessoas, tornou-se perfeita para ele assassinar Leonard Quinton com o punhal estranho que o padre encontrou no quintal. O médico tentou falsificar uma nota suicida em uma folha dentro de um romance indiano que o poeta estava escrevendo. Por fim, o seu plano poderia ter obtido melhor sucesso, se não fosse uma questão de forma. Vejamos como Padre Brown expõe a sua visão sobre a arte oriental:

- O senhor não acredita em magia? - Perguntou o Padre Brown, sem levantar os olhos.

- Qual! Magia! - Disse o médico.

- É muito bonito- disse o sacerdote em voz baixa e sonhadora;- as cores são muito bonitas. Mas tem a forma errada.

- Errada para quê? - perguntou Flambeau, fitando-o.

- Para nada. Tem a forma errada em abstrato. Nunca senti isso em relação à arte oriental? As cores são inebriantemente encantadora; mas as formas são pobres e ruins, deliberadamente pobres e ruins. Vi coisas malignas num tapete turco (Chesterton, 2006, p. 170).

A ideia de forma é colocada de maneira ontológica (há uma forma errada e uma forma certa), apesar da admiração pela beleza, que, no caso, é a intelectualidade da

criação do homem. O elemento-chave da investigação é o sentido da forma da faca. Chesterton (2013) defende que a sociedade está muito próxima do cristianismo, ao ponto que conseguíamos ficar sob a sua sombra, mas não víamos mais a sua luz. Isso explicaria algumas buscas por outras religiões no ocidente. Trata-se de um conto no qual um representante de uma religião oriental está na mesma proximidade do assassinato quanto o padre católico, mas acaba fugindo no momento do mistério; e uma faca, que é adjetivada com uma forma errada, apesar de bela, mostra o quanto os romances policiais de Chesterton tentavam mostrar a luz do cristianismo.

No romance *O olho de Apolo*, Flambeau está mostrando o seu novo escritório de detetive no centro de Londres para Padre Brown. O escritório tem como vizinho, no andar de cima, Kalon, um guru de uma religião que louva o Deus Sol; e, no andar de baixo, um escritório comandado por duas irmãs muito bonitas, Pauline e Joan Stacey, que logo chamaram a atenção do ex-criminoso francês.

Em algum momento, Flambeau presenciou Pauline arrancando os óculos de Joan e jogando no chão, falando que aquele objeto rebaixava os homens. Flambeau interrompeu e perguntou por que os elevadores não rebaixavam os homens e os óculos sim? A resposta foi que elevadores fizeram o homem romper com o tempo, podendo ficar mais perto do sol, já um par de óculos rebaixa o homem à sua deficiência. Um ser humano saudável deve conseguir focar os olhos no sol sem piscar. Nesse momento, Flambeau percebeu que Pauline já havia caído nos encantos de Kalon.

Quando Padre Brown volta de um compromisso e entra no edifício, Kalon aparece na sacada de seu escritório e encara o sol sem piscar, chamando a atenção de todos que o olhavam da rua. Logo ocorre um barulho ensurdecedor de dentro do prédio. Foi Pauline, que havia caído no poço do elevador. Flambeau, que estava olhando o corpo da jovem, aterrorizado, é puxado por Brown, que propõe que ele verifique o escritório de Kalon e, depois, o encontre no escritório de Pauline e Joan.

Pouco tempo depois, Kalon, Flambeau e Joan entram no escritório das irmãs, ao encontro do Padre Brown. Kalon confronta o padre: alerta que ele defende uma religião que liberta e inocenta, enquanto o sacerdote defende uma religião que condena. Avisa que tem toda a rua como testemunha de que ele não assassinou Pauline. Além disso, conta que os dois estavam apaixonados, e que Pauline deixaria um testamento para Kalon. Mas isso não o incrimina, pois o seu álibi é toda a população que o viu meditar na hora do crime. Por fim, Kalon diz acreditar que provavelmente Pauline tentou fazer um exercício de meditação; porém, não estava pronta.

Em seguida, Joan Stacey entrega o testamento para Kalon, enquanto Padre Brown se via humilhado. Mas logo o ar de superioridade de Kalon some, ao ver que o testamento não tinha sido escrito por completo. O religioso do Deus Sol alega que deve ter ocorrido um golpe da irmã Joan, pois, aos olhos de Pauline, a religião do culto ao Deus Sol deveria receber todo o investimento possível.

Nesse momento, o padre se espanta e fala que esta é a chave do mistério: os olhos de Pauline. Kalon se assusta e foge. Joan se assusta, arruma as suas coisas e vai embora. O Padre pede para que Flambeau permita que eles partam.

Por fim, o padre explica a Flambeau que Pauline era cega, e, quando escreveu que deixaria o testamento para Kalon, foi convidada a ir ao encontro de seu amado (no elevador). Este, astutamente, já havia apertado o elevador para os dois andares acima, e ela teria caído no poço. O segundo crime foi o da irmã, que tirou toda a tinta da caneta de Pauline, que, cega, não pôde ver que não estava conseguindo escrever com a perfeição que ela aprendeu a escrever quando tinha visão.

Flambeau pergunta como o padre descobriu que Kalon era o assassino, mesmo não estando presente para cometer o crime. O sacerdote diz que a força do pagão o denunciou. Como alguém que ouve o estrondo de um corpo caindo no poço do elevador de seu prédio não se assusta? Ele sabia que algo aconteceria.

Assim como em a forma errada, ao solucionar o mistério, o sacerdote não busca a redenção nem ao menos a punição; simplesmente deixa Kalon e Joan se afastarem, como permitiu o afastamento do guru indiano e como ele mesmo se afastou do príncipe de Sarandi. Aparentemente, o choque entre diferentes culturas, para Chesterton (2006), se estrutura mais no afastamento do que em qualquer busca por justiça ou conexão. Esse afastamento ou aproximação só é possível a partir de um entendimento do sentido dessas religiões. É similar às críticas aos movimentos imperialistas da Inglaterra e à defesa da nação inglesa, em seu caráter interno (e não externo) que Chesterton relata na sua Autobiografia (2012).

Ao pensar nos problemas contemporâneos, os argumentos de Ratzinger podem ser expandidos às dificuldades de diálogos entre civilizações e países diante de crises internacionais. Não que a religião seja a saída para os males do mundo, que não é o reino de Deus, mas a discussão sobre sentidos morais (centrais no pensamento religioso) é um recurso utilizado nas discussões públicas, inclusive como prevenção de crise. Tratados em que uma parte mais secularizada não entende os princípios de outra parte religiosa, geram surpresas que vão além dos acordos para utilização de gás natural, acesso a armas nucleares, recepção de fertilizantes, entre outros temas contemporâneos.

Por outro lado, Jorge Bergoglio, o Papa Francisco (2020) [2020], dialoga mais com o aspecto da divisão de poderes de Chesterton. O Papa afirma que, quando o Senhor pede que sejamos fecundos, que dominemos a Terra, o que está sendo dito é: sejam cocriadores do seu futuro. Para o Papa Francisco, no contexto moderno, é preciso ser inserida a fraternidade, para que se concretize, de fato, a igualdade e a liberdade.

O Papa Francisco alega três caminhos nefastos no mundo moderno: o narcisismo, o desânimo e o pessimismo. Esses caminhos vão de encontro da ideia de combate psicológico, como ilustrado por Chesterton em personagens com depressão – como o poeta Leonard Quinton e o comediante Armstrong no conto *Os três instrumentos da morte*. Nessa luta psicológica, o Papa defende que a ação no campo econômico se dá na concentração no pequeno, no concreto, nas ações positivas que podem ser empreendidas (tanto para semear esperança como para reclamar justiça).

Pessoas que estão na periferia devem ser protagonistas das transformações sociais. Isso inclui uma remodelação do papel das mulheres no Vaticano, às quais o Papa Francisco vem constantemente dando cargos de liderança. É necessário redesenhar a economia para que cada pessoa tenha acesso a uma existência digna, e que, ao mesmo tempo, proteja e regenere a natureza.

Para a dificuldade de viver junto, apresentada por Harvey (1989; 1992), Sloterdijk (1999; 2012) e Rancière (1995; 2018), o Papa Francisco afirma que Jesus não rejeita nem o seu povo nem a sua história. Ele os assume e ensina o povo a fazer o mesmo, sem apagar a vergonha do passado, mas assumindo o passado como ele é. Ou seja, seria o momento de a fraternidade ser o exemplo diante dos erros.

O Papa Francisco defende uma mudança econômica baseada em três eixos (que seriam os três t's): terra, trabalho e teto. A democracia se fortaleceria como uma expressão do amor a partir desses três t's. Para o Papa Francisco, a democracia aparece como resultado de uma vida com poderes mais igualitários, semelhantes ao distributismo de Chesterton.

Análise a Partir das Tensões do Mundo do Trabalho

Pensar as ideias do Papa Francisco (2020) que se aproximam do distributismo de Chesterton diante dos problemas contemporâneos é refletir sobre assuntos como a economia familiar, especulação imobiliária (inclusive a crise americana de 2008) e até mesmo o baixo padrão de renda que assola a maioria dos países.

Claus Offe (1989) afirma na obra *Capitalismo desorganizado* que uma das saídas para a situação atual estaria na autonomia dos trabalhadores, semelhante ao que Chesterton (2016) defende como distributismo do poder. Contudo, Offe alega que não vê uma forma para que isso aconteça. Até mesmo Chesterton (2016) admite que a sua proposta é mais uma medida de resistência oportunista do que uma mudança definitiva nas regras do jogo.

Ao mesmo tempo, esses problemas também afetaram a projeção futura do welfare state, colocando em xeque o sucesso dessa política após a Segunda Guerra Mundial, como Andersen (1995) nos mostra na obra *O futuro do welfare state na nova ordem mundial*.

Segundo Andersen (1995), a experiência da Escandinávia vem mostrando dificuldades na conciliação de bem-estar com a produção, devido ao atrativo que as empresas possuem em ir para locais mais baratos, diminuindo a renda a ser distribuída ao passo que aumenta o desemprego. Até mesmo o sucesso de países como Canadá e Austrália, que buscaram combinar a flexibilização com alguns programas de direitos sociais básicos, também se encontram em situação delicada diante a globalização.

A respeito dessa situação e a moral cristã, o Papa Francisco se volta a outro autor cristão do século XIX e cita Dostoiévski, ao lembrar uma passagem de *Os irmãos Karamazov* [1880] na qual o padre Zóssima diz: “A salvação virá do povo”. Ser cristão é saber que se é parte de um povo, do povo de Deus – expresso em diferentes nações e culturas, mas que transcende todas as fronteiras de raças e línguas.

Nos romances do detetive Padre Brown, essa salvação popular surge justamente nas diferentes possibilidades de o sacerdote lidar com as resoluções dos seus crimes, muito além da saída institucional de acionar a polícia. Não que o Padre Brown compactua com o crime, mas entende que algumas respostas devem se dar com afastamentos, instruções e perdões e outras com o apoio policial.

Ao dialogar os romances policiais de Chesterton com os textos dos dois Papas, é nítido como o catolicismo é o centro dessa unidade, conseguindo o diálogo com dois papas que são considerados por muitos críticos diferentes entre si. Assim, ideias que muitas vezes soam contraditórias começam a ganhar algum senso de unidade. É possível ser moral e, ao mesmo tempo, perdoar criminosos? É possível ter uma fé católica forte e, ao mesmo tempo, admirar a arte indiana? É possível defender a propriedade privada, mas condenar a iniciativa privada – que toma o bem de pessoas mais simples, ao mesmo tempo em que possibilita um milionário americano fazer grandes doações para caridade? Vê-se que é possível encontrar nos contos do Padre Brown uma perspectiva metafórica das análises e a proposta ideológica de Chesterton para a vida moderna. É uma denúncia sobre um espírito que aparece no cotidiano das pessoas comuns no mundo moderno.

Os criminosos dos romances policiais de Chesterton são os criminosos de sua obra política, agentes do Estado, concentradores de poder pelo Estado, estrategistas com planos ambiciosos de concentração de poder privado. Essas posições ideológicas são mais condenáveis do que os próprios crimes de Flambeau, que teve a oportunidade de sua redenção. Com certeza, qualquer semelhança com a célebre frase “A modernidade diz que não devemos punir os Hereges, eu me pergunto se deveríamos punir alguém mais?” (Chesterton, 2021, p. 24) não é mera coincidência.

Ao mesmo tempo, os contos de Chesterton não se enquadram como um romance policial religioso nas características que Massi (2011) aponta sobre o romance policial contemporâneo. As histórias de Chesterton terminam nos crimes, não há o desmembramento na busca de uma seita secreta ou outros elementos míticos além do crime. Em alguns momentos, o próprio Padre Brown prefere recuar e se afastar de maiores mistérios, como no conto *Os pecados do príncipe Sarandi*.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Pessoa de Chesterton

Assim, volta-se ao mistério apontado por Nougé (2006, p. 15) no prefácio da obra *A inocência de Padre Brown*: “Final, Chesterton é um filósofo que escreve narrativas policiais, ou um narrador policial que se servia de métodos de investigações ao fazer filosofia?”. Para desvendar esse mistério, é importante pensar na separação feita por Bakhtin (1997) ao dividir a obra em conteúdo, forma e matéria. A matéria do romance são as palavras; a forma é o gênero romance policial; o conteúdo (e o que torna os romances extremamente autênticos) é a filosofia de Chesterton.

Os temas, os posicionamentos críticos e as reflexões que aparecem nos romances policiais de Chesterton são recorrentes em todas as suas obras. O gênero romance policial foi uma das formas de manifestação cultural do autor, possuindo um conteúdo filosófico, do mesmo modo que as obras políticas, biográficas e textos jornalísticos possuíam os mistérios da literatura policial. Não é uma questão de analisar os gêneros como central na persona do autor, mas, sim, de admirar a unidade de pensamento e estilo literário do filósofo em diferentes textos. De maneira geral, a resposta para a pergunta de Nougé é que Chesterton é uma pessoa.

Muito antes de escrever os contos do Padre Brown, Chesterton havia publicado algumas reflexões sobre o gênero, inclusive em *A defense of detective stories* (1901), dez anos antes de publicar o primeiro romance do Padre Brown. Chesterton (1901) diz que há uma visão cristã no romance policial, sendo que nem toda tragédia é irremediável. Isso faz a rotina de uma cidade como Londres se tornar mais esperançosa, com o triunfo da justiça no final. Sobre isso, o autor afirma:

Ao lidar com as sentinelas insones que guardam os postos avançados da sociedade, tende a nos lembrar que vivemos em um campo armado, guerreando com um mundo caótico, e que os criminosos, filhos do caos, nada mais são do que os traidores dentro de nossos portões. Quando o detetive de um romance policial está sozinho e um tanto estupidamente destemido entre facas e punhos de uma cozinha de ladrões, certamente serve para nos fazer lembrar que é o agente da justiça social que é a figura original e poética, enquanto os ladrões e bandidos são apenas velhos conservadores cósmicos plácidos, felizes na respeitabilidade imemorial de macacos e lobos. O romance da força policial é, portanto, todo o romance do homem. Baseia-se no fato de que a moralidade é a mais obscura e ousada das conspirações (Chesterton, 1901, p. 3, tradução nossa).¹

Para além da justiça como componente cristão dos romances policiais, Chesterton reconhece que os contos de detective expressam esse desejo de se satisfazer com a solução de um problema que a inteligência humana necessita de muito esforço para desvendar – como é necessário muito esforço para enxergar o rosto do Cristo no céu. Na obra *A inocência de Padre Brown* (2006), o conto em que Padre Brown demonstra mais dificuldade em desvendar como o crime se sucedeu também seria o conto no qual o detetive-sacerdote mais se deslumbra a elucidar o mistério, em *O olho de Apolo*:

¹ *No original: By dealing with the unsleeping sentinels who guard the outposts of society, it tends to remind us that we live in an armed camp, making war with a chaotic world, and that the criminals, the children of chaos, are nothing but the traitors within our gates. When the detective in a police romance stands alone, and somewhat fatuously fearless amid the knives and fists of a thieves' kitchen, it does certainly serve to make us remember that it is the agent of social justice who is the original and poetic figure, while the burglars and footpads are merely placid old cosmic conservatives, happy in the immemorial respectability of apes and wolves. The romance of the police force is thus the whole romance of man. It is based on the fact that morality is the most dark and daring of conspiracies.*

-É isso! - exclamou ele com voz clara. – É por ai que temos que começar. Aos olhos de Pauline...

O profeta alto recuou diante do padreco com perturbação quase louca.

- O que é que está querendo dizer? Como se atreve? – gritou repetidas vezes.

- Aos olhos de Pauline- repetiu o padre, com os olhos cada vez mais brilhantes. - Continue, pelo amor de Deus, continue. Mesmo o crime mais torpe que os espíritos malignos já instigaram parece mais leve depois da confissão; e eu lhe imploro que confesse. Continue, continue... Aos olhos de Pauline... (Chesterton, 2006, p. 250).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, Chesterton não deve ser entendido como um filósofo que escreve narrativas policiais nem como um narrador policial que se servia de métodos de investigação ao fazer filosofia. Chesterton deve ser entendido como uma pessoa que busca desvendar um mistério muito maior, seja nos seus romances policiais, nos seus escritos políticos ou no seu círculo de vida. É o mistério de Cristo que é o verdadeiro mistério do polemista, e a unidade desse tema, mesmo de forma metafórica, colabora para esta análise em diversas áreas.

Ou seja, o apreciador de cerveja está presente no trabalho jornalístico de Chesterton, assim como a sua defesa aos carnívoros tem ligação com a sua filosofia e os seus romances de detetive com a sua teologia.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHESTERTON, Gilbert. **A defense of detective storie**. 1902. Disponível em <https://www.chesterton.org/a-defence-of-detective-stories/>. Acesso em: 18 jan 2023.

CHESTERTON, Gilbert. **A inocência do Padre Brown**. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2006.

CHESTERTON, Gilbert. **Autobiografia**. Campinas: Ecclesiae, 2012.

CHESTERTON, Gilbert. **O homem que era quinta-feira**. Campinas: Ecclesiae, 2021

CHESTERTON, Gilbert. **Ortodoxia**. Campinas: Ecclesiae, 2013

- CHESTERTON, Gilbert. **Um esboço da sanidade**: pequeno manual do distributismo. Campinas: Ecclesiae, 2016
- DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 35, p. 73-111, 1995.
- HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MASSI, Fernanda. **O romance policial no século XXI: manutenção, inovação e transgressão no gênero**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- OFFE, Clauss. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAPA FRANCISCO. **Vamos sonhar juntos: o caminho para um futuro melhor**. São Paulo: Intrínseca, 2020
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- SLOTERDIJK, Peter. **No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.



Política e Religião: As Duas Faces da Mesma Moeda

Politics and Religion: Two Sides of the Same Coin

Jobson Victorino de Souza

Resumo: Este estudo explora a complexa relação entre Estado e Religião, analisando-as como as duas faces da mesma moeda. Apresenta quatro modelos de governança - Confessional, Teocrático, Ateu e Laico - e, sob uma perspectiva cristã, examina como cada modelo aborda a liberdade religiosa, a tolerância e a separação entre Estado e Religião. Oferece uma reflexão profunda sobre a interseção entre fé, ideologia e governança.

Palavras-chave: estado; fé; ideologia; Roma; confessional; teocracia; ateísmo; laicismo; caminho; humanidade.

Abstract: This study explores the complex relationship between State and Religion, analyzing them as two sides of the same coin. It presents four models of governance - Confessional, Theocratic, Atheist and Secular - and, from a Christian perspective, examines how each model addresses religious freedom, tolerance and the separation of State and Religion. It offers a profound reflection on the intersection between faith, ideology and governance.

Keywords: state; faith; ideology; Rome; confessional; theocracy; atheism; secularism; path; humanity.

INTRODUÇÃO

Alice no país das maravilhas, logo ao chegar, se deparou com vários caminhos. Aí ela viu um animal, personagem da história, e perguntou: “Aonde levam esses caminhos?” “O animal perguntou:” Para onde você quer ir? Ela disse: “Não sei para onde quero ir, estou perdida”. Então respondeu: Se você está perdida, então qualquer caminho serve (*Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll*).

Eis aí a toda problemática ao redor das pessoas, isto é, o mundo está repleto de caminhos ideológicos.

Quando não se sabe o caminho, começa-se inventar outro lado da bola, porém ressaltando que a bola somente tem dois lados; o lado de dentro e o lado de fora. Comparando o mundo como uma bola, porque de fato é uma esfera ecológica, que fique claro que não há uma terceira opção para humanidade como forma de caminho; como assim será apresentado, em tese, no decorrer desse trabalho.

Porém para o início de trabalho, o mundo será, por ora, comparado a uma moeda. Que como moeda possui duas faces válidas, religião e política, e uma terceira opção de borda semelhante à expressão comum em nossos dias de “em cima do muro”. O que é bem sugestivo, como acontece com pessoas que se encontram como Alice, logo que chegou ao mundo das maravilhas. E assim fica o questionamento, que para quem está perdido, qualquer caminho serve.

Há diversos caminhos ideológicos propostos para solução da humanidade no campo das ciências sócias; um lado da moeda. O mesmo ocorre no campo das religiões; outro lado da moeda.

Como exemplo, de um dos lados da moeda, o cristianismo é uma linha de filosofia também apresentado como um caminho para humanidade que se subdivide em várias linhas de pensamentos teológicos, como Católicos, protestantes, pentecostais e etc.

Em meio a diversas ideologias políticas e religiosas, qual o caminho que se deve seguir? Ou então, a melhor pergunta seria: Qual o caminho que a humanidade está seguindo?

Essa reflexão deve ser levada em consideração, porque um indivíduo compõe a sociedade. Ora compõe um lado da moeda e ora compõe o outro lado da moeda que é o globo terrestre.

As ideologias, embora muitas lindas e maravilhosas aos olhos humanos, às vezes se revelam em estupidez. As guerras políticas e religiosas, ambas ideológicas, são exemplos trágicos desse fenômeno social.

Para se ter uma ideia, o cristianismo, ao longo da história, fez atrocidades em nome de Jesus. Isso porque têm as malditas e estúpidas ideologias cegando as pessoas, de tal sorte, que não se sabe o que é fé, acreditar, confiar e assim por diante. Repare a quantidade de caminhos ideológicos inseridos na fé em Jesus.

Na tentativa de achar uma solução para humanidade, existe uma tentativa de fusão dos lados da moeda; Partido Cristão. Em outras palavras, religião e política andando de mãos dadas. Que talvez não seja bem de mãos dadas, porque para alguns eleitores essa união fere o conceito de Estado Laico, o que implica em perdas de votos nas urnas por parte de quem não aposta nessa ideologia, assim com os ateus.

O ateísmo, que aposta na política, compõe um lado da moeda com total discriminação do outro lado. Ateístas defendem que como não é possível entender nada em meio a tantos caminhos religiosos, para não se ficar encima do muro, que é na borda da moeda, propõem como solução uma fé baseada em uma descrença; ateísmo, o que acaba sendo uma forma de crença também.

Mas Alice no *“País das Maravilhas do autor Lewis Carroll”*, está lá recém-chegada em meio a tantos caminhos. Como ela está perdida, qualquer caminho serve, no entanto precisa de um caminho para seguir.

Há uma filosofia popular que diz que todos os caminhos levam a Roma, no sentido de dizer que todos os caminhos religiosos levam a Deus. Mais fácil acreditar que esses caminhos se referem mesmo as estradas construídas pela antiga Roma para ter acesso mais fácil aos lugares conquistados. Se religião se define como algo que religa ou como caminho, mas se parece como uma estrada em meio a pântano que até para pavimentação é muito difícil.

Jesus disse claramente que Seu governo não é desse mundo terrestre, esférico e ecológico, ou o nome que queira dar para essa moeda. Se Ele é rei, presidente, Chanceler ou Primeiro Ministro, não vem ao caso, porque não irá voltar para governar, e sim, para salvar os seus em meio a tantas ideologias propostas para salvação da humanidade.

Ele não está de um lado da moeda e nem do outro. Ele disse de forma bem definida: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Repare o artigo definido “O”. Portanto O único caminho. A saber, muito bem definido (João 14:6).

Como a problemática das pessoas é achar um caminho, desconsiderando que Jesus é o único caminho para humanidade, então surgem às propostas de Estados Confessional, Teocrático, Ateu e Laico:

- Estado Confessional: assume uma religião oficial, mas não obriga os cidadãos a segui-la, permitindo a existência de outras religiões e promovendo a tolerância religiosa.
- Estado Teocrático: assume uma religião oficial e exige que os cidadãos a sigam, proibindo a existência de outras religiões e não tolerando qualquer credo diferente.
- Estado Ateu: não assume nenhuma religião, não tolera nenhum credo e persegue e proíbe qualquer atividade religiosa.
- Estado Laico: não assume nenhuma religião, promove a tolerância religiosa e a separação entre Estado e Religião, representando talvez a melhor forma de equilibrar as duas faces da mesma moeda.

“Dessa interação entre política e religião, como duas faces da mesma moeda, desenvolve-se este artigo.”

ESTADO CONFSSIONAL

Confessional, por etimologia, vem do latim *confessio* (*onis* “*confissão*” + *al*). Equivale dizer que se assemelha a uma confissão; o que dá a entender que é um Estado que, por força de sua constituição, confessa e assume uma religião como oficial do Estado.

Roma antiga em sua política, ao dominar um povo conquistado; fazia escravos, romanizava alguns mercedores da cidadania romana e absorvia a religião incorporando ao Estado. Isso era perfeito como política de Estado, porque o conquistado podendo manifestar sua fé em sua religião, disfarçava a Roma como algo um tanto bom, embora conquistadora. Isso faz parecer que ser conquistado não é o mal maior do que não poder ter a liberdade religiosa.

Assim Roma, que já tinha tantos deuses e mitologias herdadas dos gregos, cada vez mais ficava cheia de religiões. Poderia ser definida, nessa época, como um Estado Politeísta.

Poucos anos, após a ascensão de Jesus ao céu, começou a expansão do cristianismo. As sociedades judaicas, que antes estavam incomodadas com Jesus, agora com o crescimento do cristianismo ficaram muito mais incomodadas. Porque ouvir Jesus se declarar Deus era um problema, mas ter que aceitar as pessoas acreditando nisso, era um problema muito maior. A morte de Jesus não resolveu o caso de tais sociedades em julgar como blasfêmia esse Alguém que se dizia Deus.

O Estado de Israel, como Teocracia, de Deus único, fé monoteísta, não poderia jamais aceitar outro deus ou um messias como Deus criador dos céus e da terra vivendo como um simples carpinteiro entre as pessoas. Com o crescimento do cristianismo, em território Israelita em meio às sociedades judaicas, Iniciou-se a partir daí uma perseguição aos cristãos.

Em atos dos apóstolos se observa que a comunidade cristã de Antioquia, em território romano, começou como os cristãos expulsos de Jerusalém. Um bom lugar para se refugiar, pois os romanos não tinham nada contra a religião de ninguém. Jesus como alguém que se declarava Deus não era problema, porque os imperadores, homens, também se declaravam deuses. Era da cultura dos romanos a aceitação das religiões.

Em Antioquia acolheram cristãos vindos de Chipre e da Cirenaica. Foi ali que os seguidores de Jesus, possivelmente pela primeira vez, passaram a ser chamados de cristãos. De lá Paulo iniciou as suas três viagens missionárias que foram temas principais dos Atos dos Apóstolos (*Atos 11:19-26*).

Já que os romanos não tinham problemas com religião de ninguém e os judeus rejeitaram Jesus, então a princípio, o território romano era um campo promissor para a expansão da fé em Cristo Jesus como O único caminho para a salvação da humanidade. Em meio a isso tudo cresceu o cristianismo mesclado com cultura romana, que hoje chamamos de cultura religiosa judaico-cristã. Isso seria algo de 50% judaica e 50 % romana. Ou algo de sei lá de quantos percentuais para uma e para outra.

O cristianismo foi crescendo com o passar dos anos. Roma tinha muitas religiões com diversos deuses, o que era obviamente muito ruim para os moldes cristão. Porque a religião cristã, em sua essência, é estritamente monoteísta. O que significa dizer que Jesus é Deus para os cristãos confessos na trindade, isto é, Deus pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

Sendo monoteísta, evidentemente não tinha tolerância com as demais religiões e deuses. O que é aparentemente, para os filósofos políticos, o mesmo problema da intolerância religiosa da teocracia do Estado dos judeus. Contudo, aqui vale ressaltar o equívoco dessa teocracia em relação a Jesus.

A cultura judaica por ser consolidado nas Escrituras Sagradas, o que chamamos de Bíblia, diz que Jesus como messias seria, na terra, o próprio Deus manifestado em ser humano. Essa era a verdade que o evangelho do novo testamento do discípulo João tanto destacou. Daí se diz: “Conheceres a verdade e a verdade te libertará” (*João 8:32*). “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (*João 14:6*). Jesus era essa VERDADE ao mundo, e não a verdade em forma de adjetivo que se tanto fala nos tribunais. Então, o equívoco está aí, ou seja, a teocracia judaica era a mesma de Cristo Jesus.

A rejeição a Jesus se deu porque os judeus esperavam um messias salvador do Estado deles. Não queriam ficar subjugados ao Estado de Roma. Queriam um messias salvador nos moldes de Cesar. Queriam um salvador de militância política. Não queriam um salvador que pudesse perdoar libertando as pessoas do pecado. A

posição dos judeus era um lado da moeda, enquanto a dos cristãos era o outro lado. Por esse ponto de vista, foi um equívoco político a rejeição a Jesus.

Judeus admiravam o imperador romano. No momento em que Pilatos, governador romano, discutia a crucificação de Jesus, a autoridade judaica respondeu que eles, judeus, não tinham outro rei senão César (João 19:15).

Mas à medida que o cristianismo crescia de um lado da moeda, em território romano, ia crescendo o conflito com as outras religiões. Passaram existir as perseguições religiosas terríveis contra os cristãos. Como exemplos: do imperador Nero, do imperador Domiciano, e etc.

Chegando o ano 313, o imperador de Roma Constantino, se converteu ao cristianismo e transformou a religião cristã como a religião oficial do Estado Romano, como documentado em a *“Vida de Constantino de Eusébio de Cesaréia”*. Assim Roma confessa e assume uma religião, dita cristã, como oficial do Estado. Portanto, Roma que antes era politeísta, a partir daí, passou ser um Estado Confessional.

Cristãos que antes eram perseguidos, agora se tonaram perseguidores implacáveis as outras religiões. Pois não tinha tolerância religiosa, porque o Estado os assegurava o direito de religião única.

Embora que Estado Confessional não pode ser confundido com Estado Teocrático, na prática ambos se confundem por uma razão muito simples, que é a ideologia religiosa por detrás da constituição. Muito difícil dizer para um cristão que não se deve ter intolerância religiosa, uma vez que, ele acredita ideologicamente que faz parte da única religião de Deus. Cristão com esse pensamento, possivelmente, acredita que tem um passaporte garantido para entrar no céu. Porque sua ideologia vai além da fé em Cristo Jesus.

Hoje como exemplos de Estados Confessionais: a Inglaterra de cristianismo anglicano, Grécia de cristianismo ortodoxo, e etc.

O cristianismo cresce, corpo a corpo, proselitando sua fé. Foi assim desde o início, é assim atualmente e sempre será assim. Daí vão surgindo os conflitos, sendo que o Estado tenta resolver toda essa problemática com criações de leis.

Note que cristianismo anglicano e cristianismo ortodoxo se conflitam e são exemplos de dois caminhos para se chegar a Deus. Você pode pensar que agora não somente Alice está perdida, mas a humanidade também está. Para responder essa sua pergunta, leia abaixo:

“Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não fosse assim, eu vo-lo teria dito. Vou preparar-vos lugar. E quando eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vós também. Mesmo vós sabeis para onde vou, e conheceis o caminho.

Disse-lhe Tomé: Senhor, nós não sabemos para onde vais; e como podemos saber o caminho?

Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim. Se vós me conhecêsseis a mim, também conheceríeis a meu Pai; e já desde agora o conheceis, e o tendes visto.

Disse-lhe Filipe: Senhor mostra-nos o Pai, o que nos basta.

Disse-lhe Jesus: Mas Felipe, estou há tanto tempo convosco, e ainda não me tendes conhecido? "(João 14:1-9)

Bem, a questão é que tanto a Alice como a humanidade, ambos apostam no caminho que o Estado possa oferecer.

Religiosos acreditam, por força de ideologia de fé, que Deus pode prover todas as coisas, se em primeiro lugar buscar o reino Dele, sendo que as demais coisas serão acrescentadas (Mateus 6:33). Por esse ponto de vista, um Estado Teocrático radical talvez seja melhor que um Estado Confessional.

ESTADO TEOCRÁTICO

Teocracia, por etimologia, é uma junção de duas palavras de origem grega (*theós* = deus e *cracia* = governo). É um regime de governo onde deus e religião, unidos, ocupam um lugar central na sociedade e no governo, o que talvez seja o mais semelhante aos dois lados da mesma moeda.

Em Estados teocráticos, as decisões políticas e jurídicas passam pelas regras da religião oficial. Sendo assim, a religião exerce o poder político de forma direta. Os membros do próprio clero têm cargos públicos. Quando as decisões dos governantes e juízes, mesmo não tão religiosos, são controladas pelo clero.

A diferença, entre Estado Confessional e Teocrático, está no fato do confessional não obrigar os seus cidadãos serem adeptos da fé do Estado. Já o teocrático, em âmbito mais radical, exerce uma obrigatoriedade, de forma tal, que é melhor que os cidadãos sejam adeptos a fé do Estado para não terem problemas.

Jesus Cristo não obrigou ninguém à conversão conforme fizeram os adeptos do cristianismo. Então a antiga Roma Cristã seria mais bem definida de Estado Teocrático ao invés de Confessional, porque o cristianismo cresceu obrigando as pessoas a se converterem. Lembrando aqui, que os cristãos também foram perseguidores e que infelizmente ainda são intolerantes.

Religião, além de cultural, é também uma ideologia de fé. Existem as religiões basicamente culturais, como exemplo, o candomblé. Mas algumas são mais ideológicas que culturais. Sem sombra de dúvidas que as ideológicas são as mais problemáticas. Cristianismo e Islamismo são exemplos de diferenças de culturas, rivalidades e ideologias de Estado.

Como já dito, a ideologia religiosa está por detrás da constituição. Com isso, na prática, a confessional e teocrática se confundem, de sorte, que não se sabe onde está a diferença. Porque ambas são compulsoriamente prosélicas.

Exemplos de Estados Teocráticos: Irã com o islamismo, Vaticano com o cristianismo romano tendo o papa como chefe de Estado.

Aqui vale reconhecer que a igreja, católica romana da atualidade, não é problemática com sua fé como foi na idade média. O Brasil Império era um Estado Confessional Parlamentar. Embora a fé cristã, seja muito ideológica, a família real

tinha notável tolerância com outros credos. As igrejas protestantes tradicionais vieram pro Brasil nessa época.

Contudo, para algumas igrejas protestantes, a igreja católica ainda representa um perigo iminente. Há os que acreditam que o Papa é a besta do apocalipse. Esse efeito é pela antiga rivalidade de católicos e protestantes do final e início, da Idade medieval e moderna respectivamente.

Religião pode ser compreendida como uma prática de repetição de forma metódica. Em outras palavras, um católico, por exemplo, se torna um bom católico porque ao longo da vida ele repete os ritos, participa dos ritos e ora com frequência numa média de cinco vezes por dia. Ora quando acorda, ora quando almoça, ora na hora da Ave Maria, ora na janta e ora na hora de dormir. Como um atleta que exercita muito os músculos, assim é o religioso que exercita sua fé.

Essa repetição de forma metódica, se não provocar cansaço enfadonho, faz qualquer religioso de qualquer religião ser um bom religioso em seu credo. Filósofo cientista compreende que prática religiosa mais se revela como algo tipo um ópio. Pois parece que deixa o indivíduo com a mente entorpecida como efeito da droga. Que, portanto isso não é bom para o Estado, pois cidadãos acabam guerreando entre si, se destruindo, e se matando em meio às loucuras religiosas.

Então a proposta dos filósofos cientistas passou a ser um Estado sem religião, o que poderia ser o melhor caminho para a humanidade. Há uma frase que cai bem aqui: “A religião é o ópio do povo”. Essa frase é uma Introdução à “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel do autor Karl Marx”.

Se a humanidade, ainda está como Alice, recém-chegada no país das maravilhas, melhor que não peça ajuda aos filósofos cientistas que propuseram um Estado Ateu.

ESTADO ATEU

Ateu, por etimologia, tem origem no grego “*theos*” = *deus* e da partícula “*a*” = *negação*. Essa partícula dá uma real conotação de sentido de negar. Porque o ato de negar é afirmar corajosamente que não existe, não é verdade, é contestar, é contradizer, é renegar, é desmentir, e acima de tudo refutar.

Um ateu não é simplesmente alguém que não tem deus; é refutar a existência de deus. E parece que ateu se empolga mais em negar um Deus que possui a letra “D” maiúscula. Portanto um Estado Ateu não é simplesmente não assumir alguma religião. Não admite práticas religiosas e conseqüentemente persegue seus cidadãos religiosos.

Sendo assim, Estado ateu é caracterizado pela proibição e perseguição às práticas religiosas. Não apenas se separa da religião, mas a combate. Seria um lado da moeda combatendo o outro aparentemente mais fraco. Aparentemente porque religião tem forças por fé, ideologia e cultura.

Exemplos podem ser encontrados em experiências socialistas ou comunistas do século XX como a antiga União Soviética (URSS), Cuba, China, Coreia do Norte, Camboja, entre outros.

Em dias atuais, Estados Ateus, praticamente não existem declarados por força de suas constituições. Isso se deu porque, a aparente fraqueza das religiões, se revelou mais forte do que o Estado.

Jesus em sua abertura do sermão da montanha, disse: “Bem-aventurados sois vós, quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram os profetas que foram antes de vós” (Mateus 5:11,12).

A religião para um indivíduo determina sua moralidade, visão de mundo, autoimagem diante da sociedade, e atitudes em relação aos outros. E as diferenças religiosas são por fatores culturais e pessoais como essas. Daí, como dito, religião tem forças por fé, ideologia e cultura. Sendo que tudo isso pode levar a uma paixão desenfreada, romântica e de extremo zelo que se traduz por fanatismo.

O Estado Ateu tem essa mesma paixão desenfreada em oferecer um caminho para humanidade, de sorte, que fanatismo não é exclusividade de religião, ou seja, o Estado Ateu também persegue seus cidadãos. Pode-se dizer que a perseguição religiosa pode ser desencadeada por fanatismo religioso ou pode ser desencadeada pelo Estado quando vê um determinado grupo religioso como uma ameaça aos seus interesses ou segurança. Assim em muitos países, a perseguição religiosa resultou em tanta violência que é considerada um problema de direitos humanos.

O ateísmo de Estado foi definido por um governo caracteristicamente pela anulação da liberdade e prática religiosa. Foi praticado pela primeira vez por um breve período na França revolucionária. Mais tarde foi praticado no México revolucionário e pelos Estados comunistas.

A antiga URSS tinha uma longa história de ateísmo de Estado em que o sucesso social dependia que os cidadãos declarassem o ateísmo e que deveriam ficar longe das igrejas e até mesmo as vandalizar. Esta atitude, sobretudo militante, durante a era stalinista intermediária, foi no período entre guerras de 1929 a 1939.

Isso tudo porque o Estado Teocrático busca uma razão e arbitrariamente impõe leis radicais. Acredita religiosamente que religião não é racional. E a religião, por sua vez, acredita religiosamente que o Estado que não é racional. É um trocadilho e uma disputa de quem tem a razão.

A “*História do Ateísmo de Georges Minois*” abrange desde os povos primitivos até a cultura ocidental do século XXI, mostrando que a história do ateísmo não é linear, que não parte de um cenário exclusivamente religioso para chegar a um triunfo absoluto da descrença. Ao contrário, que ateísmo e fé convivem lado a lado na trajetória humana, contrapondo-se, como duas faces da mesma moeda.

A história, como aqui exposta, revelou que o Estado Ateu também não é solução. Como o Estado ainda quer achar um caminho para humanidade, talvez melhor mesmo seja um estado sem religião, que não persiga ninguém, que não se

mete em religião nenhuma, e que ao mesmo tempo aceite todas as religiões. Daí surge outra esperança para Alice perdida em meio a tantos caminhos, o chamado Estado Laico.

ESTADO LAICO

Laico, por etimologia, vem da expressão grega “*laos*” que designava o povo em sentido mais amplo. Aqui vale descrever que povo dá uma ideia de população, ou seja, indivíduos vivendo sem constituição, sem instituições, e sem forma de governo. Assim temos como exemplo os índios e os religiosos. Portanto está correto dizer que cristãos, por exemplo, é povo de Deus. Mas não é correto dizer que brasileiros é povo, pois estão sob a constituição de Estado. Correto é dizer que os brasileiros são cidadãos de um Estado de língua latina localizado na América do Sul.

O Brasil se tornou nação oficialmente emancipada a partir de sua constituição em 1824. Desta data para trás se diz, de modo correto, cidadãos da América Portuguesa e não se diz cidadãos brasileiros. De mesmo modo, não se diz Brasil Colônia. No entanto chamar tudo de Brasil a partir da chegada do navegante Cabral se tornou cultural em nossos dias. Note que se diz regularmente que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil no ano de 1500. Com isso, os brasileiros parecem gostar mais de ser chamados de povo ao invés de cidadãos. A “*História da América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita*” é um livro de referência de leitura obrigatória para todos os que se interessam pelos primórdios da história do Brasil.

O termo grego *laos*, como já dito, referia-se, à população, ao povo todo, sem exceção alguma. Embora o Brasil tenha a maioria católica, em meio a etnias, diferentes raças, e variedades de religiões torna o termo laico aceitável. Daí a simpatia de chamar o país de Laico. Em 1988, o Brasil se tornou um Estado constitucionalmente Laico, mais por simpatia do que por ideologia.

Mas afinal, o que é um Estado Laico? O que isso tem a ver com Deus, política e religião?

O laicismo é um pensamento que defende que a religião não deve ter influência no Estado, o que foi responsável pela separação moderna entre a Igreja e o Estado. Ganhou força com a Revolução Francesa (1789-1799). Daí pode-se dizer que o Estado Laico nasceu com a Revolução Francesa.

Cristãos que são políticos ou politizados têm se inspirado nas palavras de Jesus como o criador desse Estado. Isso é bastante intrigante, ou seja, Jesus criador do Estado Laico!

Ocorreu o seguinte:

Os adversários de Jesus, com intuito de sagacidade, tentaram ludibriá-lo ao forçá-lo a tomar uma posição perigosa sobre a delicada questão do pagamento de impostos aos romanos.

Previram astutamente que Jesus se oporia ao imposto, porque a intenção era que pudessem entregar Jesus à jurisdição e à autoridade do governador romano Pôncio Pilatos.

A princípio bajularam Jesus, elogiando sua integridade, imparcialidade e devoção à verdade. Então lhe perguntaram se era ou não certo que um judeu pagasse um imposto exigido por César.

Jesus primeiro os chamou de hipócritas e em seguida pediu que um deles apresentasse uma moeda que pudesse ser usada para pagar o imposto. Um deles mostrou-lhe uma moeda romana e Jesus então perguntou qual era a inscrição que estava na moeda. Responderam que era de César, ao que Jesus então proferiu a sua famosa frase: Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus (Mateus 22:21).

Bem, dessa frase de Jesus, cristãos políticos, políticos, e religiosos de modo geral, faz uma verdadeira ginástica mental para explicar a separação de Estado e Religião, o que é denominado de Estado Laico, dando até entender que Jesus é o autor desse pensamento da época da Revolução Francesa.

Se a inspiração do Estado Laico é isso, então abro aqui uma particular interpretação em dizer que Política e Religião são as duas faces da mesma moeda.

Voltando às perguntas: O que isso tem a ver com Deus, política e religião? Eis aí as respostas. Mas ainda faz necessário responder o que é um Estado Laico, pelo menos em teoria.

Um Estado é considerado laico quando promove a separação entre Estado e Religião. Não permite a interferência de correntes religiosas em assuntos de estado. Não privilegia nenhuma religião. Trata os cidadãos igualmente, independentemente de escolha religiosa. Deve garantir e proteger a liberdade religiosa.

Dessa forma de Estado tão em moda, Alice prefere sentar e permanecer parada, pois é o melhor que pode fazer se ainda não leu os ensinamentos do Mestre Jesus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que as pessoas tentem encontrar uma solução para a humanidade por caminhos políticos ou religiosos, não a encontrarão por uma razão muito simples: religião e Estado são constituídos por pessoas, e pessoas são falhas. O que se deve entender é que Deus não veio ao mundo para consertar todos os conflitos da humanidade. Veio para que todo aquele que Nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Quem crê Nele não é condenado, mas quem não crê já está condenado (João 3:16). Como disse Jesus: “O meu governo não é deste mundo” (João 18:36).

Mas enquanto não volta, vamos vivendo normalmente. O melhor que podemos fazer, seja como cidadãos ou povo, é não nos iludir pensando que o Estado pode oferecer alguma solução para a humanidade. Como visto neste artigo, a solução não é para a humanidade, e sim, para qualquer indivíduo que se converta a Deus. E converter-se a Deus não é simplesmente fazer parte de uma religião qualquer, porque a salvação de Cristo Jesus não é por grupos sociais, e sim, individualmente.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. **Tradução de João Ferreira de Almeida.** São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas.** São Paulo: Darkside, 2019.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **Vida de Constantino.** São Paulo: UICLAP, 2024.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINOIS, Georges. **História do Ateísmo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.



Uma Voz Dissonante: Católicas pelo Direito de Decidir e o Aborto no Brasil

A Dissident Voice: Catholics for Choice and Abortion in Brazil

Fabiola Gremski Mika

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil, o aborto e análise do discurso, bem como breves apontamentos de gênero, sobre a relação do Estado e o catolicismo, a proibição do abortamento, posicionamento dos católicos brasileiros perante o aborto. Analisamos o discurso na rede social da Organização Não Governamental, Católicas pelo Direito de Decidir/Br, a página oficial na plataforma Facebook, em conjunto com suas publicações, objetivos, lutas e valores. Apresentamos aqui reflexões do corpo feminino moldado, docilizado, seguindo um modelo de feminilidade imposto pela sociedade, por meio de Foucault, Scott e Bourdieu.

Palavras-chave: gênero; aborto; igreja católica; fontes digitais.

Abstract: This study aims to present a discussion about the Catholics for Choice in Brazil, abortion, and discourse analysis, as well as brief considerations on gender, the relationship between the State and Catholicism, the prohibition of abortion, and the stance of Brazilian Catholics on the matter. We analyzed the discourse on the social media platform of the Non-Governmental Organization Catholics for Choice/Br, specifically its official page on Facebook, along with its publications, objectives, struggles, and values. Here, we offer reflections on the female body as shaped and disciplined, adhering to a model of femininity imposed by society, through the lenses of Foucault, Scott, and Bourdieu.

Keywords: gender; abortion; catholic church; digital source.

INTRODUÇÃO

Pensar o aborto em conexão com a Igreja Católica parece destoante, sem conexões evidentes. Para analisá-lo, utilizamos o Facebook como fonte para compreender o discurso sobre o aborto. Apesar das precauções no uso de redes sociais, elas já ocupam espaço na História Pública.

Este estudo explora, primeiramente, a relação entre História e mídias digitais, destacando a complexidade desse vínculo. Em seguida, aborda o recorte de gênero a partir de Joan Scott (1990) e a questão do aborto no Brasil, incluindo pesquisas e o SUS. Também analisamos a legislação brasileira, a relação entre o Estado, a Igreja Católica e o aborto, destacando o papel das Católicas pelo Direito de Decidir. Por fim, discutimos o uso do Facebook como fonte, com análise de imagens da página da organização, concluindo com reflexões no tópico final.

REFERENCIAL TEÓRICO

As mídias digitais transformaram a relação entre sociedade e história, introduzindo novas fontes e exigindo cuidados metodológicos. A história pública utiliza esses recursos para ampliar o acesso ao conhecimento, mas enfrenta desafios como a instabilidade do conteúdo online (Almeida, 2011; Silveira, 2016).

Plataformas como o Facebook exemplificam o impacto digital na construção de memórias e na análise de relações sociais, políticas e culturais. Essas ferramentas abrem novas possibilidades para estudos históricos, incluindo a análise das construções de gênero em diferentes contextos. Os estudos de gênero no Brasil tiveram um desenvolvimento diferenciado em relação aos contextos norteamericano e europeu, como apontam Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999). Na década de 1970, utilizava-se o termo “estudos sobre a mulher”, que foi gradualmente substituído por “gênero” nos anos 1980, trazendo maior aceitação acadêmica, ainda que poucos homens se dedicassem ao tema.

Joan Scott, em seu texto seminal “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1990), destacou que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primária de significar relações de poder. Assim, o gênero não pode ser dissociado do sexo, já que as relações sociais e de poder têm origem em corpos sexuados.

As relações de homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres, precisa ser observada a partir do corpo. A teoria de Scott (1990) e a Michel Foucault (2017), o autor em seu livro “Vigiar e Punir” apresenta uma análise sobre métodos e meios coercitivos e punitivos adotados pelo poder público para a repressão.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. [...] o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault, 2017, p.29).

Então, para Foucault (2017), o corpo humano, aqui em questão o corpo feminino é moldado, deve ser submisso, e quando não é, desrespeita as normas, cometendo um aborto, pode sofrer punições, tendo em vista que o aborto no Brasil é considerado crime passível de punição de acordo com o Código Penal de 1988.

E quando uma ONG católica, consequência de uma sociedade religiosa, que é contrário a decisão da mulher poder escolher se quer ter um filho ou não, se posiciona favorável ao direito de decidir tende subsistir a ataques, que vem de pessoas que são frutos dessa mesma sociedade.

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo se tornou objeto de disputa, e disputa publica; toda uma teia de discursos, de saber, de análise e de injeções o investiram (Foucault, 1988, p.29).

Tanto a CDD/Br quanto as pessoas em geral vão manejar discursos para defenderem o que que acham certo. O corpo que é controlado e a sexualidade que é reprimida se tornaram alvos do Estado, a formula eficaz, que através de discursos e saberes inspeciona, monitora, fiscaliza, vistoria, regulamenta a vida da mulher.

O controle da sexualidade, implica em controle de taxas de natalidade e mortalidade, em especial, o aborto, que no caso brasileiro é polêmico, toca em um tabu da sociedade, do que é considerado vida, do sagrado, ainda mais que o Brasil é norteado por dogmas religiosos cristãos, e ainda tem uma bancada evangélica no Congresso Nacional, que impacta diretamente sobre as leis do país.

O conceito de Biopoder, conforme Foucault (2008), permite compreender como o controle sobre os corpos humanos impacta as leis e políticas de um país. O autor define-o como “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 3). O objetivo é submeter o corpo humano ao controle, influenciando diretamente a vida, desde o nascimento até a morte, com os corpos sendo moldados e domesticados.

Foucault (2008) também descreve como micropoderes operam nas esferas da vida cotidiana, exercendo um poder disciplinar que regula os corpos e, por consequência, organiza a sociedade. Esse plano biopolítico ensina como viver e se insere nas mais variadas esferas sociais, transitando entre os indivíduos, sem estar fixo em uma única pessoa ou instituição. Guacira Lopes Louro (2000) aponta que a sexualidade e como os corpos devem ser, são construídos social e culturalmente, nada é “natural”.

De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres (Louro, 2000, p.8).

Todos os nossos aspectos são imposições dadas, para Guacira (2000), até mesmo a escola pode deixar marcas no corpo, moldando-nos conforme um padrão ideal. Ensinaram a docilidade e moldaram-nos.

No que diz respeito ao aborto, diversas (os) pesquisadoras (es) trabalham com a temática do aborto, Debora Diniz, uma das mais influentes da área, em seu trabalho “Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna” (2010), junto com Marcelo Medeiros, demonstra que independe dos números das pesquisas feitas, não há como ter um número exato de mulheres que abortaram, pois as mulheres podem fazer mais de um aborto, e nem todas as áreas podem ser cobertas nessas pesquisas, e uma das conclusões possíveis nesse estudo, é que na área urbana brasileira, pelo menos uma a cada cinco mulheres fez um aborto no final da idade reprodutiva.¹

1 A opção para não utilização de fontes ditais oficiais, como os números de abortos do

O aborto no Brasil é crime. Há excludentes de penalidade em casos de estupro (aborto sentimental) e risco à vida da mulher grávida (aborto terapêutico), existindo enorme resistência política a qualquer modificação da legislação por meio de projetos de lei no Congresso Nacional. A intransigência moral que domina o debate no Brasil impede até mesmo propostas de modificação do Código Penal à luz de princípios constitucionais, como a liberdade ou a dignidade, um movimento que vem sendo gradativamente reconhecido como prioritário por alguns juízes, procuradores e promotores de justiça (Diniz, 2003, p. 14-15).

Mesmo com os itens excludentes aqui abordados, os números de abortos são grandes, o que coloca a problemática do aborto como uma questão de saúde pública, muitas mulheres que podem pagar fazem em clínicas clandestinas, porém bem equipadas, com todo o atendimento necessário; contudo as mulheres que não tem poder aquisitivo optam por métodos inseguros, em clínicas que usam ferramentas artesanais, levando a morte ou até mesmo precisando de atendimento de hospitais, do SUS, o que causa gastos ao governo de maior relevância.

Por fim, ainda no campo do aborto como problema de saúde pública, cabe investigar os serviços públicos de saúde que prestam atendimento às mulheres na situação do abortamento incompleto. Afinal de contas, são cerca de 200.000 mulheres que chegam anualmente aos hospitais públicos do Brasil em busca de atendimento por terem provocado um aborto. Esse assunto tem sido objeto de crítica e reivindicação dos movimentos de mulheres e alguns estudos já mostraram as dificuldades de acolhimento da mulher, suas atitudes, bem como as atitudes da equipe profissional para com elas (Rocha, 2009, p. 113).

O sistema DATASUS², site no qual podemos encontrar dados dos mais diferentes tipos, relacionados a Saúde Pública no Brasil possui números de abortos registrados no país e dentre outras informações. A seguir elenco uma tabela retirada do sistema, mostrando dados de mortalidade fetal no Brasil no ano de 2017.

sistema do SUS, remete a uma problemática de que como se é crime, muitos médicos (as) e atendentes em geral, dentro de hospitais públicos têm muito preconceito e não fazem um tratamento digno às pacientes. Muitas vezes encobrem em prontuários a verdadeira causa da visita ao hospital, colocam outra explicação em registros quando há mortes, sendo dados que foram e ainda são burlados.

2 Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> >. Acesso em: 08 de agosto de 2019

Figura 1 - Print Screen de tabela gerado pelo sistema DATASUS mostrando óbitos fetais no Brasil no ano de 2017.

▶ ÓBITOS FETAIS - BRASIL

Óbitos p/Ocorrênc: por Duração gestação segundo Região
Período: 2017

Região	Menos de 22 semanas	22 a 27 semanas	28 a 31 semanas	32 a 36 semanas	37 a 41 semanas	42 semanas e mais	Ignorado	Total
TOTAL	1.981	6.805	4.821	7.498	6.741	168	2.606	30.620
1 Região Norte	235	597	501	855	942	35	304	3.469
2 Região Nordeste	670	2.006	1.407	2.378	2.526	95	1.127	10.209
3 Região Sudeste	794	2.778	1.945	2.835	2.107	27	932	11.418
4 Região Sul	155	830	580	812	666	5	140	3.188
5 Região Centro-Oeste	127	594	388	618	500	6	103	2.336

Fonte: IMS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Nota:

1. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, Consolidação da base de dados de 2011".
2. No dia 13/06/2019, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2017 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 2 registros e exclusão de 1 registro.

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/fet10uf.def>.

Quando vemos os números de mortalidade fetal, somando 30.620 ano de 2017 inteiro por todo o território nacional, leva-me a questionar se contempla toda a totalidade de abortos no país. Visto que esses foram os que chegaram até o conhecimento do SUS, onde encontramos os dados de clínicas clandestinas? De abortos por meio de medicação (cytotec)? Ou ainda, aqueles registrados em áreas rurais, distantes de até mesmo de unidade básica de saúde? Quando temos esse número, não está especificada a causa da morte fetal, por isso não podemos ter certeza do número de abortos, pois muitas vezes quando as mulheres tentam realizar, e não é bem-sucedido ficam acuadas em procurar um hospital, como medo de denúncias:

Depois de tentar soluções caseiras, como chás, ela conseguiu comprar um remédio abortivo. Com medo da reação dos familiares e amigos, Juliana tomou as pílulas sozinha em casa. Não contou para ninguém. Mas começou a sentir dores fortes como efeito do medicamento, que provoca contrações do útero a ponto de expelir o feto. Assustada, decidiu buscar ajuda na emergência de um hospital público.(...) Mas o plantão desse médico terminou enquanto Juliana ainda estava em processo de aborto, ainda sob o efeito da medicação. (...) A enfermeira que acompanhou o primeiro atendimento contou do aborto à médica que assumiu o plantão, que decidiu chamar a polícia. Os policiais foram imediatamente ao hospital e interrogaram Juliana quando ela ainda sangrava. (...) Pressionada, Juliana acabou confessando ter tomado os remédios abortivos. (...) (BBC News, 2018)³.

Trecho anterior mostra um caso real, no qual uma mulher que procurou assistência médica, foi interrogada por policiais mesmo sangrando, dentro de um leito hospitalar. O aborto por si só é um processo traumático, que pode deixar sequelas físicas e psicológicas, mas ser interrogada por policiais, deixa a situação ainda mais delicada.

3 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44293621>. Acesso em: 8 de outubro de 2019

As sequelas que um aborto mal feito pode ocorrer na vida da mulher são diversas, desde problemas psicológicos, físicos e até a morte.

É necessário ressaltar que a ilegalidade condena todas as mulheres. Tanto faz o aborto ser ou não provocado, ao chegar a um serviço de emergência obstétrica com abortamento em curso ou com complicações decorrentes do aborto, as mulheres são tratadas como criminosas, as últimas a serem atendidas, até que muitas fiquem sequeladas ou morram (Rede Feminista de Saúde, 2005, p. 8).

O sistema de atendimento público para as mulheres ainda caminha a passos lentos, muitas vezes regredindo no país. Brasil, o país que se diz laico em sua constituição, mas tem raízes cristãs e uma bancada evangélica no Congresso, condena o direito de uma mulher decidir sobre seu próprio corpo, e criminaliza uma mulher em processo de abortamento que procura ajuda médica, independentemente de ter sido provocado ou não, tenta de modo obvio dominar através dos discursos de poder o corpo feminino, e nesse contexto surge as Católicas Pelo Direito de Decidir-BR em 1993, para construir um discurso entre ética e teologia feminista que defenda a autonomia das mulheres.

A legislação brasileira sobre o aborto é ainda conservadorista, pois é norteadada de discursos religiosos, em especial do cristianismo que introduz a ideia de morte de ser humano do conceito de aborto, como coloca Paulo Lúcio Nogueira (1995), no qual era no momento da formação que a alma penetrava no organismo.

Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário. I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro- II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (Código Penal Brasileiro, 1998, p.30).

A legislação mostra um país plural, que respeita as mais diferentes opções religiosas, mas na prática não é o que acontece, pois se tem uma intolerância religiosa, e usa-se de argumentos religiosos para a concepção de vida, para rejeitar projetos de lei.

Como aponta Antonio Baptista Gonçalves em seu livro “Intolerância Religiosa do Estado Democrático de Direito Brasileiro Supostamente Laico” (2016), o Estado é uma construção do homem para o homem, e sofreu diversas modificações desde sua criação, e apresenta uma discussão em torno do Estado Laico.

Para Gonçalves (2016), a laicidade implica a separação entre Estado e religião, garantindo liberdade religiosa aos cidadãos para expressarem sua fé em locais públicos. No Brasil, apesar da Constituição de 1988 prever um Estado laico, há uma conexão histórica com o catolicismo, evidenciada pela menção a Deus no texto constitucional. O predomínio católico influencia políticas públicas, levando à coexistência de um Estado teórico (laico) e um prático (religiosamente influenciado). Essa influência se manifesta no apoio a partidos políticos, engajamentos e manifestações, dificultando a plena aplicação da laicidade.

A Biologia desde muito tempo vem tentando chegar à um consenso do que é vida, mas não apresenta apenas um conceito, pode variar de cientista à cientista, alguns poderiam até considerar o óvulo e espermatozoide como uma forma de vida, Gonçalves (2016), aborda algumas nomenclaturas científicas, bem como o conceito de nascituro, pré-embrião, embrião, embrião e feto.

O conceito do que é vida ou melhor quando se inicia a vida para a Igreja Católica, acaba por carregar ainda mais o tabu do que é o aborto na sociedade brasileira. O catolicismo tem como definição que a “origem da vida começa com a concepção” (Gonçalves, 2016, p.303).

A questão do aborto é pauta do movimento feminista, integrada no seu temário sobre os direitos das mulheres. Nesse sentido, tem sido objeto de atuação no campo da mudança de mentalidade, da modificação da legislação e da aplicação das políticas públicas, além do trabalho com a imprensa. A questão do aborto é também pauta da Igreja Católica, como parte de sua agenda voltada para a religião e família. Sua postura na discussão política tem sido sobretudo reativa, posicionando-se contrária às iniciativas lideradas pelo movimento feminista ou em consonância com este – referentes ao aborto como um direito – e utilizando sua abrangente estrutura para divulgar ideias e exercer pressões (Rocha, 2006, p. 373).

A igreja Católica se posiciona de forma contrária ao aborto, e ainda impõem um modelo de mãe a ser seguido. Zaíra Ary (2000) expõem que no discurso da Igreja Católica, Eva e suas herdeiras foram feitas da costela de Adão, para acabar com a solidão e, portanto, terem filhos, sendo apenas complementos. Mas, todas as mulheres, como descendentes de Eva, foram responsabilizadas pelo Pecado Original, e assim deveriam sofrer as dores do parto, devendo se inspirar no modelo de Maria.

A valorização da virgindade, o sofrimento de Maria como uma mãe, pura, divinizada, um modelo de submissão, tida como a salvadora da sociedade, são os atributos inspiradores da modelo mulher/mãe. Assim as mulheres estão inseridas em um mundo complexo do cristianismo, sendo reguladas em sua vida afetiva e sexual, tendo o papel materno idealizado, e o casamento como sendo necessário, para então gerar filhos.

A ideologia do sacrifício, imposta pela cultura patriarcal, desenvolveu entre as mulheres uma educação à renúncia. É preciso renunciar ao prazer, aos próprios pensamentos, aos sonhos, à própria vontade, para colocar-se a serviço dos outros ou viver segundo os outros. Em certo sentido, as mulheres são feitas para servir os outros. Em última instância, é preciso aceitar até a dor e o sofrimento para que as migalhas de prazer sejam aceitáveis. Sem dor ou sem sofrimento, o prazer é, afinal, inaceitável ou quase injustificável (Gebara, 2000, p.135).

A desigualdade de gênero no contexto do catolicismo e as transformações nos debates feministas sobre sexualidade e reprodução ao longo do tempo. Segundo Maria das Dores Campos Machado (1994), o catolicismo atribui à mulher um papel subordinado, limitado à reprodução, enquanto o homem é visto como superior. Esse cenário foi desafiado nas décadas de 1970 e 1980, com a introdução de métodos anticoncepcionais, o avanço dos movimentos feministas e a ampliação do debate sobre direitos reprodutivos, como autonomia sobre o corpo e a dissociação entre sexualidade e reprodução.

A defesa incondicional da Igreja contra o aborto, conforme Nunes (2012), fundamenta-se na sacralidade da vida humana desde a concepção e na identidade entre embrião e pessoa. Argumentos de ordem religiosa, moral e biológica estruturam essa posição, mesmo em situações extremas como estupro ou anencefalia. A CNBB reforça que a vida é intocável, um domínio exclusivo de Deus.

Nesse contexto, surge em 1993 a organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil (CDD-Br), que defende os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, incluindo a descriminalização do aborto. Segundo Brites (2014), lutar pelos direitos das mulheres e pela reflexão sobre sexualidade e reprodução não exclui a fé católica, mas abre espaço para o exercício consciente da cidadania e da maternidade desejada. A ONG promove justiça social, diálogo inter-religioso e autonomia feminina, atuando em frentes como educação, produção acadêmica e mobilização política, reforçando a importância do Estado laico para a liberdade e igualdade de gênero.

A CDD/Br é parceira de vários movimentos sociais, em especial das mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersex (LGBTQI), participando de campanhas dentro e fora do país, campanhas pela legalização do aborto. Para a prevenção da aids, por uma Convenção Interamericana pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, contra a homofobia, pelo fim da violência contra as mulheres, pela laicidade do Estado, entre outras.

Após a instalação da ONG, começa-se a sinalizar junto com outros fatores, avanços na criação de políticas e projetos voltados para a garantia dos Direitos Humanos da população, nesse mesmo embalo o movimento das mulheres toma o rumo da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Em contraponto, a Igreja Católica coloca para a sociedade um discurso que condena o exercício sexual livre e autônomo, e a população católica vive outra realidade: pratica a sexualidade antes do casamento, usa camisinha, as mulheres abortam, enfim, há uma discrepância entre o que a Igreja prega e a vivência desses adeptos, diferença entre a teoria e a realidade (Jurkewicz, 2017).

As Católicas Pelo Direito de Decidir estão nos EUA e vários países da América Latina, sendo na atualidade 12 países e se organizam através da Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir. Esta rede se consolidou em 1996, em um encontro realizado em Caxambu, estado de Minas Gerais.

A equipe produz uma infinidade de materiais em seu site⁴ artigos, publicações, disponibiliza livros, fotos, vídeos, e cartilhas, todos disponível para visualização e download gratuitamente.

O caderno “Uma história não contada - a história das ideias sobre o aborto na Igreja Católica” de Jane Hurst, que contou com o apoio da CFFC (Catholics for a Free Choice)⁵, vem para fazer uma recapitulação de como a Igreja Católica, construiu seu pensamento em torno do aborto. E logo no início, Hurst (2000) aponta, que o que se pensa hoje sobre o aborto não é resultado de 2000 anos de ensinamentos sem modificações, a Igreja nunca teve um consenso sobre o tema bem como hoje ainda não tem, o debate continua vivo. Mostra a Igreja como uma legisladora e educadora, pois criava e ainda cria regras morais e estabelece penas para quando são quebradas. Aponta inclusive, que o aborto além de ser homicídio para a instituição católica é também um pecado sexual, pois afirma que os parceiros não tinham a intenção da procriação quando realizaram o ato.

Joana Pedro (2003) aborda como a Igreja interferiu na vida das mulheres nas duas gerações de mulheres que analisa, no que diz respeito a métodos contraceptivos.

Um deles era o controle da Igreja Católica sobre suas vidas. A posição da instituição era importante nas decisões dos casais quanto aos métodos que utilizariam para definir o número de filhos que queriam ter. Ou seja, elas falaram da interferência religiosa em questões íntimas como a contracepção. Era através da negativa da absolvição, diante da prática de determinados métodos, que os sacerdotes controlavam as famílias (Pedro, 2003, p.252).

Portanto, com mais frequência em cidades pequenas, os sacerdotes poderiam se negar a absolver as mulheres que usassem esses métodos de negar a absolvição dos pecados, controlavam mulheres e por consequências, famílias.

O caderno de nº 5 da CDD/Br “Aspectos Religiosos do Aborto Induzido” de autoria de Luiz Pérez Aguirre, um padre uruguaio, onde aborda a temática como algo muito mais profundo do que legislar ou criminalizar o ato. Aborda, o que muitos artigos e produções científicas apresentam, que com lei ou sem o aborto irá continuar ocorrendo. O padre traz também trechos da Bíblia, e até posições sobre igrejas cristãs não católicas, e reflexões envolvendo a biologia sobre o processo de formação da vida.

Dentre as mais variadas cartilhas, cadernos e livros disponíveis no site, é perceptível, que uma parte da Igreja Católica está aberta ao diálogo e a um discurso favorável pela vontade da mulher decidir e ter autonomia sobre o próprio corpo, mas mesmo como Jane Hurst (2000) apontou, a Igreja não tem consenso, nem todas as mulheres tem um consenso, por isso a dificuldade da aceitação do direito de decidir.

⁴ Acesso em 16 de maio de 2019 < <http://catolicas.org.br/> >

⁵ Seriam as Católicas pelo Direito de Decidir nos EUA.

As Católicas, além da utilização do site para mostrar seu trabalho usam também a plataforma Facebook⁶, que conta com 50.104 curtidas e 50.319 seguidores⁷, e foi criada no dia 24 de janeiro de 2013 e na sua descrição a página diz o seguinte:

Trabalhamos por justiça social, buscando o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e da reprodução. Também trabalhamos pelo fim da violência contra as mulheres, por uma cultura de paz e de igualdade de gênero. Esta página no Facebook é especial para que possamos trocar conteúdos sobre nosso trabalho, a atuação de outras organizações e coletivos parceiros, além de permitir a troca de informação, ideias e experiências com pessoas no Brasil e no mundo. Gostaríamos de ressaltar que Católicas defende a democracia, os direitos humanos e o direito que cada pessoa tem que defender suas ideias, mesmo que diferentes das nossas. Mas ressaltamos que, neste espaço, não vamos aceitar pessoas que incitem a violência, insultem e acusem outras pessoas, digam palavras ofensivas, ou tenham qualquer outro comportamento desrespeitoso e ameaçador. Essas pessoas serão banidas da página (CDD/Br, 2017).

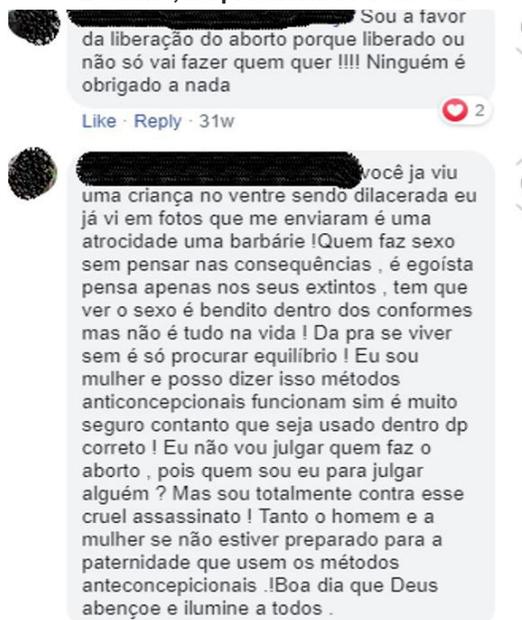
Logo na descrição percebemos a indicação das críticas recebidas, pois a página não aceita a violência, insultos e acusações, levando-nos a reflexão da constância das reprovações recebidas pela página.

Selecionamos postagens que tratam diretamente sobre o aborto, tema central deste trabalho. Embora a ONG aborde diversas causas, os comentários analisados foram extraídos de postagens focadas no aborto, sendo que outras postagens foram descartadas. O tema do aborto é recorrente na página, com algumas postagens sendo compartilhadas novamente pelos administradores, o que torna as capturas de tela recentes.

A figura 2, mostra alguns comentários de uma das postagens, onde o grupo faz o incentivo pela busca de informações sobre os abortos clandestinos feitos no Brasil:

⁶ Acesso em 20 de maio de 2019 < <https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/> >
⁷ Dados extraídos dia 26 de maio de 2019

Figura 2 - Print Screen de uma postagem da página “Católicas Direito de Decidir”, na plataforma Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/photos/a.106166089563697/1028271907353106/?type=3&theater> >.

Para interpretar o comentário, aplicamos a Análise de Discurso de Eni Orlandi (2009), que investiga a língua em seu uso social, enfatizando os sentidos implícitos nas relações entre linguagem, sujeito e contexto. Orlandi ressalta que o discurso é uma prática dinâmica, que vai além das estruturas formais. No comentário analisado, feito por uma mulher, emergem argumentos que desconsideram os impactos negativos dos métodos contraceptivos e ignoram as altas taxas de estupro, especialmente entre crianças e adolescentes. Esses pontos revelam a influência do contexto religioso da autora, visível na abordagem do aborto e na expressão “que Deus abençoe,” refletindo a visão católica que associa a sexualidade exclusivamente à reprodução.

Aprendemos a ideia apontada por Bourdieu (1999)⁸ sobre a dominação masculina, a figura do machismo extrapola o ambiente doméstico está em cada um de nós, sustentando nossos pensamentos, percepções e comportamentos androcêntricos. Podemos dizer que a dominação masculina está também, através do reconhecimento dos dominados (como qualquer relação de poder). Todos nós, homens ou mulheres contribuimos para naturalizar e legitimar a dominação

8 Pierre Bourdieu não trabalha com o conceito de gênero propriamente dito, aborda a questão da “dominação masculina” principalmente a partir de uma perspectiva simbólica. E androcentrismo está ligado a ideia de privilégio dos homens, a forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres.

do masculino sobre o feminino, perceptível no comentário feito pela mulher, que perpetua a visão patriarcal religiosa.

A análise das postagens na página oficial do grupo Católicas Pelo Direito de Decidir-BR permite perceber a aceitação ou rejeição do discurso das mesmas, como o público vê a fala e a luta pela descriminalização do aborto, e até mesmo o desenvolvimento da ONG na temática.

Segundo Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016), em seu trabalho “História Pública e Redes Sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo”, elenca três razões para que as redes sociais sejam importantes para as (os) historiadoras (es). Primeiramente, o público amplo e heterogêneo que as mídias digitais alcançam; secundamente, as redes sociais representam poderes de colaboração popular e por último, as mídias sociais caem no interesse de historiadoras e historiadores pelo fato de que é o fenômeno mais importante da História da Comunicação e da História da contemporaneidade, e como fenômenos deve ser tomado como objeto de estudo.

A intenção do trabalho de Bruno Carvalho (2016, p.50) é, portanto, mostrar alguns pontos:

Em primeiro lugar, porque as redes sociais na Internet *alcançam* bilhões de pessoas, um público diverso, heterogêneo e participativo, um público que nunca esteve tão acessível ao historiador. Em segundo lugar, porque os participantes das redes sociais, ou melhor, parte desses participantes quer dialogar, participar, interagir com os conteúdos que são apresentados a eles. Esse “desejo de colaboração” é talvez a maior oportunidade que a História Pública já teve para transformar o público em audiência e envolvê-lo efetivamente na escrita da história. Em terceiro lugar, porque as redes sociais são um dos maiores fenômenos históricos de nosso tempo, sendo isso, por si só, já suficiente para justificar a curiosidade do historiador.

O Facebook, com um número de usuários muito grande, permite que por meio dos retornos, curtidas e comentários, possamos ver o discurso, a interação entre quem utiliza e sua repercussão, é uma emergência histórica do século XXI que usemos tais fontes. A fonte 3 aborda como as mídias digitais podem ser usadas para propagar discursos.

Figura 3 - Comentário de um post sobre o projeto de lei de descriminalização do aborto na Argentina em 2018:

Você falou certo, mas se esqueceu de uma coisa: Um BB não faz parte do seu corpo, tanto que existe uma membrana que o envolve se não o seu corpo iria o expulsar por ser um corpo estranho no seu organismo LOGO VOCÊ NÃO TEM O DIREITO DE MATAR UMA VIDA QUE NÃO É SUA. Você está falando tanto do perdão citando Jesus e nem mesmo acredita na bíblia, mas apoia que mães matem seus filhos. Com 18 dias o coração do bb já está batendo. Defende tanto o aborto e não fala em

momento algum das consequências que a mãe sofre depois. 95% das mulheres que abortam entram em depressão. Fala tanto em aborto mas com certeza deve ser a favor dos direitos humanos e contra castração para estuprador. Então antes de falar de Jesus e da bíblia que você nem ao menos acredita, reveja seus conceitos e não se contraponha (Anônima, 2018).

Fonte: < <https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/photos/a.106166089563697/930941140419517/?type=3&theater> >.

A postagem data de 15 de junho de 2018, datando apenas um dia depois da aprovação na Câmara Federal na Argentina, onde um projeto de lei regularizava o aborto, e após isso seguiria para o Senado.

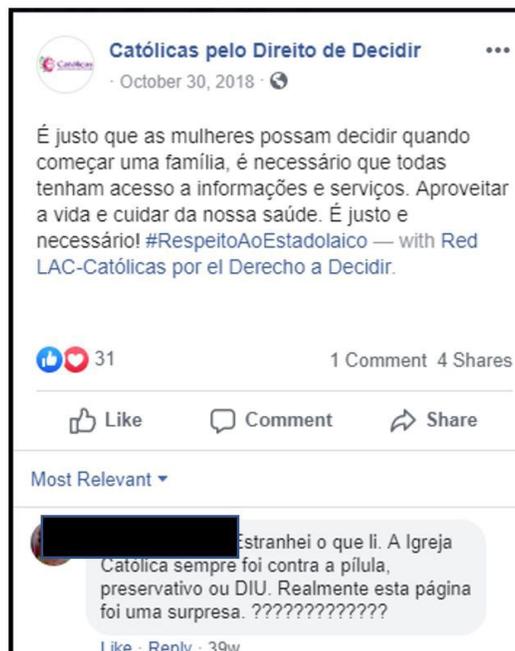
A relação linguagem/pensamento/mundo, como aponta Orlandi (2005), retoma a atenção para o uso das palavras em caixa alta que a pessoa que comentou fez uso. Nas redes sociais percebemos que o uso da caixa alta, muitas vezes em discussões quer remeter à uma briga, à uma fala mais exaltada, impondo sua opinião como verdadeira e absoluta, desconsiderando que nem mesmo a ciência tem um consenso sobre o que é ou quando se inicia a vida.

Posicionar-se sobre um tema problemático por meio de uma plataforma online como o Facebook parece ser muito mais confortável e menos comprometedor. Certamente por não haver contato físico com outrem, fazendo com que os sujeitos se coloquem com maior intensidade e com menores chances de serem repreendidos. Da mesma forma, permite esconder a si mesmo, o que propicia maior liberdade no que será dito (Cezarinho, 2018, p.334)

Discursos discriminatórios, como aponta Cezarinho (2018), ganham força nas redes sociais, onde se pode manipular números e palavras, levando a interpretações errôneas. Burke (2012) discute a “explosão do conhecimento” e a “sobrecarga de informação” proporcionada pela internet. Embora as novas tecnologias democratizem o acesso ao conhecimento, com livros e artigos digitalizados, também geram consequências negativas, como evidenciado no 11 de Setembro, quando o excesso de informações impediu o governo dos EUA de distinguir o “falso” do “verdadeiro”.

Como destaca Odilon Caldeira Neto (2015), a internet apresenta elementos que são desafiadores para os historiadores, como o excesso de informações, o risco de falsificação de discursos e a possibilidade de uma fonte desaparecer repentinamente. Essas inconstâncias tornam o trabalho com fontes digitais complexo, exigindo uma seleção cuidadosa do objeto de pesquisa. No caso da CDD/Br, embora haja várias pautas de luta, esta análise foca exclusivamente na questão do aborto, embora outras possam estar interligadas.

Figura 4 - Print Screen de uma postagem da página “Católicas Direito de Decidir”, na plataforma Facebook.



Fonte: < <https://www.facebook.com/catolicasdireitodedecidir/photos/a.106166089563697/1039569442890019/?type=3&theater>.

A postagem aborda o papel do Estado laico em garantir o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, permitindo que as mulheres decidam quando iniciar uma família. O comentário feito por uma usuária chamou atenção, pois expressa surpresa diante da posição da página, associando a Igreja Católica à oposição aos métodos contraceptivos. Esse tipo de reação é frequente, já que, para quem desconhece a trajetória e os objetivos da ONG, seus posicionamentos podem parecer contraditórios.

Figura 5 - Print Screen de uma postagem da página “Católicas Direito de Decidir”, na plataforma Facebook.



Fonte: < <https://www.facebook.com/catolicasdireitodedecidir/photos/a.106166089563697/82255611258021/?type=3&theater> >

A postagem aborda a PEC 181/15, destacando a aprovação da proposta por 18 homens, com apenas um voto contrário de uma mulher, e seu impacto na restrição do acesso ao aborto legal para vítimas de estupro e casos de anencefalia. A ONG católica feminista considera inadmissível que um grupo masculino decida sobre a autonomia das mulheres em nome de Deus e da população. Tanto nessa postagem quanto na anterior, os comentários partiram de mulheres, refletindo a violência simbólica descrita por Bourdieu (1999), em que os dominados reproduzem discursos que os oprimem, reforçando a hierarquia de gênero.

Para Orlandi (2005), o discurso utilizado por uma pessoa é manifestado através da língua, e nela vemos sua ideologia, vemos como uma pessoa se relaciona com o mundo através dessa linguagem. Por meio da mensagem escrita na página, conseguimos captar seu discurso para com o mundo e as pessoas. Seja um discurso de inclusão ou exclusão, de igualdade, conseguimos captar através das falas, e do comentário contrário a página é um que não compreende as várias vivências das mulheres do Brasil, que não entende a importância da descriminalização do aborto, que é uma questão de saúde pública, vê apenas sua religião como uma verdade absoluta.

Com a análise de alguns comentários retirados das postagens da plataforma Facebook das CDD/Br, vemos que muitas vezes elas têm suas atividades reconhecidas, uma interação com o público, mas aqueles que deveriam romper com pensamentos preconceituosos ou excludentes, usam da plataforma para disseminar sua exasperação, disseminando comentários conservadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa reflexão sobre gênero, mídias digitais, aborto e Igreja evidencia como a era digital possibilita novas formas de fazer história, ao mesmo tempo que exige cautela diante da volatilidade das informações. O cenário político conservador, especialmente após 2018, enfraqueceu grupos como Católicas pelo Direito de Decidir, ampliando a influência de lideranças contrárias à igualdade de gênero e dificultando avanços em políticas públicas, incluindo a legislação sobre o aborto.

Os discursos analisados refletem a persistência do patriarcado e a dominação masculina descrita por Bourdieu (1999), na qual o moralismo legislativo, sob a justificativa de proteger vidas, restringe a autonomia feminina e expõe mulheres pobres a abortos inseguros. No entanto, a atuação de uma ONG religiosa em defesa da democracia e dos direitos das mulheres demonstra que diferentes vozes podem se articular na luta por um Estado verdadeiramente laico. Discutir gênero, política e religião é essencial para desafiar estruturas de poder e vislumbrar uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALDANA, Myriam. **Vozes Católicas no Congresso Nacional: Aborto e Defesa da Vida**. Estudos Feministas, v. 16, 2008, p. 639-647.
- AGUIAR, Leandro Coelho. **Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência da Informação- Universidade Federal do Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Rio Grande do Sul. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.
- ALMEIDA, Juniele R.; ROVAL, Marta G. O. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. XXVII Simpósio nacional de História. Natal, 2013.
- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no Imaginário Católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annabluma, 2000. (Col. Diálogos).
- BBC NEWS. **A mulher denunciada por médica de plantão e processada por aborto: ‘Fui interrogada enquanto sangrava’**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44293621>/ Acesso em: 09 de outubro de 2019
- BRASIL, Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26/12/98**. 1998. 90p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BUSIN, Valéria Méлки. **Juventude, religião e ética sexual**. 2 ed. São Paulo – Católicas Pelo Direito de Decidir, 2012.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da Mídia: de Gutemberg à Internet**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRITES, Francine. **Católicas pelo Direito de Decidir: Vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990 – 2010)**. 2014. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento - I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – II: da enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas**. Revista Eletrônica Tempo Presente. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em : < https://www.academia.edu/1509277/Breves_reflex%C3%B5es_sobre_o_uso_da_Internet_em_pesquisas_historiogr%C3%A1ficas > Acesso em :15 de out. de 2018

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **HISTÓRIA PÚBLICA E REDES SOCIAIS NA INTERNET: elementos iniciais para um debate contemporâneo**. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **História e fontes da internet: uma reflexão metodológica**. Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abri. 2018)

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: a guide to gathering, presenting the past on the web**. Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/> Acesso em: 18 de outubro de 2019

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro , v. 15, supl. 1, Junho 2010 . Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/002.pdf> > Acesso em: 15 de out. de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População: curso dado no College de France (1977-1978)**. São Paulo:SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese de Doutorado- Departamento de Ciências Sociais do Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1993

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. 1ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Antonio Baptista. **Intolerância religiosa do Estado democrático de direito brasileiro supostamente laico**. Curitiba, PR: Ed. Prismas, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil**, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p.183-221

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes; RABELLO, Rafaella Prata. **Fontes digitais para a pesquisa em memória social**: dois estudos de caso. Resgate - Vol. XXI, 25/26 - Jan./Dez. 2013. p.59-65.

HURST, Jane. **Uma história não contada**: a história das ideias sobre o aborto na Igreja Católica. São Paulo – Católicas Pelo Direito de Decidir, 2000. (Coleção Cadernos, nº1)

JURKEWICZ, Regina S (org). **Entre dogmas e direitos**: religião e sexualidade. Jundiaí: Maxprint, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”.In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs). Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. **A situação da mulher na América Latina e no Caribe**. Temporalis, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.197-220, jul./dez. 2010.

MISKOLCI, Richard. **Novas conexões**: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. CRONOS, Natal, v. 12, n. 2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Em defesa da vida**. São Paulo: Saraiva, 1995.

NUNES, Maria José Rosado. **O tema do aborto na Igreja Católica**: divergências silenciadas.

OLIVEIRA, Eleanora M. de. **Aborto/Cidadania**: tecendo a democracia. Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos. V.1. N.1. 1993

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 1 ed. Campinas: Pontes, 2005. 100p

PEDRO, Joana Maria. **A experiência com contraceptivos no Brasil**: uma questão de geração. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 239-260. 2003.

RAGO, Margareth. **Descobrendo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu (11) 1998. p.89-98

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese**. Revista brasileira Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul./dez. 2006

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org); BARBOSA, Regina Maria (org). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Neпо /Unicamp, 2009. 284p.

SANTOS, Geraldo Mattos Gomes dos. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. 2º edição. São Paulo: FTD, 2001.

SAÚDE, Rede Feminista de. **Dossiê Aborto: Mortes Preveníveis e Evitáveis**. dossiê. – Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2005. 48p.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.15, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais**. Rev. ANTÍTESES. v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016.

SPECH, David. **The Pitfalls of Digital History: Review of DigitalHistory: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web**. Daniel Cohen and Roy Rosenzweig. University of Nebraska – Lincoln. 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9c7a/3fbd67fa051daa9749eb2a24cbea1445cb0b.pdf?_ga=2.196783589.836729856.1571436432-863777361.1571436432> Acesso em: 18 de outubro de 2019.



A Liberação em Massa do Assassinato de Inocentes – O Aborto e a Busca Frenética pela Morte de Inocentes no Ventre da Mãe

The Mass Release of the Killing of Innocents – Abortion and the Frenzied Pursuit of the Death of Innocents in the Mother's Womb

Giovanna Cardos de Farias

Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

Resumo: Nos últimos anos, precisamente as três últimas décadas, o tema da descriminalização do aborto foi banalizado a ponto de se incutir na mente das pessoas que a ideia do assassinato de inocentes no útero da mãe é algo simples como trocar de roupa. Paralelo à essa crescente onda por parte de uma minoria em torno da descriminalização do aborto há uma negação ou retardo por parte do Estado em se fomentar políticas públicas no tocante à educação sexual das mulheres. Este estudo científico busca mostrar o quanto a possível descriminalização do aborto poderá gerar prejuízos imensuráveis para as mulheres e toda a sociedade no sentido ético, moral, mental e espiritual, além do atroz sofrimento e extermínio imposto a seres humanos inocentes em desenvolvimento na cavidade uterina. O principal objetivo deste trabalho é mostrar o quão terrível seria para a população brasileira a vulgarização do aborto pela sua liberação indiscriminada; quantas sequelas um aborto deixa para as mulheres e para a sociedade; como o Estado poderia exercer melhor o seu papel na prevenção do aborto e suas consequências. A prática do aborto, a exemplo de tudo aquilo que vai de encontro à ética, a moral e à religiosidade de um povo, tem concebido gerações de mulheres traumatizadas com uma carga de culpabilidade que não conseguem se libertar. Para obtenção do resultado proposto neste estudo convidamos três mulheres com idades distintas, as quais, aceitaram nos relatar suas trágicas experiências com o aborto. O leitor deste estudo ficará impressionado com os depoimentos. Acreditamos que esse estudo trará uma pequena contribuição no tocante a conscientização das pessoas com relação ao assassinato de inocentes.

Palavras-chave: aborto; descriminalização; mulheres; estado.

Abstract: In recent years, specifically in the last three decades, the issue of decriminalizing abortion has been trivialized to the point that it has become instilled in people's minds that the idea of killing innocent babies in their mother's womb is as simple as changing clothes. Parallel to this growing wave of support from a minority for the decriminalization of abortion, there is a denial or delay on the part of the State in promoting public policies regarding the sexual education of women. This scientific article seeks to show how much the possible decriminalization of abortion could cause immeasurable harm to women and society as a whole in the ethical, moral, mental and spiritual sense, in addition to the atrocious suffering and extermination imposed on innocent human beings developing in the uterine cavity. The main objective of this work is to show how terrible it would be for the Brazilian population if abortion were to become commonplace through its legalization; how many consequences an abortion leaves for women and society; and how the State could better exercise its role in preventing abortion and its consequences. The practice of abortion, like anything that goes against the ethics, morals and religiosity of a people, has created generations of traumatized

women with a burden of guilt that they are unable to free themselves from. To obtain the result proposed in this article, we invited three women of different ages, who agreed to tell us about their tragic experiences with abortion. The reader of this article will be impressed by their testimonies. We believe that this article will make a small contribution to raising people's awareness regarding the murder of innocent people.

Keywords: abortion; decriminalization; women; state.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira nas últimas décadas, mais precisamente, nos últimos trinta anos, vem sendo sacudida por uma avalanche de ideias, conceitos e mudanças drásticas em todas as áreas da vida, no entanto, temos a nítida impressão de que essas ideias, conceitos e mudanças são bem mais acentuadas quando se trata dos aspectos éticos, morais e religiosos que são três importantes colunas de sustentação de uma sociedade livre, pacífica, solidificada e defensora da dignidade humana em toda a sua plenitude e balizada pelos mais nobres conceitos de sociedade.

A questão do aborto, tema deste estudo, é algo que sacode e, podemos até dizer, vira de cabeça para baixo a mente das pessoas, pois trata-se de um tema intrinsecamente ligado à vida, que por sua vez é um tema caro para o ser humano, pois, quando se fala da vida humana, fazemos logo a ligação imediata entre nós, seres humanos e um Deus criador, pois é inegável que a maioria absoluta da população brasileira crer em um Deus Supremo e criador de todas as coisas, principalmente da vida humana que, segundo a Bíblia foi feito à imagem do seu criador, “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1.26).

É importante destacarmos que temas semelhantes ao aborto, que dizem respeito a questões éticas, morais e religiosas do povo brasileiro, que aliás, se declara majoritariamente cristão, alcançando o índice de 86% da população segundo o senso de 2010, são temas geralmente defendidos por pequenos grupos de ativistas militantes que, muitas vezes desprovidos do senso de responsabilidade e respeito para com próximo, para com a vida, terminam extrapolando todos os limites da ética e da moral e do bom senso e, infelizmente, ao provocarem tanto barulho, terminam convencendo uma parcela importante da sociedade brasileira que são as autoridades que têm o condão de mudar regras, leis e princípios e que, muitas vezes, essas mudanças ocorrem à revelia da maioria absoluta da população brasileira e à revelia da nossa Constituição Federal e, principalmente à revelia do Deus Criador.

Por haver uma militância ativista tão insistente e muitas vezes até ameaçadora em vários aspectos com relação à descriminalização do aborto, o que para nós será apenas a institucionalização de um crime grave contra a humanidade e principalmente contra pessoas inocentes as quais não têm sequer o direito de questionarem sobre a sua sobrevivência, tivemos uma certa dificuldade em convencer mulheres traumatizadas pela prática do aborto em suas vidas a trazerem

a este estudo as suas experiências com o aborto, mulheres essas, que nos ajudaram inclusive, a compreender um pouco mais sobre esse genocídio silencioso contra seres humanos inocentes. As três mulheres que entrevistamos, as quais não iremos revelar as suas identidades, identificando-as apenas pela idade e iniciais dos nomes, nos forneceram informações estupefacentes sobre os momentos tensos e sofridos a que foram submetidas antes, durante e após o abortamento de seus filhos, ou por escolha própria ou por imposição de alguém.

Essas três mulheres ainda hoje passam por acompanhamento psicológico, por terapias diversas, inclusive com uso constante de medicamentos ansiolíticos, antipsicóticos e antidepressivos. Algo muito triste e desanimador que percebemos ao conversar com essas três mulheres é que, todas elas, deixam transparecer claramente que são afligidas constantemente por um sentimento de culpa avassalador, pois as três, têm a plena consciência que praticaram um crime contra os seus bebês.

O certo e inegável que apreendemos ao entrevistamos as nossas informantes, bem como o que estudamos e consignamos neste estudo é que, tudo aquilo, mas tudo aquilo mesmo, que vai de encontro à dádiva da vida, ao direito inalienável e inviolável da vida, à dignidade do ser humano, aos princípios éticos e morais que regem a vida humana, constitui-se em grandes e muitas vezes perpétuos sofrimentos e traumas imensuráveis.

Portanto, o aborto indiscriminado, que para este autor, não passa de um homicídio qualificado, de um genocídio contra inocentes, de um crime vil contra a humanidade e de um pecado gravíssimo contra um Deus criador, não deve encontrar guarida nos corações de seres verdadeiramente humanos, Que o povo brasileiro se coloque sempre conta o aborto.

UMA ABORDAGEM SOBRE O TEMA

O aborto é um tema jurídico, delicado, sensível e altamente polêmico enquanto envolve razões de ordem ética, moral e religiosa, mas infelizmente, percebe-se que alguns apologistas do aborto desejam e tentam a todo custo desqualificar quem tenta, com muita dificuldade, viver sob princípios éticos, morais e religiosos taxando essas pessoas, que inclusive, são a maioria absoluta da população brasileira, de fundamentalistas e fanáticos religiosos que impõem sobre o estado laico uma visão ética, moral e religiosa exacerbada, o que não é verdade. Onde estaria o fundamentalismo ético, moral e religioso em simplesmente se aderir aos dados da ciência que comprovam o início da vida desde a concepção; onde estaria o fanatismo ético, moral e religioso em acreditar que todo atentado contra a vida humana é um crime e, portanto, quem atenta contra a vida é assassino, é criminoso, é homicida, é genocida: onde estaria o fundamentalismo ético, moral e religioso em dizer que queremos políticas públicas que atendam a saúde das mães, dos filhos e de toda a família? Quanto à certeza do início da vida desde a concepção, A Bíblia (n.d.) diz o seguinte:

Os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui feito e entretecido nas profundezas do útero. Os teus olhos viram o meu corpo ainda informe; e no teu livro todas estas coisas foram escritas; as quais em continuação foram formadas, quando nem ainda uma delas havia (Salmos 139.15,16).

Por isso as instituições sérias e a população brasileira na sua maioria têm reiterado o seu firme posicionamento em defesa da vida humana, vida esta, que em toda a sua integralidade conforme dados científicos; com toda dignidade conforme o art. 1º da Constituição Federal; com toda a inviolabilidade, conforme o art. 5º da nossa Carta Magna que ratifica o texto Sagrado que destaca a vida desde a sua concepção até a morte natural. Isso é o mínimo de razoabilidade aceitável que permite à sociedade brasileira discutir esse tema tão caro, tão polêmico que envolve a vida humana desde a sua concepção, conforme repito, a Constituição Federal, a ciência e a Bíblia, a qual não se pode negar é a regra de fé de mais de 85% da população brasileira que se declara cristã.

É importante, ao tratarmos desse tema, trazermos à baila, a importante informação, fundamentada em dados estatísticos, de que a população brasileira é majoritariamente cristã, mesmo o Estado sendo laico, e o cristão, à luz da ciência e, principalmente da Palavra de Deus, não corrobora com a prática do aborto, por entender, que a autorização para a vida ou para a morte está sob a tutela de um Deus criador. Deus tira a vida e Dar a vida, conforme o texto Sagrado: “O Senhor tira a vida e dá a vida, faz descer à sepultura e de lá faz subir” (1 Samuel 2.6).

Como já destacamos, o tema do aborto é polêmico por envolver questões jurídicas, éticas e religiosas, portanto, não podemos tratar desse assunto negando, excluindo e colocando de lado a existência do bebê no ventre da mãe, o qual, segundo a Ciência, a Constituição e a Bíblia, já é uma vida plena desde a concepção. Até parece que estamos falando de um apêndice, de um tumor, de um cálculo renal que precisam ser extirpados a qualquer custo por estarem causando a morte das mulheres.

Ora, se o aborto é problema de saúde pública, deve ser tratado e solucionado como tal, mas, o que se ouve por muitas e muitas vezes em audiências públicas e debates sobre o tema nas casas legislativas e judiciárias por um ativismo ideológico e irresponsável é que a mulher é dona do seu corpo e pode fazer com ele o que quiser, não, não pode, pois, a mulher é uma vida, assim como o bebê, desde a concepção também é uma vida, e uma vida, não tem autonomia sobre outra vida. Muito cuidado com essa afirmação, pois, não podemos fazer tudo que desejamos com o nosso corpo, e, quando principalmente, atentamos contra a vida de outra pessoa, neste caso específico, contra a vida de um inocente. É importante aqui destacarmos alguns textos bíblicos:

Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá, porque o templo de Deus, que sois vós, é santo (1Co 3.16,17).

Ou não sabeis que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? (1Co 6.19).

Pois possuístes o meu interior; entreteceste-me no ventre de minha mãe. Os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui feito, e entretecido nas profundezas da terra (Sl 139.13,15).

E aconteceu que ao ouvir Izabel a saudação de Maria, a criancinha saltou no seu ventre; e Izabel foi cheia do Espírito Santo. E exclamou com grande voz, e disse: Bendita é tu entre as mulheres, e bendito o fruto do teu ventre. E de onde me provém isto a mim, que venha visitar-me a mãe do meu Senhor? Pois eis que, ao chegar aos meus ouvidos a vós da tua saudação, a criancinha saltou de alegria no meu ventre (Lc 1.41-44).

Urge refletirmos nos textos bíblicos hora citados. Observamos que Deus, o criador do homem (esta é a crença de 85% da população brasileira), nos considera como templos do seu Espírito Santo, e que Ele interage conosco, e que, se nós destruímos esse templo, Deus nos destruirá, “Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá; porque o templo de Deus, que sois vós, é santo” 1Co 3.17. É interessante observar, que Deus já trata conosco desde o ventre de nossa mãe, pois, quando Maria, poucos dias após haver concebido o menino Jesus vai visitar a sua prima Izabel e há uma interação entre as crianças de Izabel (João Batista) que, como diz o texto, já era de seis meses e de Maria (Jesus) de poucos dias, “Pois eis que, ao chegar aos meus ouvidos a voz da tua saudação, a criancinha saltou de alegria no meu ventre” Lc 1.44. Esse episódio entre Izabel e Maria, corrobora o que o salmista diz no Sl 139.15,16, que o Senhor Deus interage com o ser humano, cuidando da criancinha desde a sua concepção e, em seqüência o seu desenvolvimento no útero de sua mãe. O cientista, teólogo e Biógrafo Donald C. Stamps na Bíblia de Estudo Pentecostal, cujas notas de rodapé são de sua autoria, diz o seguinte com relação ao versículo 13 do cap. 139 dos Salmos, explicando a expressão, “entreteceste-me no ventre de minha mãe”:

Deus rege de modo criador e ativo o desenvolvimento da vida humana. Ele pessoalmente zela pela criancinha desde o momento da sua concepção. Sua atenção por um feto compreende um plano para sua vida. Por essa razão, Deus tem o aborto de um nascituro como um homicídio (STAMPS, 1995).

Ainda segundo as Escrituras Sagradas, o Criador interage com o ser humano desde o ventre materno. Observemos os textos abaixo:

Antes que eu te formasse no ventre, eu te conheci; e, antes que saíesses da madre, te santifiquei e às nações te dei por profeta, (Jeremias 1.7); “Mas, quando aprovou a Deus, que desde o ventre de minha mãe me separou e me chamou pela sua graça”, (Gálatas 1.15); “Ouvi-me, ilhas, e escutai vós, povos de longe!

O Senhor me chamou desde o ventre, desde as entranhas de minha mãe, fez menção do meu nome”, (Isaías 49.1) (Bíblia Sagrada).

A verdade, é que se instalou na nossa sociedade brasileira, por parte de um pequeno grupo de ativistas ideológicos, a ideia de que a mulher, com o argumento de “mandar no seu corpo” supere e transcenda a imposição do papel materno, seria a ideia do desengravidar as mulheres? Isso não tem nada a ver com os artigos 124 a 126 do nosso Código Penal, até porque, esses artigos foram bem recepcionados pelas mães que recusaram veementemente em abortar os seus filhos, pois essas mães têm a convicção plena de que o aborto é um ato repudiável, bem como um grave atentado contra a vida. Portanto, se a sociedade brasileira e, principalmente as suas autoridades negarem essa verdade, negaremos a capacidade de discernimento de todas as mulheres que optaram por não abortar para proteger a vida de seus filhos, inclusive, recepcionando os artigos supramencionados e que aqui destacamos:

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento:

Art. 124 – Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena – detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro:

Art. 125 – Provocar aborto sem consentimento da gestante: Pena – reclusão de três a dez anos.

Art. 126 – provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena – reclusão de um a quatro anos.

O que se percebe com muita clareza, ao tratarmos sobre o tema do aborto, é uma incessante cruzada protagonizada por pequenos grupos ideológicos pro-aborto que sutilmente militam contra o sagrado direito à vida, e para isso não economizam esforços para provocar as autoridades brasileiras em prol dos seus objetivos reprovados pela maioria absoluta da população brasileira, que como já mencionamos, é majoritariamente cristã, e como tal, repudiam o aborto que nada mais é do que o assassinato de uma vida inocente no ventre de sua mãe.

É triste vermos a nossa Suprema Corte se debruçando sobre um tema tão polêmico e tão caro para a sociedade brasileira, quando este não é o seu papel, não antes do foro adequado que é o Congresso Nacional se pronunciar e decidir. É lamentável vermos a nossa Suprema Corte se render aos apelos ensandecidos, desprovidos de ética, de razão, de ciência e de crença invocados por determinada militância ativista ideológica sem nenhum respeito pela vida e pela dignidade humana.

Se o aborto é de fato uma questão de saúde pública, a lei teria que proteger a mãe e o filho proporcionalmente, pois um bebê na 12ª semana já é uma pessoa em desenvolvimento que carece de amor, cuidados e proteção, mas ninguém, pelo menos os adeptos dessa nefasta ideia do aborto deliberado querem nominar essa criança, é como se ela fosse um objeto sem valor, uma coisa qualquer e vil.

Como as autoridades responsáveis para endossar a descriminalização do aborto poderão explicar a permissão da aplicação da pena de morte a um inocente indefeso para justificar a incapacidade do Estado em prover meios e condições de saúde adequadas para a prevenção de uma gravidez e consequente saúde reprodutiva da mulher? Como explicarão a prática da pena de morte a inocente indefesos os casais irresponsáveis que tratam o sexo com tanta banalidade que, para eles, tanto faz, tanto fez se, do seu coito irresponsável resultar uma gravidez?

Como o Supremo Tribunal Federal vai garantir à sociedade a inviolabilidade do direito à vida? Seria provendo as pessoas com uma arma cruel, sutil e nefasta denominada “autonomia” para que homens e mulheres de acordo com a sua vontade e conveniência assassinem inocentes até a décima segunda semana de vida e sem precisar dar nenhuma explicação ou satisfação com relação ao seu intento assassino? Se criará no Brasil verdadeiros abatedouros de inocentes, pois, aumentará em muito no Brasil os locais destinados à exacerbação e banalização do sexo e, conseqüentemente, os assassinatos de inocentes que se quer, tiveram o sagrado direito a optar pela vida, pois, o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, por isso, mas do que qualquer outro direito, é um direito que precisa ter a sua proteção redobrada e garantida pelo arcabouço legal e não ao contrário.

O direito à vida e à dignidade humana em toda a sua plenitude é um direito intrínseco à condição humana e não uma concessão do Estado. Os poderes da República têm a obrigação de garantir e defender o direito à vida e não é de competência de nenhuma autoridade pública reconhecer seletivamente o direito à vida, assegurando-o a alguns e negando-o a outros, pois assim sendo, configura-se uma discriminação cruel e excludente. Mas o que fazer diante de tudo isso, diante desse flagrante desrespeito à vida de inocentes? Cabe ao Estado e a sociedade buscar meios e investir nestes meios para que políticas públicas sejam viabilizadas e implementadas com relação à prevenção de uma gravidez, políticas públicas que visem combater as causas do aborto, políticas públicas que atendam eficazmente as mulheres nos campos da saúde, segurança pública, da educação sexual, entre outros, especialmente nas localidades mais pobres do Brasil, e não simplesmente desprezar todos os meios razoáveis, éticos e morais para simplesmente optar pelo extermínio de vidas inocentes, não é razoável, não é descente, não é moral, não é ético.

Nenhuma sociedade democrática está obrigada por pressões externas a legalizar o assassinato de inocentes. Os pequenos grupos ativistas militantes ideológicos para justificarem o seu despreço pela vida dizem, “determinado País já legalizou”, “ah, mas o país tal já legalizou”, e daí? Nenhuma Nação soberana está sob o crivo de outra ou de outras nações para decidir sobre um tema tão polêmico sem respeitar o desejo legítimo da maioria de sua população. Talvez, os países que já liberaram o aborto desconheçam algumas verdades sobre a vida. Nesse sentido destacamos o que diz o Dr. Roberval Casemiro Belinati (2010):

Se alguns países liberam o aborto é porque não respeitam o entendimento científico de que a vida humana começa no primeiro instante da fecundação, de que o ser humano é o mesmo em

qualquer fase de seu desenvolvimento e possui igual dignidade desde o início de sua concepção. Não é verdade que a vida se inicia somente depois de 10, 12 ou anos de idade ou semanas de gestação. Seria um absurdo, por exemplo, afirmar que a mulher, antes de tal período, não estaria esperando um filho, mas estaria grávida apenas de amontoado de células. Muitos que defendem o aborto afirmam que o aborto naquele período não é aborto de criança, mas apenas de amontoado de células. Esse entendimento é um grande equívoco.

Um País soberano como o Brasil não se rebaixa para interesses estrangeiros sobre a nossa soberania, pois o Brasil também é capaz de produzir e executar projetos sociais alternativos para ajudar as mães a gerar e cuidar dos seus filhos com responsabilidade. O investimento estatal na saúde, segurança e educação sexual das mulheres, ainda que, precisando melhorar bastante, já tem se mostrado muito mais eficaz e menos oneroso do que quaisquer procedimentos abortivos que venham ser adotados, ou seja, é melhor prevenir o aborto do que remediá-lo. O investimento estatal na prevenção do aborto, traz por si só, alegria, satisfação e paz às mulheres do que os males e traumas causados por um procedimento abortivo, legalizado ou não.

O grande mal de tudo isso, é que as Instituições e o Estado ficaram tão limitados à estranha visão apologética do aborto e da sua legalização que deixaram de pensar e executar políticas públicas de prevenção a esse mal. Se o Estado tivesse ao longo dos anos investido massivamente em políticas pró vida, hoje esse tema tão nefasto e danoso às famílias e à sociedade já estaria superado. Vejamos o que diz o Dr. Roberval Casemiro Belinati (2010):

É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde o atendimento pré e perinatal. Ou seja, o Estado tem a obrigação de oferecer condições para a gestante ter o seu filho sadio e em condições dignas, conforme está previsto no artigo 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não tem, pois, o direito de oferecer condições para a morte. O direito à vida, desde o momento da concepção, ganha destaque na Convenção de direitos Humanos, no artigo 4º, inciso 1, que diz: “toda pessoa tem o direito de que se respeite a sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção.

Sem nenhuma sombra de dúvida, o direito à vida foi instituído como norma pela Constituição Federal sob a concepção do princípio que norteia a dignidade da pessoa humana, garantindo-lhe não apenas um dever de existir, a qualquer custo, mas uma vida digna e com qualidade. Percebe-se, portanto, que o direito à vida caminha em reciprocidade com a dignidade da pessoa humana, pois, ambas são qualidades ínsitas do ser humano e, sendo assim, a descriminalização do aborto configura-se em uma agressão imensurável ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana. Nesse condão, o direito à vida e a dignidade da pessoa humana legitimam a República e o Estado Democrático de Direito. Aqui, podemos destacar o que diz o Dr. Flademir Jerônimo Belinati Martins (2008):

Demonstrou-se que a dignidade da pessoa humana consiste no 'valor fonte' do sistema constitucional, conferindo-lhe unidade axiológico-normativa de tal forma que concretização do princípio funciona como parâmetro de aferição de legitimidade da República e do Estado Democrático de Direito. Por fim, observou-se que a dignidade da pessoa humana se apresenta como uma cláusula aberta para a incorporação de novos direitos ao rol constitucional já existente e que, na qualidade de princípio fundamental ela desempenha funções que a diferenciam dos demais princípios constitucionais.

BRASIL - UMA POPULAÇÃO MAJORITARIAMENTE CRISTÃ E QUE REPUDIA O ABORTO

Não há como negar que a maioria absoluta do povo brasileiro é cristão, e como tal, têm a sua fé fundamentada nas Sagradas Escrituras e no Cristo ressuscitado, e esta fé, que, ao longo dos seus mais de 500 anos, foi enraizada no coração e na mente do povo brasileiro, o conduz a defender e a exaltar a vida, a celebrar a vida, inclusive, desde a sua concepção, portanto, foi, e sempre será um descalabro à maioria da população brasileira a descriminalização do aborto, ou seja, o assassinato de inocentes no ventre da mãe. Mesmo que determinadas autoridades estatais, determinados grupos ativistas pró aborto, insistam em tentar justificar a descriminalização do aborto alegando questão de saúde pública, o que também não deixa de ser, mas, é muito mais a ausência do estado em investir em políticas públicas preventivas que alcancem as mulheres com eficácia, é muito mais também a irresponsabilidade de casais que tratam o sexo como algo banal, e não tomam os devidos cuidados para evitar uma gravidez que não desejam, mas que, pela sua irresponsabilidade, a gravidez é o resultado, e aí, a solução que encontram, é simplesmente assassinar um ser inocente. Entendo importante aqui destacar o que escreve o Dr. Roberval Casemiro Belinati (2010):

O aborto é uma questão de saúde pública e muitas mulheres brasileiras morrem em razão de aborto clandestino conforme tem afirmado o ministro da saúde. Mas isso não justifica a sua liberação. O que o Brasil precisa é de políticas públicas dirigidas ao bem comum, que não violem o direito à vida e a dignidade humana ou que promovam e incentivem a descriminalização e o preconceito daqueles que não são desejados. Salvar a vida humana é salvar o mundo, é preservar o futuro da humanidade, é atender ao compromisso que recebemos de Deus para a multiplicação da vida, por isso, não ao aborto.

Não existe nenhum preceito fundamental para se matar inocentes, diferentemente do preceito que rege o instituto da legítima defesa por exemplo. Repito, não existe nenhum preceito fundamental para se matar inocentes, o preceito é pelo direito e pela inviolabilidade da vida. Portanto, tanto a ADPF 442, como qualquer

outro requerimento, petição ou ação que defenda e busque a descriminalização do aborto não devem prosperar porque o aborto está na contramão da moral, da ética e da religiosidade da maioria absoluta do povo brasileiro e, portanto, a prática do aborto é um ato reprovável por esta maioria absoluta da população brasileira, pois conforme o senso de 2010, mais de 86% dos brasileiros se declaram cristãos, a maioria católicos seguidos pelos evangélicos os quais consideram que o repudiável ato de tirar a vida de alguém, seja um embrião, feto, criança, jovem ou adulto, estejam estes doentes ou não, fere o mais sagrado direito que é o direito à vida, o qual bem antes de ser consagrado na nossa Constituição Federal é consagrado pela Palavra de Deus através do sexto mandamento que diz “não cometerás assassinato”.

Para a maioria absoluta da população brasileira, o aborto não pode ser descriminalizado porque ofende a Deus que fez o homem e a mulher à sua imagem e semelhança e os abençoou, e o senhor Deus após fazer o homem, viu a necessidade de formar a mulher, e assim, Deus o fez e uniu os dois como se fossem uma só carne, ordenando-os que procriassem e enchessem a terra e dominassem sobre toda a criação, conforme os textos bíblicos que destacamos:

E criou Deus o homem à sua imagem; a imagem de Deus o criou, homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”. Gn 1.27,28; “E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma só carne (Gn 2.22-24).

Mais tarde, no que seria o sexto mandamento, Deus diz ao homem de forma imperativa que ele não deveria matar o seu próximo, o seu semelhante, “Não matarás” Ex 20.13. Séculos depois, o próprio Cristo ratifica o “não matarás”, sob pena de juízo, de severa punição, tanto pela justiça terrena, como pela justiça divina, “Ouviste o que foi dito aos antigos: não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo” Mt 5.21.

Portanto, o eventual deferimento da ADPF 442 ou de qualquer outro pedido que vise descriminalizar o aborto deve ser repudiado pela sociedade e negado pelos órgãos estatais competentes, caso contrário, representará um total desrespeito ao sagrado direito à vida e, conseqüentemente, uma afronta à considerável parcela majoritária da população brasileira, até porque, os dados propositadamente adulterados, sem comprovação científica e, baseados apenas em achismos e ideologias contrárias ao direito à vida por aqueles que pretendem atentar contra a vida de inocentes não devem sobreporem-se à verdade a ponto de conseguir convencer as autoridades estatais de que o abortamento seria a solução, por exemplo, para diminuir ou cessar os abortamentos clandestinos que ceifam vidas de inocentes e em algumas vezes, das mães. Não se pode e não se deve tentar

corrigir um dano, promovendo um dano ainda maior, pois o tema do aborto está em total discordância com a moral e a ética da maioria absoluta do povo brasileiro.

É importante sempre destacarmos que o tema do aborto proposto na ADPF 442 não diz respeito ao Supremo Tribunal Federal, pois não cabe a essa Egrégia Corte Suprema alterar a conduta moral e ética do povo brasileiro, sobretudo no tocante a violar o direito à vida, descumprindo de forma sumária o texto da Constituição Federal sobre a inviolabilidade do direito à vida.

A aprovação da descriminalização do aborto pela nossa Egrégia Corte Suprema, fere frontalmente a Constituição Federal e, sendo assim, a princípio, não deve ser obedecida. No entanto, desobedecer a uma ordem judicial também não convém. Então, como fica a situação da população brasileira frente a algo tão polêmico? Sem dúvida, cremos, que Deus colocará cada coisa no seu devido lugar. Quanto a obedecer ou desobedecer a decisão do STF quanto ao Aborto, destacamos aqui o que diz o Dr. Roberval Casemiro Belinati (2010):

A inviolabilidade do direito à vida é um direito constitucional, e qualquer lei que viole esse direito é uma lei inconstitucional, é uma lei nula, que não pode ser cumprida. O artigo 2º do Código Civil Brasileiro diz que, “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

A Palavra de Deus, regra de fé observada e praticada pela maioria absoluta da população brasileira, destaca com clareza objetiva o sagrado direito à vida como está em Êxodo capítulo 23.7 “e não matarás o inocente”. Nesse condão podemos aqui citar uma frase de Madre Tereza de Calcutá, “Eis porque o aborto é pecado tão grave. Não somente se mata a vida, mas nos colocamos mais altos do que Deus; os homens decidem quem deve viver e quem deve morrer”.

O aborto é considerado um holocausto silencioso, é um genocídio discreto e silencioso. O bebê quando é fustigado com a tesoura ele emite gritos de dor que não se consegue ouvir, porém se acompanharmos um aborto pelo ultrassom vamos perceber essa agonia do bebê que está sendo assassinado, trucidado por ferramentas cirúrgicas e, em alguns casos por ferramentas improvisadas o que gera inclusive, a morte da mãe.

O Cristão tem a sua religiosidade fundamentada na Fé em um Deus Soberano, o Deus da Bíblia e, sendo assim, o cristão sempre crer, por fé em Deus, que esse mesmo Deus controla todas as coisas, incluindo a morte e a vida. Por fé, o cristão convicto tem a certeza que o que não é visível tornar-se-á visível e o que não existe pode vir à existência. O cristão convicto sabe que Deus nomeia e enumera todas as estrelas do universo; sabe que para Deus nada é impossível; sabe que Deus faz o útero de uma idosa de 90 anos gerar um filho. Os textos bíblicos comprovam essas verdades:

“Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das coisas que se não veem” (Hb 11.1); “Deus conta o número das estrelas, chamando-as a todas pelos seus nomes”

(Sl 147.4); “Porque para Deus nada é impossível” (Lc 1.37); “E concebeu sara e deu a Abraão um filho na sua velhice, ao tempo determinado, que Deus lhe tinha dito” (Gn 21.2).

ARGUMENTOS DESPROVIDOS DE PRINCÍPIOS ÉTICOS E MORAIS PARA JUSTIFICAR O ABORTO

É impressionante a capacidade das pessoas em formular ideias, questionamentos, argumentos e falácias para tentar a todo custo justificar a existência e a prática de algo ruim, algo que só causa tristeza e grandes males à humanidade, como o aborto, por exemplo, que, por mais que alguém tente defender, explicar, justificar, jamais deixará de ser um grave atentado à dignidade da pessoa humana, jamais deixará de ser um grave atentado à criação de Deus, para os que creem em Deus, é claro, que inclusive já destacamos neste estudo que os brasileiros que creem em Deus e em sua criação são 86% da população brasileira segundo o senso de 2010. Por outro lado, quando o tema em questão se trata de algo benéfico para a humanidade, algo que traga edificação para o ser humano, algo que enriqueça o convívio em sociedade, algo que exalte a soberania de um Deus criador, essas mesmas pessoas não têm nenhum argumento, nenhuma ideia, pelo contrário, tais pessoas estão quase sempre na oposição ferrenha a tudo que é bom.

Com relação à descriminalização do aborto, são muitas as frases e argumentos de ‘impacto’ que pessoas e grupos simpáticos ao assassinato de inocentes criam, espalham e defendem. Eis alguns exemplos que pesquisamos e alguns que vimos e ouvimos pessoalmente: “a mulher é dona do seu corpo e pode fazer o que quiser com ele”; “ninguém manda na minha vida, não tenho condição de criar e pronto”; “tenho esse filho se eu quiser, se não boto prá fora”; “não posso ter um filho desempregada”; “fui eu quem fiz, então eu decido”; “o relacionamento acabou e não vou criar filho sozinha”; “nem Deus me obriga a ter esse menino sem emprego”; “o aborto serve para controlar o crescimento descontrolado da população”; “O abortamento ajuda a combater a pobreza”; “o aborto é importante para diminuir o trauma de uma infidelidade conjugal”; “o aborto é a solução para uma gravidez indesejada” etc. Para colocar por terra essas frases e argumentos falaciosos destacamos aqui o que diz o Dr. Roberval Casemiro Belinati:

É inaceitável a alegação de que o aborto é necessário para controlar a natalidade, para combater a pobreza, a fome, o desemprego, para solucionar um problema de infidelidade conjugal, para resolver uma situação de gravidez não desejada. O aborto não é a solução para nenhum problema pessoal. Na verdade, ele agrava qualquer situação, sobretudo para a mulher, pois é um atentado contra a sua saúde física, mental, emocional e espiritual, além de ser crime, previsto no Código Penal, podendo o ato ser punido com pena de detenção ou reclusão. É bom lembrar que a legislação contra o aborto está em vigor e que muitas pessoas já foram condenadas e estão

cumprindo penas por causa do aborto. Também é falsa a ideia de que o mundo progrediu, evoluiu e a mulher, por ser dona do seu corpo, tem liberdade para decidir sobre a continuidade ou não da gravidez. A mulher é uma pessoa e o feto é outra. Ela tem o dom sagrado de gerar o filho, mas não tem o direito de mata-lo. Deve-se tomar cuidado com a propaganda feita no Brasil em favor da legalização do aborto, pois é perceptível que, por trás, está o interesse de muitos que pretendem arrecadar muito dinheiro com o aborto. Nos estados Unidos, por exemplo, têm-se notícia de que a indústria do aborto é a quarta economia e restaria nas mãos do crime organizado (Belinati, 2010).

O Dr. Bernard N. Nathason, um abortista convicto quando teve acesso à tecnologia da ultrassonografia, e passou a acompanhar os procedimentos abortivos pelo ultrassom teve uma impactante surpresa. O renomado médico ginecologista norte americano é impactado e fica chocado ao perceber a agonia do bebê ao ser incomodado no útero materno, o bebê se encolhia no cantinho do útero e abria a boquinha como se estivesse gritando de dor, e estava mesmo gritando de dor, mas não era ouvido por quem estava praticando o ato criminoso do aborto.

Portanto, não é exagero afirmar que o aborto é o grito silencioso do bebê enquanto é torturado e dilacerado criminosamente em uma conduta atroz. Mas tarde, já como ativista pró vida, o Dr. Bernard confessou, “eu pratiquei mais de 5.000 abortos”. Recomendamos aos defensores do aborto que assistam ao documentário de autoria do Dr. Bernard Nathason de 1984, “O grito silencioso”. É um documentário impactante onde o Dr. Nathason mostra detalhes do que é o trucidamento de um bebê inocente dentro da cavidade uterina onde qualquer criança espera estar protegida e, de repente, se vê sendo martirizada e totalmente excluída da condição de um ser vivo dotado de toda a plenitude humana conferida por Deus e pela dignidade humana consignada em nossa Constituição Federal. Assista o documentário.

TRÊS HISTÓRIAS DE TRISTEZA, COMOÇÃO E ARREPENDIMENTO

Trago aqui as amargas experiências vivenciadas por três mulheres que de alguma forma optaram pelo abortamento de seus filhos e que hoje, as três, têm a convicção de que praticaram um crime contra os seus bebês, e por consequência carregam consigo um sentimento constante e avassalador de culpa e tristeza.

M.J.S de 23 anos. Quando tinha apenas 18 anos se envolveu com um homem de 32 anos, casado e pai de um filho. Ela declara “que mesmo muito jovem já possuía discernimento para escolher o que queria; que ninguém a obrigou ou lhe impôs o relacionamento; que mesmo sabendo que estava se relacionando com uma pessoa casada resolveu continuar com o relacionamento”. M.J.S declara que, “já estávamos com mais ou menos seis meses de namoro quando descobri que estava grávida e com muita alegria comecei a planejar o futuro do meu filho, mas

foi aí que veio a dura realidade, o homem que declarava um amor incondicional a minha pessoa ficou irado com a notícia e passou a me constranger a abortar, como eu não aceitava a ideia do aborto, ele passou a me humilhar e a me rejeitar e ao passo que o tempo ia passando surgiram também ameaças, ele passou a usar outras pessoas para me convencer a fazer o abortamento do meu filho”. O homem que antes me declarava um amor incondicional passou agora a me declarar guerra, não me apoiava em nada, pelo contrário, sempre me humilhava e me ameaçava até de morte, por duas vezes ele colocou drogas abortivas no meu suco e, em umas dessas vezes fui parar no hospital com sangramento, mas não perdi o bebê”, relata.

Continua M.S.J, “após quase dois meses de muito sofrimento aliado ao medo de que meus pais tomassem conhecimento da situação, resolvi fazer por iniciativa própria uma ultrassonografia e constatei que o meu bebê estava bem e que já estava com quase dois meses, me emocionei muito, mas, por causa da pressão que vinha sofrendo por parte do pai do meu filho, comecei a pensar em executar o aborto”. Finalmente resolvi abortar, hoje entendo que pratiquei um ato criminoso contra o eu bebê. O aborto foi realizado na casa de uma irmã do meu amante através dos serviços de uma enfermeira aborteira que segundo ela já havia realizado uns trinta abortos e todos haviam dado certo, dizia a aborteira. Me deram um sonífero e em seguida uma anestesia que até hoje ela não consigo explicar o que foi que me deram para eu dormir, o fato é que esse procedimento teve início por volta de umas 11 horas da manhã e eu só vim acordar por volta das 14 horas da tarde bastante sonolenta e com um pequeno sangramento”.

“Após o procedimento abortivo, uma amiga me disse que o meu bebê estava todo formado e que ela viu uma mãozinha e algumas partes da criança que ela não saberia descrever”. Moro em Recife mas realizei o procedimento em outra cidade da Zona da mata de Pernambuco, viajei para essa cidade dizendo aos meus pais que iria passar uns dias na casa de uma amiga e que retornaria em quatro dias; no outro dia após o aborto passei muito mal e fui socorrida com febre para um hospital da cidade e lá procurei enganar o médico que me atendeu alegando uma virose, fui medicada e retornei à casa da minha cunhada onde passei mais oito dias de muita agonia, mas consegui me recuperar e até hoje meus pais não sabem do fato”. Hoje percebo que foi a pior experiência de minha vida; tenho plena consciência que pratiquei algo muito horrível; hoje estou morando com uma pessoa maravilhosa, mas acho que não conseguirei mais engravidar, pois vem tentando e não consigo há mais de dois anos; fui a um ginecologista e lhe contei sobre o aborto e aí o médico me disse que existe sim a possibilidade de eu não conseguir mais engravidar, porém, ele iria solicitar alguns exames”. Hoje me acho culpada de ter feito o aborto, e tenho a impressão que jamais vou conseguir me libertar dessa culpa”. Hoje em dia faço uso constante de medicamentos para ansiedade e depressão”.

K.M.S de 45 anos, casada, mãe de três filhos jovens, mora em uma cidade do Agreste de Pernambuco, e diz que, “sou atormentada por um trauma que acho que jamais conseguirei superar. Quando eu tinha apenas 21 anos me envolvi em um relacionamento inconsequente com um rapaz de 22 anos que eu nem conhecia, direito, tudo aconteceu numa noite de balada em uma praia do litoral pernambucano.

Após um mês e quinze dias do relacionamento inconsequente com aquele rapaz, suspeitei que estava grávida, imediatamente resolvi fazer um exame de laboratório para ter a certeza se estava grávida ou não, feito o teste, me deparei com um resultado positivo e que três dias depois repeti o teste para ter certeza e, novamente o resultado deu positivo, daí então, não pensei duas vezes em fazer o aborto. Nessa época, eu ainda era solteira, morava com os meus pais e dois irmãos mais novos, cursava Direito em uma faculdade de Recife-PE e, não contei nada para a minha família sobre a gravidez e o meu desejo de abortar”.

“Dentro de uma semana conversei com algumas amigas, recebi o incentivo delas para fazer o aborto e então resolvi abortar”, então ingeri um coquetel de remédios ‘receitado’ pelas minhas amigas da faculdade, passei três dias tendo enjoos e vomitando muito e, no quarto dia, no pátio da faculdade em um momento de lazer com as minhas amigas, comecei a passar mal, tive um sangramento e então desmaiei, fui socorrida pelas amigas de faculdade que me levaram para um carro de uma delas e me conduziram para a casa de outra amiga e lá aconteceu o aborto que foi precedido por aquele sangramento”.

K.M.S afirma que, “não houve interferência de outras pessoas, tomei os remédios por conta própria e todo esse doloroso processo aconteceu por minha conta. Uma semana após o abortamento compareci ao laboratório para fazer um novo exame o qual deu negativo para gravidez. Na outra semana procurei uma ginecologista e contei o ocorrido e disse que estava tendo algumas dores na região pélvica; a médica prescreveu para mim uma ultrassonografia; realizei a ultrassonografia e o resultado deste exame contactou corpos estranhos no meu útero; e a médica me indicou uma curetagem; o procedimento foi realizado e eu tive que ficar internada por dois dias, e aí não tive mais como esconder dos seus pais. Aqui, K.M.S alega, “não tenho mais condições de falar”, e acrescenta, “já fazem mais de 20 anos, hoje sou casada, mãe de três filhos, mas não consigo esquecer daquilo que fiz, foi uma loucura, matei o meu bebê e quase morri, jamais eu deveria ter feito aquela loucura. Hoje faço uso constante de medicamentos para combater a ansiedade e longos momentos de tristeza, principalmente quando escuto alguém ou assisto alguma reportagem que fala sobre aborto.

J.J.A de 37 anos, solteira, não tem filhos, mora sozinha em uma cidade da Zona da Mata de Pernambuco e diz, “me acho uma pessoa indigna de continuar vivendo pelo que fiz há quatro anos”. Ela relata “que sempre tive medo de uma gravidez pois temia ficar feia pela mudança do meu corpo, por isso nunca quis me casar, eu desejava um dia ter um filho, mas tipo, sem um esposo para interferir na minha vida, algo muito louco, hoje reconhecendo a loucura que fiz ao optar por essa forma de viver”.

J.J.A relata que, “quando eu estava próxima de completar 33 anos comecei a namorar um rapaz mais jovem, ele tinha 29 anos de idade, após 03 meses de relacionamento desconfie que estava grávida, fiz um teste rápido que deu positivo, fui então ao médico e solicitei um encaminhamento para um exame laboratorial que confirmou a gravidez. Fiquei muito feliz e de imediato falei para o meu companheiro que também ficou muito feliz e disse que queria casar comigo e constituir uma

família. Se passaram então mais ou menos duas semanas após a confirmação da gravidez, então comecei a me sentir insegura com a nova realidade e que me sobreveio um sentimento de medo em imaginar que o meu corpo modificaria e ficaria feio, pois sempre me achei muito bonita e o medo de ficar feia era o principal motivo para eu não querer ficar grávida, mesmo querendo muito um filho, a sensação de ficar feia me abalava”.

J.J.A diz que, não gostaria de detalhar todos os fatos envolvendo o que eu chamo de a maior tragédia na minha vida, não a gravidez, mas o aborto que provoquei em mim mesma. Por conta própria ingeri uns medicamentos junto com um chá que pesquisei na internet e, que após eu tomar essa mistura passei três dias tendo enjoos e vômitos, e depois de três dias comecei a ter um pequeno sangramento acompanhado por corpos sólidos que eu não tinha coragem de olhar, o sangramento durou dois dias e cessou de repente. Um mês depois fiz um teste de gravidez e deu negativo”. J.J.A diz que, “isso já faz mais de quatro anos e eu sempre tenho pesadelos e um sentimento de que fiz algo muito terrível e quando vejo alguma reportagem sobre aborto eu entro em prantos”. À semelhança dos relatos anteriores. J.J.A também faz uso de medicamentos para ansiedade e sempre que pode passa por terapia psicológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, portanto, que o tema do aborto de fato é um tema bastante polêmico por tratar-se da vida humana, a qual tem os seus princípios fundamentados na ética, na moral, na espiritualidade e em todo o contexto que abarca a dignidade humana e o direito à vida. A Criação estabeleceu limites para a humanidade, limites estes, que quando são ultrapassados, somente geram prejuízos que muitas vezes são irreversíveis.

Observamos nos relatos das mulheres entrevistadas que as três personagens carregam um trauma, um sentimento de culpa imensurável bem característico de decisões tomadas contra a criação de Deus e à revelia Deste. É interessante aqui deixarmos consignado de que toda decisão humana que vai de encontro aos parâmetros, às regras, aos limites estabelecidos por Deus, gera dentro de nós um sentimento de culpa, de perda, uma sensação de que algo está errado para que venhamos a nos corrigir, creio que é uma forma de Deus falar conosco, com a natureza e com a ciência.

E por fim, podemos aqui citar três impactantes mensagens sobre o aborto proferidas por Madre Tereza de Calcutá:

“Se aceitarmos que uma mãe mate seu filho dentro do próprio ventre, como poderemos impedir que as pessoas matem umas às outras”?

“Mas eu sinto que o maior destruidor da paz hoje é o aborto, porque é uma guerra contra a criança, um assassinato direto da criança inocente, assassinato pela própria mãe. E se nós aceitarmos que uma mãe pode matar até mesmo sua própria criança, como nós podemos dizer para outras pessoas que não matem uns aos outros”;

“Qualquer país que aceite o aborto não está ensinando seu povo a amar, mas, a usar de qualquer violência para conseguir o que se quer”.

REFERÊNCIAS

BELINATI, Roberval Casemiro. **Contra o aborto**. Artigo do Desembargador Roberval Casemiro Belinati do TJDF, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. **ARC** – Almeida Revista e Corrigida.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Senado Federal – Coordenação de edições técnicas, 2017.

MARTINS, Fladimir Jerônimo Belinati. **Dignidade da Pessoa Humana- Princípio Constitucional Fundamental**. 6ªed. Curitiba: Juruá, 2008.

STAMPS, Donald C. **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Life Publishers – Flórida – EUA. 1995.

Organizador

Adriano Mesquita Soares

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PG, linha pesquisa em Gestão do Conhecimento e Inovação e Grupo de pesquisa em Gestão da Transferência de Tecnologia (GTT). Possui MBA em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais onde se graduou em Administração de Empresas (2008). É professor no ensino superior, ministrando aulas no curso de Administração da Faculdade Sagrada Família – FASF. É editor chefe na AYA Editora.

A

abortamento 65, 68, 70, 86, 93, 95, 96, 97, 98
aborto 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 79, 80, 81, 82, 83
areopagita 31
ateísmo 54, 55, 61

B

busca 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27,
31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 48, 50, 52, 61,
68, 74, 84

C

caminho 11, 14, 16, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31,
32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59,
60, 61
católica 50, 59, 60, 62, 65, 66, 72, 73, 75, 79
catolicismo 44, 50, 65, 70, 71, 72
confessional 54, 59
conscientização 84
consequências 21, 22, 24, 73, 77, 84
cristã 24, 31, 32, 37, 39, 45, 49, 51, 54, 57, 58, 59, 87,
89
cristianismo 14, 22, 24, 25, 31, 32, 45, 47, 55, 56, 57,
58, 59, 70, 71
culpabilidade 84

D

descriminalização 72, 76, 79, 84, 85, 90, 91, 92, 93,
94, 95
digitais 65, 66, 76, 77, 80, 82, 83
distributismo 43, 44, 49, 53
divina 11, 12, 13, 14, 18, 27, 31, 32, 37, 39, 40, 93
divino 10, 16, 20, 21, 24, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 37,
39, 40

E

economia 43, 49
espirituais 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25,
26, 27, 28, 31, 34, 35, 37, 38, 41
espiritual 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23,
24, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 84, 95
espiritualidade 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21,
26, 27, 28
estado 16, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 34, 35, 36, 37,
38, 39, 40, 54, 61, 63
ético 84, 86, 90
evolução 10, 15, 16, 19, 22, 23, 25, 26, 27
experiência 10, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 31, 32,
33, 34, 35, 37, 39, 40, 49, 82, 97
experiências 13, 17, 26, 32, 34, 36, 38, 61, 74, 75, 84,
86, 96

F

fé 19, 20, 21, 22, 24, 26, 32, 33, 40, 45, 50, 54, 55, 56,
57, 58, 59, 60, 61
fontes 65, 66, 67, 76, 77, 80, 81, 83

G

gênero 50, 51, 53, 65, 66, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83

H

humana 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26,
31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 45, 51, 61, 67, 72, 85,
86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 99
humanidade 17, 20, 23, 24, 27, 34, 54, 55, 56, 57,
58, 59, 60, 61, 63

I

ideologia 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62
igreja 59, 60, 65, 71
infinito 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 26, 27, 28
informacional 43

L

laicismo 54, 62
liberação 84, 92
liberdade 39, 48, 54, 56, 61, 63, 68, 70, 72, 74, 77, 96
luminosas 31

M

mística 13, 21, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 40
místico 31, 32, 37, 41
moral 22, 37, 38, 45, 49, 50, 68, 72, 84, 85, 86, 90, 93,
94, 99
mulheres 44, 49, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75,
77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 96,
99

P

policial 43, 44, 50, 51, 52, 53
prática 19, 39, 45, 58, 59, 60, 61, 66, 70, 73, 75, 84,
85, 87, 90, 93, 95
presença 10, 12, 13, 15, 26, 27, 28, 31, 39, 40

R

realidade 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20,
22, 23, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40,
72, 97, 99
religiosa 14, 20, 27, 32, 33, 40, 48, 54, 56, 57, 58, 59,

60, 61, 63, 66, 70, 72, 73, 76, 80, 82, 86
religiosidade 20, 24, 84, 93, 94
romance 43, 46, 47, 50, 51, 53

S

sociedade 21, 24, 35, 37, 47, 51, 55, 59, 61, 65, 66,
67, 71, 72, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95

T

teocracia 54, 57
teologia 13, 15, 19, 21, 24, 31, 32, 34, 40, 41
tradições 11, 12, 13, 14, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28,
31, 32, 33, 37, 40, 41, 45
transcendental 31, 33, 39
transformação 10, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25,
27, 28
trevas 31, 35, 37, 38, 39, 40, 41

V

valores 10, 11, 20, 25, 45, 65



AYA EDITORA
2025

